



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

STEFANO MARCOS CAVALCANTI TORRES

**O BRASIL ENTRE O ANTI-AMBIENTALISMO E O
NEODESENVOLVIMENTISMO:
UMA ANÁLISE COMPARADA DOS GOVERNOS
BOLSONARO E LULA POR MEIO DA ANÁLISE DE
DISCURSO ECOLÓGICO**

Londrina
2024

STEFANO MARCOS CAVALCANTI TORRES

**O BRASIL ENTRE O ANTI-AMBIENTALISMO E O
NEODESENVOLVIMENTISMO:
UMA ANÁLISE COMPARADA DOS GOVERNOS
BOLSONARO E LULA POR MEIO DA ANÁLISE DE
DISCURSO ECOLÓGICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Braz da Silva

Londrina
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

TORRES, STEFANO MARCOS CAVALCANTI

O BRASIL ENTRE O ANTI-AMBIENTALISMO E O NEODESENVOLVIMENTISMO: UMA ANÁLISE COMPARADA DOS GOVERNOS BOLSONARO E LULA POR MEIO DA ANÁLISE DE DISCURSO ECOLÓGICO / STEFANO MARCOS CAVALCANTI TORRES. - Londrina, 2024.

112 f. : il.

Orientador: RAFAEL BRAZ DA SILVA.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Política Ambiental; Análise de Discurso; Mudanças Climáticas; Identidade Ecológica; Sociologia Ambiental - Tese. I. DA SILVA, RAFAEL BRAZ. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU 316

STEFANO MARCOS CAVALCANTI TORRES

**O BRASIL ENTRE O ANTI-AMBIENTALISMO E O
NEODESENVOLVIMENTISMO:
UMA ANÁLISE COMPARADA DOS GOVERNOS
BOLSONARO E LULA POR MEIO DA ANÁLISE DE
DISCURSO ECOLÓGICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rafael Braz da Silva
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Paulo Bassani
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. José Julio Nunes Ferreira
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Rosivaldo Pellegrini
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 30 de janeiro de 2024

AGRADECIMENTOS

À medida que concluo mais esta etapa da jornada acadêmica, fica claro a importância daqueles que me apoiaram e é com imensa gratidão que expresso meu reconhecimento a todos que tornaram possível a realização desta dissertação. Em momentos de dúvida e incerteza, pude contar com a orientação, acolhida e carinho de pessoas com quem espero seguir os próximos passos.

Primeiramente, quero expressar minha sincera gratidão ao meu orientador, Rafael Braz, cuja orientação sábia e crítica moldaram não apenas este trabalho, mas também minha compreensão mais ampla das dinâmicas sociais e ambientais. Sua dedicação incansável ao progresso acadêmico e sua paixão pela pesquisa foram fontes de inspiração constante. Agradeço também aos membros da banca, aos Profs. Drs. Paulo Bassani, José Júlio Nunes Ferreira e Rosivaldo Pellegrini, por suas valiosas contribuições, análises perspicazes e sugestões construtivas que enriqueceram este estudo, e me deram a confiança de seguir em minha pesquisa rumo ao material que temos em mãos. Não posso deixar de expressar minha gratidão à minha família e à minha companheira, que sempre apoiaram meus esforços acadêmicos em momentos de alegria e de dificuldade, com amor incondicional. Seu apoio moral e encorajamento foram a força motriz por trás de cada passo desta jornada. Agradeço aos colegas de classe e amigos que compartilharam suas ideias e experiências, enriquecendo as discussões em torno deste tema que desafiou minha capacidade de ter esperança no futuro. A troca de perspectivas foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

À CAPES e à UEL, que forneceram recursos e apoio financeiro para a pesquisa, expresso minha profunda gratidão. Suas contribuições foram fundamentais para que dispusesse dos recursos necessários para conduzir minha pesquisa e me desenvolver como pesquisador.

Por último, mas não menos importante, agradeço a todos os que, de alguma forma, contribuíram para este trabalho e para o meu crescimento como pesquisador. Que este estudo não seja apenas um ponto final, mas sim um ponto de partida para diálogos mais amplos e ações transformadoras.

Neste momento de reflexão, olhamos para o futuro com temor e insegurança do que nos reserva. Que os esforços conjuntos na área da sociologia ambiental e política possam inspirar mudanças significativas e conduzir a sociedade em direção a tempos melhores, onde a harmonia entre o ser humano e o meio ambiente seja a pedra angular de um progresso não apenas econômico, mas social, ecológico e político.

Muito obrigado,

Stefano Marcos Cavalcanti Torres

Epígrafe

*Atualmente, estamos roubando o futuro,
vendendo-o no presente e chamando
isso de Produto Interno Bruto.*

– Paul Hawken

RESUMO

TORRES, Stefano Marcos Cavalcanti. **O Brasil entre o anti-ambientalismo e o neodesenvolvimentismo**: uma análise comparada dos governos Bolsonaro e Lula por meio da análise de discurso ecológico. 112 fls. Trabalho de Dissertação do Mestrado em Sociologia – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

Este trabalho busca analisar comparativamente, por meio teoria de análise de discursos, as linguagens, propostas e ações ambientais no contexto da crise climática em dois períodos da política ambiental brasileira: durante os governos de Bolsonaro (2018-2022) e Lula (2022-2023). O objetivo é oferecer uma abordagem crítica para compreender intenções e impactos de projetos e das políticas ambientais nesses governos, levando em consideração a importância das identidades culturais e ecológicas em um contexto de emergência climática mundial. Para isso, serão utilizadas as perspectivas teóricas de Goffman, Giddens, Moore e Saito, a análise de discurso de Fairclough, Hajer, explorando como essas teorias podem iluminar as dinâmicas sociopolíticas relacionadas às mudanças climáticas, ao desenvolvimento sustentável e a identidade dos sujeitos. Será investigado como as narrativas, enquadramentos (a forma como interpretamos e damos sentido ao mundo. As estruturas cognitivas básicas que guiam a percepção e a representação da realidade. Na análise de discursos políticos, o enquadramento é utilizado para identificar as estratégias textuais e as representações contidas em um corpus, ou seja, para compreender como os enquadres foram produzidos e realizados pelo político) e coalizões discursivas moldam a percepção pública, a ação coletiva e as tomadas de decisão em relação ao meio ambiente. Pretende-se que esta análise crítica das identidades culturais, das estruturas de poder e das lutas simbólicas, à luz da teoria bourdieusiana, presentes nas políticas ambientais, contribua para uma compreensão dos desafios e das possibilidades de construção de políticas ambientais frente o contexto climático emergencial presente.

Palavras-chave: Política Ambiental; Análise de Discurso; Mudanças Climáticas; Identidade Ecológica; Sociologia Ambiental.

ABSTRACT

TORRES, Stefano Marcos Cavalcanti. **Brazil between anti-environmentalism and neo-developmentalism**: a comparative analysis of the Bolsonaro and Lula governments through ecological discourse analysis. 112 pages. Master's Dissertation in Sociology – Center for Letters and Human Sciences, State University of Londrina, Londrina, 2024.

This work seeks to comparatively analyze, through the theory of discourse analysis, the languages, proposals, and environmental actions in the context of the climate crisis during two periods of Brazilian environmental policy: during the governments of Bolsonaro (2018-2022) and Lula (2022-2023). The objective is to provide a critical approach to understanding the intentions and impacts of projects and environmental policies in these governments, considering the importance of cultural and ecological identities in a global climate emergency context. The theoretical perspectives of Goffman, Giddens, Moore, and Saito will be utilized, along with discourse analysis by Fairclough and Hajer, exploring how these theories can shed light on the sociopolitical dynamics related to climate change, sustainable development, and subject identity. The study will investigate how narratives, framings, and discursive coalitions shape public perception, collective action, and decision-making regarding the environment. It is intended that this critical analysis of cultural identities, power structures, and symbolic struggles, in light of Bourdieusian theory, present in environmental policies, will contribute to a deeper understanding of the challenges and possibilities for constructing environmental policies in the current emergent climate context.

Key-words: Political Ecology; Latin America; Ecosocialism; Ecological Identity; Environmental Sociology.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
UEL	Universidade Estadual de Londrina
GEE	Gases de Efeito Estufa
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
COP	Conference of the Parties / Conferência das Partes
CAR	Cadastro Ambiental Rural

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	REVISÃO DA LITERATURA	15
2.1	A CRISE CLIMÁTICA	15
2.2	ESTRUTURA, AGÊNCIA E IDENTIDADE ECOLÓGICA	21
2.3	O PROCESSO HISTÓRICO LOCAL	30
2.3.1	O Colonialismo e o Sul Global	32
2.4	ECOLOGIA MARXISTA.....	34
2.5	DIREITOS DA NATUREZA	38
2.5.1	Direitos da Natureza no Brasil	42
2.5.2	Direitos Naturais e Direitos da Natureza na Sociedade Burguesa.....	43
3	METODOLOGIA	47
3.1	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	47
3.2	ANÁLISE DE DISCURSO.....	48
3.3	RECORTE.....	50
3.4	ETAPAS	50
4	COLETA E ANÁLISE DE DADOS	52
4.1	GOVERNO BOLSONARO (2019-2022)	52
4.1.1	Dia do Fogo	62
4.1.2	Passando a Boiada.....	67
4.1.3	Queimadas no Pantanal e Controle de Mourão	69
4.1.4	Bruno Pereira e Dominic Phillips.....	72
4.1.5	Balanço da Gestão Bolsonaro	76
4.2	GOVERNO LULA (2022-2023)	81
4.2.1	Conferência das Partes #27	83
4.2.2	Discurso em frente ao Planalto em 1 de Janeiro de 2023.	90
4.2.3	8 de Janeiro e atos golpistas	91
4.2.4	Dia Mundial do Meio Ambiente.	92
4.2.5	78ª Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas68F.....	96
4.2.6	Conferência das Partes #28	99
4.2.7	Balanço.....	101
5	SÍNTESE DOS ACHADOS	104
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
	REFERÊNCIAS	109

1 INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas estão criando novas experiências e desafios que estão moldando as identidades ecológicas dos sujeitos, bem como as relações sociais que estabelecemos por meio do convívio com outros por conta do trabalho, família ou quaisquer outras modalidades sociais. Pode-se tomar de exemplo as pessoas que vivem em áreas afetadas por eventos extremos, que desenvolvem novas formas de se relacionar com a natureza e entre si. Deslocam-se de espaços ocupados há gerações por conta de ondas de calor, inundações, tempestades, incêndios, secas ou conflitos por recursos naturais, ou têm de adaptar práticas consolidadas à novos contextos.

Ao mesmo tempo, estas mudanças estão gerando novos movimentos sociais e ativismos ecológicos. Movimentos surgidos por necessidades individuais comuns a seus indivíduos, estão pressionando os governos e as empresas a agirem para enfrentar os problemas ambientais e ressignificando os papéis e não apenas do *locus* dos atores humanos na cadeia da vida, mas dos atores não-humanos na sociedade. Tsing (2022) que argumenta que a natureza é um espaço de conflito e negociação ao afirmar que as identidades ecológicas são formadas por meio das interações entre as pessoas e a natureza, e Haraway (2016), que defende a ideia de que a natureza é uma construção social e que as identidades ecológicas são moldadas por nossas representações da natureza. Estas abordagens teóricas permitem a consideração dos papéis sociais de gênero, de espécie, culturais e de classe, expandindo o *métier* das pesquisas sociológicas.

Consideremos, portanto este contexto crítico ao buscar responsáveis e soluções para a crise e compreender de que forma as relações se transformarão com o agravamento da crise climática. “É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo” – A frase atribuída à Frederic Jameson e Slavoj Žižek, que inicia o livro de Mark Fisher “Realismo Capitalista” (2020), explicita o caráter da ideologia hegemônica¹, segundo a qual a própria lógica capitalista é indistinguível e inseparável

¹ O conceito de hegemonia utilizado neste trabalho se baseia na definição de Gramsci (2002, pp. 62-63), “[...]a supremacia de um grupo se manifesta de dois modos, como "domínio" e como "direção intelectual e moral". Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a "liquidar" ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições fundamentais inclusive para a própria conquista do poder)

de uma “natureza humana. Nas palavras do autor, esta frase expressa “o sentimento disseminado de que o capitalismo é o único sistema político e econômico viável, sendo impossível imaginar uma alternativa a ele” (FISHER, 2020, p.10). A crítica apresentada por Fisher fundamenta-se na perspectiva do declínio cultural², oriundo do realismo capitalista. Nessa linha de análise, é possível estabelecer uma analogia entre a alteração do sistema de valores culturais e ecológicos, os quais são igualmente transmutados em termos monetários pela ideologia e a lógica de produção capitalista. O foco deste estudo, recai sobre a investigação teórica ampliada acerca da conversão dos valores ecológicos em valores de troca³, seguindo a terminologia marxista, a partir da literatura ecosocialista ou da ecologia política marxista, e pela aplicação prática desta teoria na análise do cenário ambiental brasileiro durante o governo do presidente da República Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) e as diferenças de discurso e ações durante a campanha e governo do presidente da República Luís Inácio Lula da Silva (2022-2023).

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios enfrentados pela humanidade no século XXI. O aumento das temperaturas globais, eventos climáticos extremos e o risco crescente para os ecossistemas e as comunidades humanas estão transformando irreversivelmente o nosso planeta. No entanto, muitas vezes a análise sociológica, não considera que essas mudanças não afetam apenas os seres humanos, mas também a natureza e os agentes não-humanos que compartilham conosco o nosso lar comum. Estudos que priorizam as relações não-humanas tendem a limitar-se ao campo das ciências biológicas. As crescentes preocupações com as mudanças climáticas e os impactos sociais e ambientais da crise climática, trouxeram à tona a necessidade de uma análise crítica

² O fenômeno do declínio ou enfraquecimento cultural, conforme abordado por FISHER (2020), representa uma manifestação contemporânea caracterizada pela perda de vitalidade e vigor nas expressões culturais. Este conceito remete à percepção de que a cultura contemporânea, especialmente a produção cultural em massa, está adquirindo uma natureza cada vez mais repetitiva, estagnada e incapaz de apresentar opções distintas ou de se libertar da influência da lógica do capitalismo tardio. Fisher explorou a sensação de desencanto e de ausência de perspectivas futuras que permeia a sociedade atual ao identificar na falta de perspectivas um desdobramento da predominância do neoliberalismo e do capitalismo tardio, os quais restringem a capacidade de conceber e avançar em direção a uma transformação social de magnitude relevante, limitando, assim, a imaginação coletiva. Fisher associou essa condição à maneira pela qual a cultura é produzida e consumida, sendo profundamente influenciada pelo capitalismo, que imprime suas lógicas e restrições de forma significativa neste processo.

³ MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital / Karl Marx; tradução Rubens Enderle. - 2. ed. - São Paulo: Boitempo, 2017.

das políticas públicas ambientais. Estas preocupações partem por um lado, dos estudos climáticos especializados que comprovam este cenário de crise com catástrofes ambientais, e de outro, o crescente número de transformações nas relações sociopolíticas derivadas das mudanças climáticas.

O mundo tem encarado com apreensão e temor, os impactos e consequências das mudanças climáticas quem são o objeto do alerta de cientistas há décadas. No ano de 2022 foi emitido um novo relatório do IPCC⁴ (Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas / Intergovernmental Panel on Climate Change), cujo levantamentos indicam que caso não haja alterações nas relações de produção, e na maneira pela qual produzimos, a temperatura média em algumas regiões brasileiras como o cerrado, irá subir em 5,5° na média e ameaçar não apenas a fauna e a flora nativas, mas a agropecuária e a população local terão que se adaptar a um novo estilo de vida. Setembro de 2023 registrou a maior temperatura média da história⁵ em meio a debates sobre medidas de mitigação dos efeitos das ondas de calor e tempestades tropicais.

As emissões de carbono e outros gases causadores do efeito estufa assumem o protagonismo entre as prioridades de agendas governamentais e científicas que têm como prioridade a manutenção da vida humana na Terra. O equilíbrio metabólico dos sistemas naturais foi rompido, para atender às demandas do mercado.

A crise climática apresenta riscos potenciais e reais aos direitos humanos mais essenciais, como o direito à vida. Conflitos por recursos cada vez mais escassos e crises ambientais já têm causado a emigração de algumas áreas, aumentando o número de refugiados ambientais⁶ pelo mundo. Os impactos das mudanças climáticas são devastadores para os direitos humanos. Comunidades vulneráveis ao redor do mundo estão sofrendo com a perda de vidas, a degradação

⁴ O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) é o órgão das Nações Unidas responsável por avaliar a ciência relacionada às mudanças climáticas, incluindo suas causas e impactos.

⁵ “Planeta teve o mês de setembro mais quente da história, e 2023 deve bater recorde, alerta observatório europeu” <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/10/05/planeta-teve-o-mes-de-setembro-mais-quente-ja-registrado-e-2023-deve-bater-recorde-de-temperatura-alerta-observatorio-europeu.ghtml> Acesso em 07 de outubro de 2023.

⁶ O termo “refugiados ambientais” tem ganhado notoriedade nos debates acerca dos direitos humano e da biologia, sociologia, geografia e ciência climática. https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/eventos/Refugiados_Ambientais.pdf ”.

da saúde, a insegurança alimentar, a falta de água potável e a destruição de seus meios de subsistência. Os povos indígenas, as populações costeiras e os grupos socioeconômicos mais pobres são particularmente afetados, pois têm menos recursos para se adaptar e se recuperar dos impactos das mudanças climáticas. Essa diferença no impacto se dá de maneira dupla, seja pela posição geopolítica do Sul Global ou pela posição geográfica pela proximidade com a linha do Equador.

Os relatórios emitidos pelo IPCC, comprovam que o tema aborda uma das questões mais urgentes que a humanidade enfrenta hoje. O aumento das temperaturas globais, o derretimento das calotas polares, o aumento do nível do mar, eventos climáticos extremos e a perda de biodiversidade estão afetando todos os aspectos da vida humana e não humana no planeta Terra. Estes aspectos, divididos culturalmente em diferentes modos de relações com seus sistemas, valores e cosmovisões.

Os impactos e transformações causadas pelas mudanças climáticas se dão de diferentes maneiras e intensidades, a depender de sua posição no globo e na divisão de classes. Podemos observar consequências já presentes nos modos de vida dos povos indígenas e ribeirinhos, cujo mudanças nos ciclos de chuvas e alteração na salinidade dos rios, causadas diretamente pela emergência climática, já ameaça não apenas sua sobrevivência, mas os elementos constituintes de sua própria cultura.

A ecologia política, ou a teoria política ecológica é uma especialização de um ramo, que até relativamente pouco tempo atrás, acreditava-se ser apenas uma vertente da economia política, e como tal, utilizava dos princípios clássicos para analisar as questões socioecológicas emergentes que surgiam. LITTLE (2006) traz um panorama geral, ao mapear e demonstrar as origens dos estudos ecológicos, e as contribuições destes para o nascimento das ciências sociais:

A partir da década de 1930, funda-se a “ecologia humana”, que aplica os métodos da ecologia natural para as sociedades humanas (Hawley, 1950). Nessa mesma época, o antropólogo Julian Steward começa a analisar as dimensões culturais das adaptações ecológicas de grupos indígenas (Steward, 1938) para posteriormente codificar essa linha de pesquisa no campo da “ecologia cultural” (Steward, 1955). A ecologia cultural produziu várias ramificações dentro da antropologia, nas quais se destacam a etnoecologia (Conklin, 1954), a ecologia neofuncionalista (Rappaport, 1968), a ecologia humana (Moran, 1990), a ecologia processual (Bennett, 1993), a ecologia espiritual (Kinsley, 1995) e, o que é nosso interesse principal aqui, a ecologia política (Schmink; Wood, 1987). (LITTLE, 2006, p..86-87)

LITTLE (2006) estabelece uma relação entre as ciências naturais e as sociais, e em particular, a maneira pela qual a ecologia quando analisada da perspectiva sociológica e antropológica, pode romper as barreiras epistemológicas e institucionais para compreender as influências das estruturas políticas e socioeconômicas sobre o mundo biofísico. A transdisciplinaridade é a única maneira de responder às questões tão complexas como as quais estão em debate sobre as mudanças climáticas, suas causas e efeitos sociais, e maneiras de mitigá-las e/ou revertê-las, tal como traz LEFF (2009):

A complexidade ambiental extrapola o campo das relações de interdisciplinaridade entre paradigmas científicos para um diálogo de saberes, que implica um diálogo entre seres diferentes. A interdisciplinaridade se estabelece no terreno de uma ciência que se tem fragmentado, à época que tem objetivado todas as disposições do ser; sobre a base da construção de uma racionalidade social que, além de compreender sua configuração na modernidade, estabeleceu a norma pela qual deveria se ajustar o mundo. A racionalidade ambiental consiste em um pensamento que se emancipa dessa norma, seu dever de ser imposto, que reabre a história para o poder de ser do ser. A complexidade ambiental configura uma globalidade alternativa, uma confluência e convivência de mundos de vida em permanente processo de diversificação e diferenciação. (LEFF, 2009, p. 22)

Considerando-se o princípio constitucional de um Estado Democrático de direito, segundo o qual todos os cidadãos têm igual valor para influenciar seus governantes de acordo com o Parágrafo Único do Art. 1 da CF de 1988: “Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”, há uma dissonância entre o que têm sido implementado e a vontade geral, considerando-se a pesquisa de percepção climática dos brasileiros de 2021, encomendada pela ITS-Rio - Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio, e realizada pelo IPEC– Inteligência em Pesquisa e Consultoria, que aponta:

Os resultados da pesquisa indicam que a importância que os brasileiros dão à temática do aquecimento global é alta: em 2020, 78% declararam que consideram o tema muito importante e em 2021 essa proporção foi de 81%. Em ambas as edições do estudo, foi residual o percentual daqueles que declararam considerar a temática nem um pouco importante (3% e 2%, respectivamente). (IPEC, 2022, p.4)

A fim de contribuir para com a literatura que fundamenta políticas públicas ambientais e de estabelecer uma crítica ao discurso político ecológico que transpassa polarizações políticas, o presente trabalho buscou na economia política,

biologia, sociologia, antropologia, na análise de discurso e nos estudos culturais, estabelecer uma relação entre os sistemas de reprodução e o modo de produção capitalista, com os embates políticos ambientais.

Como MARX (2012) destaca, não se pode propor uma análise do modelo de produção baseado no valor econômico, que não esteja atrelado ao valor usurpado da natureza e do trabalho.

O trabalho não é a fonte de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (e é em tais valores que consiste propriamente a riqueza material!), tanto quanto o é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, da força de trabalho humana. (MARX, Karl. 2012. p. 24)

A crítica de Marx ao programa de Gotha deixa explícita a relação entre a natureza e o valor de uso dentro do sistema de reprodução capitalista e em um possível sistema socialista. Esta crítica não foi algo novo para Marx, uma vez que no Livro 1 do Capital já é possível apreender este conceito:

[...] O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. (MARX, Karl. 2017. p. 255)

Esta relação de exploração, abordada pela ecologia política, dentro do contexto dos sistemas de opressão e exploração do Capital na formação das relações sociais vigentes a partir de LATOUR (2019), SAITO (2021) e LEFF (2023).

A partir da perspectiva de Goffman sobre identidades culturais e interações sociais, buscou-se compreender as representações simbólicas e as performances discursivas que moldam as políticas ambientais. A análise dos discursos políticos dos governos Bolsonaro e Lula, a luz da teoria de HAJER (1996), permitirá identificar como as identidades culturais são construídas, negociadas e mobilizadas no contexto das políticas ambientais, ampliando a compreensão das estratégias discursivas utilizadas para criar uma identidade ecológica específica e mobilizar apoio político e ao abordar a política como discurso e prática discursiva, fornece uma compreensão mais aprofundada sobre a importância do discurso político na construção das políticas ambientais.

A abordagem de Giddens, trata das maneiras pela qual a relação

entre estrutura e agência se dá pela prática fundamentada nas regras e recursos, em uma lógica de movimento constante e de transformação, proporciona um quadro teórico relevante para analisar as implicações das políticas ambientais nos governos Bolsonaro e Lula, bem como o processo de construção de suas figuras por meio de conflitos de ideias e narrativas. Foi investigado como as políticas governamentais moldam e são moldadas pelas práticas sociais e pelas dinâmicas estruturais da sociedade. Isso inclui examinar como as políticas ambientais influenciam as práticas individuais e coletivas em relação ao meio ambiente, bem como como as estruturas sociais mais amplas afetam as políticas e práticas ambientais. Juntamente a Giddens, a sociologia de Goffman será empregada na ordem de construção de identidades sociais por meio de ordens interacionais e papéis sociais.

A análise de discurso, baseada em HAJER (1996) e o recorte ecológico, é uma ferramenta analítica que permite desvelar as estratégias discursivas e as lutas simbólicas presentes nos discursos políticos sobre as mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável. Essa abordagem permitiu identificar as articulações discursivas e os antagonismos políticos que moldam as políticas ambientais nos governos Bolsonaro e Lula, proporcionando uma análise mais aprofundada das dinâmicas de poder e das relações de hegemonia que influenciam a formulação e implementação dessas políticas. Analisar o conteúdo de governos tão contrastantes da balança política como os de Bolsonaro e Lula, pode auxiliar na compreensão da emergência climática a partir de perspectivas sociopolíticas e ambientais dentro da dinâmica e limites do capitalismo, e suas consequências socioecológicas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A CRISE CLIMÁTICA

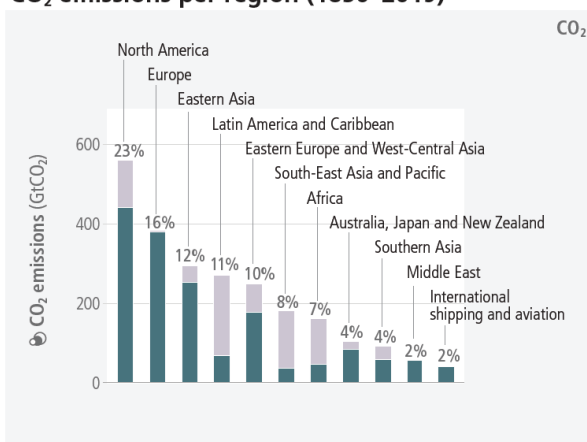
A atual crise climática tem sido abordada a partir de diversas perspectivas e dentro de diferentes áreas de estudo, utilizando uma ampla gama de termos e conceitos. Os interesses por trás destas diferentes definições por vezes ocultam uma preocupação econômica, nacionalista, religiosa, cultural ou outra que seja diversa da preocupação ambiental e humanista. Este é, ainda assim, um problema complexo e multifacetado que não apresenta uma causa única ou uma solução simples. Trata-se de um desafio interdisciplinar que demanda a participação e colaboração de todos os setores da sociedade. Inequivocamente, representa o desafio mais grave já enfrentado pela humanidade, ameaçando a existência de uma parcela significativa tanto dos seres humanos quanto dos não humanos que habitam o planeta, na pior das hipóteses. Na melhor das hipóteses, essa crise irá alterar profundamente a maneira como nos relacionamos e estruturamos nossas vidas. Compreender abordagens fundamentais desta crise para a Sociologia Ambiental e a Ecologia Política é crucial. Essa compreensão possibilita o desenvolvimento de estudos e a formulação de políticas públicas que estejam preparadas para as transformações iminentes. Além disso, auxilia na identificação dos principais fatores desencadeadores da crise, representando um passo essencial para a sua mitigação e resolução.

As atividades humanas, principalmente por meio das emissões de gases de efeito estufa, têm inquestionavelmente causado o aquecimento global, com a temperatura global da superfície atingindo 1,1°C acima dos níveis de 1850-1900 no período de 2011-2020. As emissões globais de gases de efeito estufa continuaram a aumentar durante o período de 2010-2019, com contribuições históricas e contínuas desiguais decorrentes do uso insustentável de energia, do uso da terra e mudanças no uso da terra, estilos de vida e padrões de consumo e produção em diversas regiões, entre e dentro dos países, e entre os indivíduos (alta confiança). A mudança climática causada pelo homem já está afetando muitos extremos climáticos e de tempo em todas as regiões do mundo. Isso tem levado a impactos adversos generalizados na segurança alimentar, na segurança hídrica, na saúde humana e nas economias e na sociedade, resultando em perdas e danos à natureza e às pessoas (alta confiança). Comunidades vulneráveis, que historicamente contribuíram menos para as mudanças climáticas atuais, são desproporcionalmente afetadas (alta confiança). (IPCC, 2023, p.42) (tradução própria)

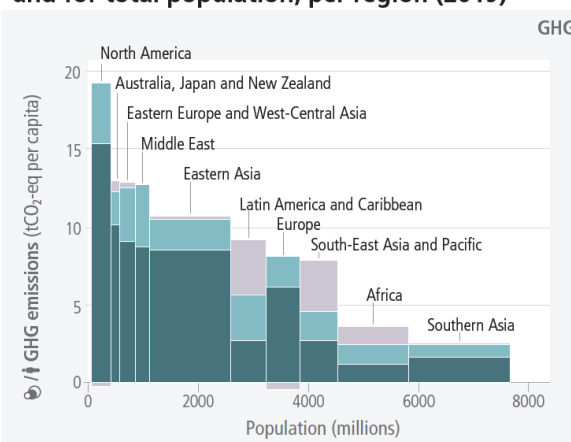
De acordo com a análise do relatório de 2023 sobre mudanças

climáticas divulgado pelo IPCC, é possível afirmar com alto grau de certeza que a atividade humana, especialmente aquela derivada do processo de industrialização, desempenhou um papel preponderante nas emissões de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera. Contudo, não se pode atribuir integralmente esse cenário ao avanço tecnológico no processo produtivo, visto que, mesmo compartilhando tecnologias, a disparidade na taxa de emissões per capita persiste entre os países, conforme evidenciado nos gráficos a seguir:

a) Historical cumulative net anthropogenic CO₂ emissions per region (1850–2019)



b) Net anthropogenic GHG emissions per capita and for total population, per region (2019)



Fonte: IPCC, 2023, p.45

O gráfico (a) ilustra as "Emissões históricas líquidas cumulativas de dióxido de carbono antropogênico por região (1850-2019)", enquanto o gráfico (b) oferece uma visão das "Emissões líquidas de gases de efeito estufa antropogênicos per capita e para a população total, por região (2019)". Embora mundialmente a maior emissão de carbono seja proveniente da produção de energia (64,5%)⁷, e a agropecuária significativamente menos (11,8%), no Brasil esta porcentagem sobe para 48,5%. A taxa de emissão de carbono decorrente das atividades não é a única que deve ser levada em consideração quando analisamos o cenário do agronegócio brasileiro da perspectiva ambiental, mas também o custo ecológico decorrente do uso intensivo de pesticidas, dos recursos hídricos, do desmatamento e da luta política contra comunidades que defendem os recursos naturais, tais como os povos originários e os povos tradicionais, bem como movimentos sociais tal qual o Movimento dos Sem-Terra (MST). As emissões de carbono e outros gases

⁷ Dados da plataforma Climate Watch: <https://www.climatewatchdata.org>

causadores do efeito estufa assumem o protagonismo entre as prioridades de agendas governamentais e científicas que têm como prioridade a manutenção da vida humana na Terra. O equilíbrio metabólico⁸ dos sistemas naturais foi rompido, para atender às demandas do mercado.

A análise dessas figuras, considerando um arcabouço histórico, político e econômico, evidencia que as regiões que contribuíram menos para as emissões de gases de efeito estufa estão entre as mais afetadas pela atual crise climática. Paralelamente, observa-se o oposto, com a América do Norte e a Europa assumindo uma posição proeminente no ranking de emissões. Essa disparidade aponta para um cenário no qual regiões que alcançaram seu desenvolvimento econômico por meio de políticas imperialistas e liberais estão entre as maiores emissoras, enquanto as regiões do Sul Global⁹ permanecem como economias emergentes, suportando, ao mesmo tempo, as consequências mais severas das mudanças climáticas.

Segundo o IPCC (2022), o termo "Antropoceno" proporciona uma compreensão sistematizada do ápice das interações históricas e contemporâneas entre a humanidade e o meio ambiente. Ele também oferece uma perspectiva para antecipar o futuro, visando mitigar desafios, ao mesmo tempo em que reconhece a responsabilidade diferenciada e a possibilidade de restringir o aquecimento global. Além disso, promove investimentos em abordagens que visam um desenvolvimento sustentável capaz de resistir às mudanças climáticas.

Enquanto a responsabilidade por esses problemas é colocada tradicionalmente sobre indivíduos e escolhas pessoais de todos os seres humanos dentro do conceito geral de Antropoceno, tal qual um estado-nação de um sistema mundo cuja responsabilidade é individual e as consequências são coletivas, a verdadeira estrutura do sistema econômico em que vivemos, o capitalismo, é o

⁸ Os termos ruptura metabólicos e equilíbrio metabólico se referem ao termo empregado por Marx, e apropriado por John Bellamy Foster

⁹ O Sul Global, termo utilizado por teóricos como Franz Fanon e Aníbal Quijano, no presente trabalho refere-se a países economicamente e politicamente marginalizados no sistema mundial. Frequentemente caracterizados por níveis mais baixos de desenvolvimento econômico, instabilidade política e desigualdade social em comparação com países de seu contraposto, o Norte Global, que são mais poderosos econômica e politicamente. O termo "Sul Global" é frequentemente usado para enfatizar os legados históricos e contínuos do colonialismo e do imperialismo na formação da atual ordem global, bem como as lutas contínuas por justiça social e desenvolvimento econômico nessas regiões. É importante observar que o Sul Global não é uma entidade monolítica e que existem diferenças e variações significativas dentro e entre as regiões.

principal motor por trás das diversas crises ambientais denominadas mudanças climáticas.

O termo "Capitaloceno", conforme definido por Moore (2022), representa uma designação empregada para descrever uma nova era geológica na qual o sistema econômico capitalista desempenha um papel central nas transformações ambientais globais. Sob essa ótica, estabelece-se uma conexão histórico-climática entre o Capitaloceno e os direitos humanos, uma vez que as atividades intrínsecas ao sistema capitalista impactam diretamente os direitos fundamentais das pessoas, moldando suas relações laborais, sociais, culturais e ecológicas.

Uma das características preponderantes do capitalismo reside na incessante busca pelo crescimento econômico e na maximização dos lucros, muitas vezes à custa dos direitos humanos e do meio ambiente. Empresas capitalistas buscam expandir suas operações, efetuam a exploração extensiva de recursos naturais e incrementam seu consumo de energia, culminando em uma exploração desenfreada dos recursos do planeta e na degradação ambiental

Esta exploração excessiva dos recursos naturais repercute diretamente nos direitos humanos, particularmente nos direitos à vida, à saúde, ao acesso a alimentos e água potável, à moradia e a um ambiente saudável. A degradação dos ecossistemas, o desmatamento, a contaminação do ar e da água, além das mudanças climáticas originadas pelas emissões de gases de efeito estufa, comprometem a saúde e o bem-estar das populações. Embora o termo "Antropoceno" seja prevalente na comunidade científica, não aborda o capitalismo e sua lógica exploratória como causa fundamental. Ao contrário, sugere que as mudanças climáticas são uma consequência "natural" do desenvolvimento humano e de sua ganância, atribuindo uma responsabilidade coletiva a toda a humanidade, independentemente de classe social e localização geográfica.

MOORE (2022), busca assim como outros autores da Geografia e da Ecologia Política, identificar o *golden spike*¹⁰ que teria dado início ao Capitaloceno,

¹⁰ O termo "Golden Spike" na ecologia política faz referência metafórica ao conceito científico de um "marco dourado", inspirado pela prática histórica de usar um pino dourado para marcar estrategicamente uma seção de uma sequência geológica. Na ecologia política, esse conceito é usado para indicar um evento ou fenômeno significativo que serve como um ponto de referência simbólico, marcando uma mudança drástica e muitas vezes irreversível nas condições socioambientais. Assim como o "marco dourado" em geologia marca um evento crucial na história da Terra, na ecologia política,

enquanto outros autores e autoras irão usar termos como Antropoceno, Plantationceno, Plasticoceno, Cthuluceno e outros. Todos estes nomes atribuem uma nova época geológica dentro de nossa era do Holoceno. Esta época é marcada por uma série de fatores, mas destacam-se o aumento de poluentes em toda a biosfera e o aumento rápido das temperaturas médias globais. Enquanto algumas teorias apontam este golden spike na ocasião da revolução industrial do século XIX ou da “Grande Aceleração” em meados do século XX, Moore interpreta que a lógica de acumulação irrestrita e a cisão cartesiana entre humanidade e natureza se deu durante o período das grandes navegações no século XIV e XV, dando início ao Capitaloceno. O Capitaloceno é definido por uma época onde os agentes humanos veem a natureza não apenas como um conjunto de recursos, mas como uma mercadoria a ser explorada, transformada e comercializada para a acumulação de capital. Muito embora as consequências ambientais não fossem em uma escala suficiente para causar impactos significativos, os elementos ideológicos que constituiriam o pensamento capitalista estavam presentes. Estes elementos assumiram caráter hegemônico após as revoluções da América e da França. Para Moore, o Capitaloceno é marcado pela constante busca por novas fronteiras de exploração, onde recursos naturais e força de trabalho são acessíveis e baratos, sustentando a acumulação capitalista.

Esta corrente de pensamento liberal pode ser identificada como uma das influências substanciais no contexto no qual os cientistas têm há séculos alertado sobre os perigos de um possível colapso dos sistemas naturais da Terra. Esses alertas, contudo, confrontavam os interesses econômicos das elites dominantes e, como resultado, foram alvo de supressão ou atenuação por meio de uma série de estratégias culturais e midiáticas que direcionavam a responsabilidade pela crise para o âmbito individual. A inação frente aos sinais de que os limites planetários¹¹ estavam

o "Golden Spike" representa um momento crítico, como uma crise ambiental ou uma mudança de paradigma socioeconômico, que tem profundos impactos no ambiente e na sociedade. Pode referir-se a um ponto de inflexão onde a degradação ambiental atinge um ponto sem retorno ou onde ocorre uma transformação significativa nas relações de poder e nos sistemas econômicos, resultando em consequências ambientais substanciais.

¹¹ Os limites planetários são um conceito proposto por um grupo de cientistas, liderado por Johan Rockström, que aponta nove fronteiras biofísicas fundamentais para o funcionamento do sistema terrestre e que são desencadeadores de outras crises. Esses limites definem o espaço operacional seguro dentro do qual a humanidade pode operar para garantir um ambiente estável e favorável ao desenvolvimento humano a longo prazo. Esses nove limites planetários incluem: **Mudança Climática**: Representa a concentração de dióxido de carbono na atmosfera, não devendo ultrapassar 350 partes

sendo ultrapassados. O capitalismo externaliza os custos ecológicos para maximizar seus lucros. Indo além da contradição inicialmente prevista por Marx no capitalismo, entre trabalho e valor, Moore e Saito (2021) destacam a contradição central entre a lógica de acumulação irrestrita de capital e os limites ecológicos ou metabólicos da Terra. O capitalismo enfrenta uma contradição fundamental entre sua necessidade de expansão ilimitada e a realidade finita dos recursos naturais, e os danos ambientais transferidos para comunidades marginalizadas e para o futuro, criando desigualdades e injustiças climáticas em um misto de opressão exploração econômica e ecológica.

Compreender as origens por trás da situação que nos encontramos é essencial no desenvolvimento de estratégias para o futuro. Essencialmente, a compreensão do atual colapso socioambiental destaca a necessidade premente de debates e implementação imediata de ações direcionadas. Nos últimos anos, a frequência e intensidade de eventos climáticos extremos têm aumentado, e há um reconhecimento palpável pelo público de mudanças discerníveis nos padrões climáticos. No entanto, é imperativo reconhecer que essa escalada não é de forma gradual. Como delineado por Marques (2023), o colapso ambiental não é um evento com uma data precisa, mas um processo contínuo que se desdobra em estágios cada vez mais intensos e frequentes de manifestações e impactos.

Eis o que é essencial compreender sobre o colapso socioambiental em curso:

1. "o colapso ambiental não é um evento com data marcada para ocorrer. Trata-se do processo em que estamos." Esse processo é sutilmente pontuado por sucessivos estágios de agravamento em intensidade, amplitude e frequência de suas manifestações e impactos. Mais importante que tudo: embora gradual, essa sucessão de estágios se caracteriza por sua aceleração e por evoluir de modo não linear (e tendencialmente exponencial), condicionada que é por inúmeras alças de retroalimentação. Disso decorre a certeza de que, mantida a atual trajetória, a situação das sociedades ao final deste decênio será (muito) mais crítica do que em seu início;

por milhão para evitar mudanças climáticas catastróficas. **Perda de Biodiversidade** (Taxa de Extinção): Refere-se à taxa de extinção de espécies, que não deve exceder um certo valor para manter a estabilidade dos ecossistemas. **Interferência nos Ciclos Biogeoquímicos** (Fósforo e Nitrogênio): Refere-se ao ciclo global de nutrientes, como fósforo e nitrogênio, fundamentais para a vida, que não devem ser perturbados em excesso. **Uso da Terra**: Estipula a quantidade de terra que pode ser convertida para uso humano, como urbanização e agricultura. **Aerossóis Atmosféricos e Poluentes Orgânicos Persistentes**: Aborda a quantidade de partículas finas e poluentes persistentes que podem ser liberados na atmosfera. **Acidificação dos Oceanos**: Relacionado com a absorção de dióxido de carbono pelos oceanos, que não deve acidificar a água do mar a níveis prejudiciais para os organismos marinhos. **Estratosfera - Ozônio**: Diz respeito à concentração de ozônio na estratosfera, vital para proteger a vida da radiação ultravioleta. **Água Doce**: Representa a quantidade de água doce disponível para sustentar a vida e atividades humanas. **Aerossóis Atmosféricos** (Partículas Minúsculas na Atmosfera): Limita a quantidade de partículas microscópicas na atmosfera, que podem afetar o clima e a saúde humana.

2. a principal consequência dessa aceleração é que o tempo se torna, aos poucos, a principal variável na avaliação dos riscos. O tempo é, hoje, nosso maior inimigo. Como afirmado na seção anterior, a especificidade de nosso tempo reside justamente em nossa decrescente capacidade de mitigar os crescentes desequilíbrios dos sistemas físicos e biológicos. Portanto, *na ausência de uma mudança de trajetória radical e imediata, ou de curtíssimo prazo*, as ações humanas voltadas para a reversão desse processo precisarão ser cada vez mais radicais e serão cada vez menos efetivas, até se tornarem, caso continuem a ser retardadas, quase irrelevantes;
3. mudar nossa trajetória de colapso requer não apenas parar de destruir a natureza agora, mas nos empenhar em reconstruir, na medida do possível, o que foi destruído desde ao menos a década de 1950. Se os últimos setenta anos foram os anos da “Grande Aceleração”, ou seja, da “Grande Destruição”, os próximos decênios terão de ser os da “Grande Restauração”. É preciso apostar que isso ainda é possível. Essa aposta é, contudo, razoável se, e somente se, como indivíduos e como sociedade globalmente organizada, reagirmos com presteza e à altura do que exige agora a emergência climática e demais emergências socioambientais. (MARQUES, 2023, p.42-43)

Portanto, compreender as raízes e os fatores que contribuíram para a situação em que nos encontramos é crucial para moldar nosso caminho em direção a um futuro sustentável. A análise das circunstâncias passadas nos oferece insights para a construção de estratégias e políticas mais eficazes que não caíam nas mesmas contradições. Neste contexto, entra em jogo um arcabouço teórico fundamental: a interação entre estrutura, agência e identidades ecológicas. Esses elementos formam um alicerce conceitual para entender como as forças sociais, políticas e culturais moldam nossas ações e percepções em relação ao meio ambiente.

2.2 ESTRUTURA, AGÊNCIA E IDENTIDADE ECOLÓGICA

Essa compreensão profunda das origens da crise climática e das dinâmicas socioeconômicas por trás dela nos leva a considerar os conceitos fundamentais de estrutura, agência e identidades ecológicas. A compreensão das dimensões e limites da estrutura e a agência auxilia na compreensão dos sistemas sociais e de seus eventos. Enquanto Durkheim e Weber desenvolveram as raízes do que seriam as definições expandidas destes termos, estes precisaram ser adequados conforme eram aplicados às diversas áreas e de acordo com as transformações tecnológicas, políticas e sociais que remodelaram o mundo, demandando da sociologia novas matrizes teóricas.

Diferentemente de Durkheim, que em suas obras, incluindo 'O Suicídio' (1897), enfatizou o papel desempenhado pelas estruturas sociais, como a família, amigos, trabalho, religião e comunidade, na formação do comportamento individual através de normas, valores e instituições, Max Weber adotou uma perspectiva ligeiramente distinta. Weber argumentava que as regularidades históricas das ações sociais individuais influenciam a formação das sociedades, ao mesmo tempo que são moldadas pelas estruturas sociais. Pode-se dizer, de maneira simplificada para os fins deste trabalho que:

- A estrutura refere-se aos padrões, normas, regras, instituições e arranjos sociais que moldam e influenciam o comportamento humano, podendo incluir aspectos como sistemas econômicos, hierarquias sociais, cultura, leis e instituições políticas. A estrutura fornece um contexto dentro do qual as pessoas interagem e tomam decisões.
- A agência refere-se à capacidade dos indivíduos de agir, tomar decisões e exercer sua liberdade dentro das limitações e oportunidades proporcionadas pela estrutura social. A agência permite que as pessoas façam escolhas, busquem objetivos pessoais e influenciem ativamente a sociedade em que vivem.

Essas diversas perspectivas, moldadas pelas mudanças socioculturais do século XX, ampliaram nossa compreensão da relação entre estrutura e agência. Elas nos lembram de que as influências sociais e as ações individuais são intrinsecamente interligadas, e que essa interação dinâmica continua a evoluir em resposta às transformações da sociedade ao longo do tempo.

À medida que o século XX trouxe mudanças profundas na sociedade, com novas tecnologias, arranjos sociais e políticos, as discussões sobre estrutura e agência foram enriquecidas e adaptadas por outros teóricos sociais. Durkheim e Weber lançaram as bases, concentrando-se nas estruturas sociais e nas ações individuais como forças moldadoras. Porém, figuras como Pierre Bourdieu expandiram essas noções ao introduzir o conceito de 'habitus', capturando as influências internalizadas das estruturas de poder nas escolhas individuais. Este provocou por sua vez outras correntes de pensamento em concordância ou dissonância, porém contribuindo para a ampliação do conceito. O presente trabalho abordará, portanto, as teorias de autores das principais linhas que trabalham com a relação entre a estrutura e a agência, do pensamento europeu, americano e latino-americano, como Erving Goffman, Anthony Giddens, e autores como Enrique Leff, Jesús Martín-Barbero, Donna Haraway, Anna Lowenhaupt Tsing, Stuart Hall e Enrique Dussel a fim

de estabelecer um parâmetro de sociologia ambiental pelo qual os discursos serão analisados na segunda parte.

Erving Goffman, explorando as transformações nas interações face a face em um mundo em rápida evolução, demonstrou como as ações individuais são sensíveis ao contexto e às expectativas sociais. Anthony Giddens, ciente das mudanças culturais e da globalização, contribuiu com a teoria da estruturação, destacando a reflexividade dos indivíduos ao navegar entre influências sociais e tomadas de decisão conscientes em um movimento de constantes transformações.

Por sua vez, a abordagem de Stuart Hall, especialmente relevante no contexto das mudanças socioculturais do século XX, ofereceu uma nova perspectiva na materialidade da identidade. Para Hall, a identidade não é uma característica inata ou fixa, mas sim algo construído socialmente. Isso significa que nossa identidade é moldada por influências sociais, como cultura, linguagem, história e instituições. Em outras palavras, nossa identidade não é apenas sobre quem somos individualmente, mas também sobre como nos encaixamos em grupos sociais e culturais mais amplos. Hall reconhece a existência de estruturas sociais e culturais que moldam nossas vidas e identidades, assim como os demais autores, considerando que elas definem o contexto no qual as pessoas vivem e influenciam suas identidades. Ao mesmo tempo, Hall enfatiza a importância da agência individual. A agência se refere à capacidade das pessoas de agir e tomar decisões conscientes dentro das estruturas sociais e culturais em que estão inseridas. Ele não vê os indivíduos como meros produtos passivos dessas estruturas, mas como agentes ativos que podem influenciar e até mesmo desafiar essas estruturas. A identidade, então, é construída por meio da negociação constante entre as estruturas sociais e a agência individual. As pessoas não são simplesmente moldadas pelas normas e valores da sociedade, mas também podem resistir a eles e reinterpretá-los. Essa resistência e reinterpretação são cruciais para a construção da identidade. Assemelhando-se a Giddens no sentido de que a forma social segue uma lógica de movimento constante onde prevalece uma reprodução em transformação, e que um sistema social é fundamentado na regularidade das práticas em um sistema social, diferentemente de Parsons, Hall interpreta que as identidades permanecem em um fluxo de constante evolução.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma

multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar ao menos temporariamente (Hall, 2006, p.13)

A maneira pela qual interpretamos o ambiente e damos significado aos signos, então, é responsável pela pluralidade de sentidos e identidades resultantes. As informações passadas por meio de políticos, sofrem distorções e ilusões que atendam suas agendas particulares, e

À medida que as estruturas sociais e culturais mudam ao longo do tempo, as identidades das pessoas também mudam. Além disso, as pessoas podem adotar múltiplas identidades em diferentes contextos, refletindo a fluidez da identidade. A identidade não é uma entidade fixa, completa, segura e coerente, mas sim uma construção social e cultural que se desenvolve ao longo do tempo. Ela é composta por múltiplas identidades possíveis, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas, que são influenciadas por fatores como gênero, raça, classe social, orientação sexual, religião, nacionalidade, entre outros. A identidade é, portanto, uma construção provisória, variável e problemática, que está em constante transformação e negociação com o mundo social e cultural em que vivemos. Pode-se afirmar que a identidade ecológica dos indivíduos tem sofrido influências das consequências da emergência climática, que por sua vez influencia em suas próprias ações individuais e coletivas, podendo ser analisados por uma lente grande angular que capture formas sociais em seu aspecto maior, como pelo processo de análise de Bourdieu ou Giddens, ou uma lente “microscópica” que permita a análise em escala individual, como a empregada por Erving Goffman (1985) e Bernard Lahire (1995).

Na análise das questões ecológicas no presente contexto, a sociologia de Goffman, que se concentra nas interações sociais e comportamentos de indivíduos em contextos sociais específicos para a construção de identidades, acaba por trazer a perspectiva que busca a superação dessa relação dualista entre estrutura e agência, e se foca nos indivíduos e suas relações entre expectativas do grupo e realidades dos papéis sociais desempenhados pelos agentes. Enquanto a sociologia tradicionalmente se concentra em padrões sociais, estruturas e tendências de grupos maiores, como comunidades, sociedades ou culturas, esta sociologia em escala individual pode revelar nuances entre agentes que podem explicar comportamentos de dissonância social, ao observar como as ações, as escolhas e as experiências individuais contribuem para esses padrões sociais. A experiência de cada agente e

seu senso de responsabilidade para com a natureza é muito complexo para atribuir uma relação de correção direta a um ou dois fatores, porém alguns fatores comuns podem revelar as razões para não adentrar um padrão.

Lahire concentra-se na análise das práticas sociais de indivíduos em contextos específicos, reconhecendo que as ações e escolhas individuais são profundamente influenciadas pelas estruturas sociais em que esses indivíduos estão imersos. Ao aplicar essa perspectiva à temática ambiental, podemos examinar como as identidades ecológicas se formam e evoluem a partir das práticas cotidianas dos agentes humanos em resposta aos desafios ambientais. Isso nos permite entender não apenas como as estruturas sociais moldam a relação das pessoas com o meio ambiente, mas também como as identidades ecológicas individuais contribuem para a construção mais ampla de identidades coletivas em um cenário de emergência climática.

Podemos observar também que a sociologia de escala individual de Lahire ressalta a importância de considerar as nuances das interações sociais e das práticas individuais na formação da identidade. Isso se alinha com a perspectiva de que as identidades ecológicas não são homogêneas, mas sim complexas e multifacetadas, moldadas por uma variedade de fatores, incluindo valores culturais, experiências pessoais e influências sociais. Portanto, ao adotarmos a abordagem de Lahire, podemos examinar como as identidades ecológicas na América Latina refletem uma diversidade de perspectivas, experiências e valores, e como essa diversidade contribui para a formação de identidades complexas e híbridas que respondem de maneira única às questões ambientais e climáticas na região. Essa análise em escala individual também nos permite capturar a dinâmica das interações entre agentes humanos e não-humanos, destacando como essas interações influenciam e são influenciadas pelas práticas individuais, contribuindo assim para uma compreensão mais abrangente das identidades ecológicas na América Latina.

As identidades ecológicas Latino-Americanas, enquanto representativas das múltiplas cosmovisões e filosofias nativas, assumem um caráter social e político de resistência ao capitaloceno, construído por lutas interseccionais e valores coletivos a partir do que Leff (2000), que argumenta que a crise ambiental é um resultado da ruptura entre a humanidade e a natureza e propõe uma ecologia política que reconheça a interdependência entre a sociedade e a natureza, tal como Tsing (2022) e Haraway (2016), denomina como um “saber ambiental”. Este Saber

Ambiental é definido como um campo de conhecimento que se ocupa da compreensão das relações entre a sociedade e a natureza, buscando superar a visão reducionista e fragmentada da ciência moderna e abarcando dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais. Segundo Leff, o saber ambiental é uma síntese de saberes que se fundamenta em uma epistemologia da complexidade, que valoriza a interdisciplinaridade, a diversidade cultural e a interdependência entre sistemas naturais e sociais. O saber ambiental é uma forma de conhecimento que busca superar a separação entre sujeito e objeto, natureza e cultura, reconhecendo a natureza como um sujeito com direitos próprios, assim como Gudynas (2019), e a importância das diferentes formas de saber e de conhecimento em relação à natureza. A identidade ecológica, entretanto, é construída levando em consideração a maneira pela qual estes saberes ambientais são empregados na atuação política, enquanto resistência ao modelo hegemônico.

O campo do debate ambiental não é delimitado exclusivamente entre esquerda vs. direita, marxistas vs. neoliberais ou qualquer outra matriz política econômica, apesar da lógica extrativista desenvolvimentista ser mais comumente associada a projetos políticos de direita conservadora, como foi o caso do governo do ex-presidente da República do Brasil, Jair Bolsonaro e seus ministros do meio-ambiente Ricardo Salles e Joaquim Leite. Considerando aquilo que Hall (2006) considera sobre uma identidade cultural e política da diferença, estes conceitos também podem ser aplicados ao estudo de como movimentos e políticas ambientais são moldados por diferentes grupos culturais e sociais, e como esses grupos podem ter diferentes perspectivas e interesses quando se trata de questões ambientais. Como mencionado, a pauta ambiental foi absorvida por grupos de interesses distintos, sendo transformada em mercadoria a ser comercializada na forma de créditos de carbono, como pauta política de grupos de extrema-direita nacionalista (ecofascismo), bem como de ligação com visões cosmológicas de povos originários, de crítica econômica considerando a natureza como um fator primordial (ecossocialismo) e muitos outros. Alguns grupos possuem interesses convergentes e outros dissonantes acerca de pautas distintas. Estes elementos estruturais no contexto brasileiro contribuem para a definição de identidades, sejam estas mutáveis ou fixas, e atuam em resposta dialética à estímulos externos somados a iniciativas internas.

Há um consenso entre uma considerável proporção de acadêmicos latino-americanos de que o conceito de "desenvolvimento sustentável", promovido por

aqueles que acreditam na possibilidade de conciliar os interesses econômicos com a preservação dos recursos naturais, é fundamentado na premissa de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. No entanto, argumenta-se que essa abordagem é intrinsecamente incompatível com as contradições inerentes a um sistema capitalista.

De maneira análoga à impossibilidade de conciliar as divergências entre capital e trabalho, burguesia e proletariado, argumenta-se que o lucro e a preservação são incompatíveis. Isso se deve ao fato de que o objetivo primordial do capitalismo é a maximização dos lucros e o crescimento econômico, o que pode resultar no consumo excessivo de recursos e na exploração desmedida do meio ambiente. Além disso, a busca incessante pelo lucro pode contribuir para a distribuição desigual de recursos e riqueza, criando obstáculos significativos ao acesso dos grupos marginalizados aos recursos necessários para sua subsistência.

Essa incompatibilidade se manifesta claramente em fenômenos relacionados aos refugiados ambientais, nos quais os principais responsáveis pelas emissões de carbono, predominantemente situados no Norte global, têm desfrutado de um significativo desenvolvimento econômico à custa da degradação ambiental. Enquanto isso, as comunidades do Sul global sofrem desproporcionalmente as graves consequências dessa exploração desigual.

Entre as diversas alternativas que a sociologia postula para analisar esta desigualdade, Giddens propõe que o elemento central de investigação nas ciências sociais devem ser as práticas sociais, que são as atividades ordenadas no espaço e no tempo que compõem a vida social. De acordo com esta teoria, compreender como as práticas sociais ocorrem e são organizadas é fundamental para uma compreensão mais profunda do funcionamento da sociedade. A estruturação social, segundo Giddens, ocorre através dessas práticas, que são continuamente reproduzidas e modificadas pelos agentes sociais.

Na perspectiva de Giddens, a concepção predominante entre a maioria das pessoas envolve uma notável discrepância entre suas preocupações e rotinas diárias, e a percepção do impacto dessas atividades em um futuro abstrato e sombrio, caracterizado por perturbações climáticas, conforme indicado por diversas análises acadêmicas. Apesar da existência de conhecimento consolidado sobre as repercussões da mudança climática em escalas tanto individuais quanto coletivas, a

humanidade, como uma entidade coletiva, está apenas nos estágios iniciais da adoção de medidas necessárias para enfrentar de maneira apropriada as emergentes exigências associadas ao desenvolvimento de novos padrões comportamentais, políticas e práticas. Neste sentido, a obra de Giddens que trata diretamente da emergência climática “A Política da Mudança Climática” (2012), vai na contramão desta perspectiva e segue o modelo hegemônico do capital, de buscar a manutenção do sistema de produção atual enquanto desenvolvem-se novas tecnologias no futuro, que colaborem para mitigar as consequências das ações no passado enquanto continua a emitir GEE (Gases de Efeito Estufa) ao invés de buscar potencialidades de ação sobre a identidade humana.

Curiosamente, o conceito introduzido por Giddens da "dualidade da estrutura", realça a interdependência entre estrutura e agência. Considerando este conceito, as estruturas sociais são formadas tanto pela atividade humana quanto, ao mesmo tempo, impõem limites e moldam essa atividade. Isso significa que os agentes sociais não são meramente determinados pelas estruturas sociais, mas, sim, têm a capacidade de influenciar e alterar essas estruturas por meio de suas práticas. Entretanto, na questão climática, o autor defende a centralidade do papel do Estado em assumir as tarefas de controle ambiental, e no desenvolvimento das novas tecnologias.

A teoria de Canclini (2019), destaca a interconexão entre estruturas sociais e culturais e identidades ecológicas em constante evolução na América Latina, enfatizando a necessidade de uma abordagem interdisciplinar para compreender a complexidade das relações entre seres humanos e meio ambiente na região. Fruto da exaustiva compreensão das identidades ecológicas na América Latina, Canclini enfatiza que essa região é caracterizada por uma rica tapeçaria de culturas e perspectivas, resultando em identidades ecológicas frequentemente híbridas. Ele argumenta que as estruturas sociais e culturais exercem influência na formação dessas identidades, proporcionando o contexto para a interação de diferentes sistemas de conhecimento e práticas tradicionais. No entanto, Canclini também destaca a dinâmica em constante transformação das identidades ecológicas, à medida que indivíduos e comunidades interagem com o meio ambiente e com diferentes tradições culturais. Isso implica que as estruturas sociais e culturais não são apenas moldadas por, mas também se adaptam às identidades ecológicas. Também reconhecer a diversidade de perspectivas ecológicas na América Latina,

incluindo influências indígenas, tradicionais e globais. Essa diversidade contribui para a formação de identidades complexas e híbridas, onde diferentes narrativas ecológicas coexistem e interagem.

Enrique Dussel (1998) argumenta que a colonização foi um processo de desumanização, e na tradição da filosofia da libertação, analisa o legado do colonialismo na América Latina, enfatizando a relação entre exploração de recursos naturais e marginalização de comunidades locais e indígenas e como estes fatores influenciam na formação de uma identidade ecológica distinta da maioria do mundo. Sua ética da libertação promove a interculturalidade como meio de reconhecer tradições locais na construção de identidades ecológicas e na busca por justiça ambiental, enquanto Anthony Giddens concentra-se na resposta política à mudança climática, enfatizando o papel do estado nacional e a necessidade de cooperação global. Juntos, esses autores contribuem para a compreensão das complexas interações entre agência, estrutura e identidades ecológicas na América Latina e no contexto global contemporâneo.

A compreensão dos elementos que evidenciam os padrões sociais, através da análise de suas estruturas, bem como a relação intrínseca entre esses padrões e a agência dos indivíduos, representa uma empreitada no contexto da sociologia com o potencial de transformação e salvação dos alçozes da humanidade, criados por esta mesma. Esta abordagem não apenas permite a explicação de comportamentos coletivos e individuais, mas também desempenha um papel crítico no delineamento de estratégias e ações de longo prazo. Essas estratégias não se limitam à simples mitigação de questões ambientais específicas, mas visam uma transformação substancial nas perspectivas e objetivos de desenvolvimento da sociedade em sua totalidade.

Essa transformação inclui a consideração das individualidades e das diversas características culturais e sociais que permeiam a sociedade. Portanto, a análise das estruturas sociais e da agência individual não apenas fornece insights cruciais para a compreensão dos fenômenos sociais, mas também embasa a formulação de abordagens abrangentes que visam um desenvolvimento da sociedade como um todo, abarcando individualidades e diversidades culturais e sociais.

A construção de uma identidade ecológica própria não remete apenas a um aspecto cultural ou uma característica de um pensamento comum ao povo latino-americano, mas é uma forma de resistência política originária de todos os povos da

Abya Yala em oposição às novas formas de colonialismo empregadas pelo capital. As lógicas desenvolvimentistas enraizadas nas estruturas dos Estados-Nações reforçam seus valores constantemente e buscam tomar o controle da narrativa ambientalista de maneira que esta não afete seus próprios objetivos econômicos. Enquanto a cultura é construída pelo meio em que vivemos e pelas relações hegemônicas às quais estamos sujeitos, esta pode ser alterada e remoldada para atender interesses diversos. Os interesses de privilegiar a preservação acima do lucro desmedido estão atrelados diretamente à própria sobrevivência humana e de uma infinidade de outros seres não-humanos.

As novas dinâmicas entre agentes humanos e não humanos, à luz das discussões sobre estrutura e agência, acrescentam uma dimensão fascinante à compreensão de nossa relação com o ambiente natural. A medida em que reconhecemos a natureza como um ator na sociedade, como proposto por Tsing e Haraway, a dinâmica entre estrutura e agência se estende para além do domínio humano. Isso implica em considerar como nossas ações e decisões individuais e coletivas afetam não apenas outros seres humanos, mas também ecossistemas, espécies e até mesmo objetos tecnológicos. Essa interação complexa e em constante evolução entre humanos e não humanos redefine nossa compreensão de agência, expandindo-a para além da esfera humana, e nos desafia a repensar as estruturas sociais que governam essas interações. À medida que navegamos pelo século XXI, é imperativo considerar como as decisões que tomamos hoje afetarão não apenas a nós mesmos, mas também o intrincado mundo de agentes não humanos que compartilham este planeta conosco.

2.3 O PROCESSO HISTÓRICO LOCAL

O percurso histórico da América Latina é notadamente caracterizado pela exploração e subjugação dos corpos humanos e não humanos mediante políticas colonialistas, imperialistas e capitalistas, cuja manifestação inaugural ocorreu com a invasão em 1492. Este evento marcou o início de um processo colonizador que ultrapassou a esfera material, exercendo influência sobre as estruturas e hierarquias de valores e relações presentes no subcontinente. Este processo inaugural constituiu-se como o antecessor da dicotomia entre a humanidade e a natureza, impondo os

valores europeus de acumulação e conquista de territórios que persistem até os dias atuais.

Essa primeira invasão europeia na América, liderada por Cristóvão Colombo, desencadeou uma série de eventos históricos que tiveram profundos impactos não apenas na América Latina, mas também no cenário global. A chamada "Descoberta da América" inaugurou um período de colonização e expansão imperialista por parte dos países europeus, visando à exploração de recursos naturais e à expansão de seus impérios. Esse processo foi marcado por opressão, escravização de populações nativas, exploração de terras e recursos, e imposição de uma visão de mundo baseada no domínio e na superioridade cultural europeia.

Essa imposição de valores europeus e o estabelecimento de sistemas econômicos baseados na exploração dos recursos naturais e na mão de obra forçada tiveram consequências profundas. As estruturas sociais e econômicas foram moldadas de acordo com os interesses coloniais, estabelecendo um padrão de desigualdade persistente que afeta tanto a distribuição de recursos quanto o acesso a direitos básicos. A exploração desenfreada de recursos naturais também gerou sérios impactos ambientais, marcando o início de uma relação predatória com o meio ambiente que persiste até os dias atuais. Esse contexto histórico lançou as bases para a compreensão das complexas relações entre sociedade, economia e ecologia na América Latina.

No âmbito das diversas configurações que a colonialidade assume na América Latina, o foco deste estudo recai sobre a "colonialidade da natureza" como a mais pertinente para a compreensão do contexto geográfico-histórico presente, como exposto por PESSOA e BRANDENBURG (2022):

[...] a colonialidade da natureza também tem sido destacada. Nesse caso, podemos apontar que a colonialidade ocorre por meio de diversos modos de controles que operam sobre a natureza, tanto em termos epistemológicos, procurando legitimá-los, como em termos práticos, ao apropriar-se e explorar de maneira direta a natureza — tomada somente como um recurso (ALIMONDA, 2011). Escobar, por sua vez, indica que a natureza também está marcada pela diferença colonial — levando em conta que toda relação sociedade-natureza está situada e ocupa um lugar na diferença colonial. Nesse aspecto, é preciso reconhecer que a relação que é estabelecida pela modernidade-colonialidade — que separa sociedade e natureza — é imposta sobre as demais (ESCOBAR, 2003). [...] Ao estabelecer seu domínio, podemos pontuar que a colonialidade da natureza tem acentuado a crise ambiental, uma crise que, segundo Leff, representa uma crise de pensamento (LEFF, 2004). Para superar a crise ambiental, marcada pela incapacidade da modernidade de promover e garantir a sustentabilidade ambiental, têm sido

realizados esforços que podem ser analisados desde a perspectiva da ecologia política, que inclui em seu interior distintos modos de ler e pensar a realidade social e ambiental e também de agir, processos que podemos reconhecer que estão diretamente relacionados ao lugar que se ocupa na diferença colonial (ESCOBAR, 2003). Nesse aspecto, a partir do continente latino-americano ganha espaço a ecologia política latino-americana, que resgata, promove e está em diálogo com conhecimentos e práticas locais silenciadas, orientando processos de lutas e resistências em direção à justiça social e ambiental (ESCOBAR, 2003). (PESSOA, BRANDENBURG, 2022, p.49)

O impacto da colonialidade no Sul Global teve repercussões abrangentes na configuração das relações entre as comunidades locais e seus territórios, promovendo uma redefinição dos valores intrínsecos e um contínuo teste de suas fronteiras diante das incursões do imperialismo euro-americano.

2.3.1 O Colonialismo e o Sul Global

As comunidades indígenas e camponesas do subcontinente latino-americano têm desenvolvido práticas anti-hegemônicas que inspiraram teorias ecossocialistas em seus territórios, defendendo a terra e os ecossistemas como parte de sua identidade cultural e resistindo ao modelo de desenvolvimento capitalista imposto pelas elites locais e transnacionais. A importância de se estudar essas formas de resistência e as lutas populares pela justiça ambiental na América Latina é fundamental para entender as possibilidades de construção de uma ecologia marxista e para inspirar outras formas de resistências que correspondam a quaisquer esperanças de mitigação das consequências das mudanças climáticas e seus extremos atmosféricos que afetam não apenas as condições de sobrevivência e reprodução da vida humana, mas aspectos sociopolíticos e culturais, e, portanto, demanda uma análise objetiva das condições concretas.

A defesa da terra pela autodeterminação dos povos indígenas, dos modelos agroflorestais, a preservação de terras ricas em recursos minerais ofende o espírito econômico liberal, e esta oposição ideológica conflagra conflitos violentos em um ciclo repetitivo da acumulação primitiva. Muito além da perspectiva eurocêntrica e econômica do uso da terra, a ligação dos povos originários, do MST, dos quilombolas e dos ribeirinhos se dá de maneira cosmológica que transcende a visão hegemônica. Percebe-se que os interesses materiais de curto prazo por parte do capital financeiro

sobrepõem-se aos interesses dos povos originários ao verificar ações e conflitos entre garimpeiros e indígenas, latifundiários e o MST, quilombolas e o narcotráfico, dentre outros, assim como em conflitos explícitos na arena do poder público, como nos valores investidos para a instauração de um Marco Temporal ou contra um código florestal compreensivo.

Tomando de exemplo a história dos indígenas Kaingang, particularmente no século XX, foi marcada por tensões e conflitos entre movimentos sociais indígenas e agricultores, e a morosidade do Estado em determinar a regularização fundiária das reservas, entre grilagens e retomadas de terras. Tal afirmação é resultado da pesquisa realizada por FERNANDES e PIOVEZANA (2006) acerca da relação dos indígenas Kaingang com a terra, através de um resgate histórico-documental do processo de conflitos e determinação de territórios indígenas com interesses políticos de colonização de terras e branqueamento da população. As terras tomadas não representavam apenas um cerceamento das condições materiais de subsistência dos povos Kaingang, mas uma agressão a seu modo de vida, suas crenças e identidade, conforme explicado pelos autores:

Para compreender quais os sentidos da perspectiva Kaingang de conservação e de recuperação ambiental é preciso reconhecer que para estes indígenas a tradição está ancorada em uma matriz ecológica. Os processos de colonização com a derrubada das matas e a exploração madeireira, mais do que a transformação ambiental, feriu o modo de vida, a cultura e a própria identidade Kaingang. Recuperar as matas é recuperar parte de sua identidade, dos cenários de suas tradições. Neste sentido, os Kaingang percebem que o direito aos seus territórios tradicionais é acompanhado do direito ao seu ambiente tradicional. (FERNANDES e PIOVEZANA, 2006, p.121)

As relações de colonialismo, imperialismo e capitalismo estão presentes no Sul Global desde o processo das grandes navegações e sua lógica de exploração da natureza como mencionado anteriormente. Estas impactaram as condições materiais, sociais e ambientais dos países invadidos, e que no atual modelo capitalista de sociedade, os mantém em sua maioria, em condições de subserviência ao Norte Global. Compreende-se que entre as respostas à estas relações, a crítica ecológica marxista leva em consideração aspectos centrais para a atual crise climática pelos motivos já expostos, e, portanto, para vislumbrar alternativas e soluções futuras, deve-se partir da solução das contradições existentes e identificadas.

2.4 ECOLOGIA MARXISTA

O conceito de equilíbrio metabólico primeiro empregado por Justus von Liebig para definir a Lei do Mínimo acerca da química do solo determina que todo organismo depende de ao menos um elemento condicionante que limita a produtividade. Esta lei que costuma ser utilizada para o cálculo de nutrientes a serem equilibrados no solo, de modo a calcular os limites metabólicos que garantam a saúde e a fertilidade do solo, é adaptada por Marx e Engels tanto em seu sentido literal acerca da produtividade do solo¹², quanto para identificar os limites produtivos da produção do valor, sendo o elemento essencial deste o trabalho.

Com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista, esta, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelo homem sob forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. (MARX, Karl. 2017. p. 572)

Apesar da contribuição recente de Saito a partir dos manuscritos que ainda não haviam sido traduzidos ou identificados até pouco tempo, a crítica ecológica marxista não é recente. O húngaro István Mészáros sistematizou há mais de 50 anos elementos que ligam a crise do capital a seus limites estruturais. Segundo ele, a própria lógica do capital contradiz qualquer forma de reprodução social ecológica dentro dos limites metabólicos planetários. É da natureza do capital consumir e acumular:

É da natureza do capital não reconhecer qualquer medida de restrição, não importando o peso das implicações materiais dos obstáculos a enfrentar, nem a urgência relativa (chegando à emergência extrema) em relação a sua escala temporal. A própria ideia de "restrição" é sinônimo de *crise* no quadro conceitual do sistema do capital. A degradação da natureza ou da dor da devastação social não têm qualquer significado para seu sistema de controle sociometabólico, em relação ao imperativo de sua autorreprodução numa escala cada vez maior. É por isto que durante o seu relacionamento com as condições básicas da reprodução sociometabólica -, mas estava destinado a fazê-lo cedo ou tarde. [...] Isto não vale apenas para as exigências de energia da humanidade ou para a administração dos recursos naturais e dos potenciais químicos do planeta, mas para todas as facetas da agricultura global, inclusive a devastação em grande escala das florestas e a maneira irresponsável de tratar o elemento sem o qual nenhum ser vivo pode sobreviver: a água. (MESZÁROS. 2002. p. 253)

¹² MARX, Karl 2017 - N.R. 325 p. 573

Trazendo estes conceitos para o subcontinente latino-americano, Malcom Ferdinand, em sua obra “Uma Ecologia Decolonial” apresenta uma análise crítica partindo dos equívocos presentes nos movimentos antirracistas e decoloniais, apresenta no cerne de seu argumento que a separação entre as questões ecológica e colonial impede a percepção da ligação intrínseca entre a destruição do meio ambiente e o legado colonial. Este é um aspecto que foge à crítica materialista de muitos dos autores do norte global como Moore e Mészáros.

Imaginar uma transição ecológica justa que não considere a superação do capitalismo é tão viável quando imaginar um socialismo baseado em combustíveis fósseis, como analisa FERNANDES (2023).

A crise ecológica é parte do contexto de condições herdadas do passado, o que restringe velhas opções e demanda a reformulação de perspectivas dentro do marxismo sobre desenvolvimento, expansão industrial, dependência, anti-imperialismo e soberania. Não é mais viável imaginar um socialismo baseado na crescente exploração do petróleo simplesmente porque as condições que herdaremos caso falhe uma transição energética justa serão extremamente desvantajosas para a garantia de uma vida saudável para bilhões de pessoas. Uma análise a partir do materialismo histórico e dialético permite, desse modo, fazer ajustes de percurso e, conseqüentemente, avaliar seus resultados para novos ajustes. (FERNANDES, Sabrina 2023, p. 22, introdução do 18 de Brumário de Karl Marx)

O conceito de ruptura metabólica resgatado por John Bellamy Foster ao considerar um projeto ecossocialista, diz respeito à separação entre o equilíbrio da equação da interação entre a humanidade e o resto da natureza, que deriva do modo de produção capitalista, e cujo distanciamento tende a aumentar conforme o desenvolvimento das forças produtivas e a produtividade não estão acompanhados de um retorno em igual escala daquilo que foi tomado. O Ecossocialismo parte dos estudos originais de Marx em seus cadernos de 1844, onde embora se apresente uma teoria incompleta, percebe-se que o autor compreende reconhece “importância estratégica de restabelecer uma “unidade” consciente entre humanos e natureza como uma tarefa central da sociedade comunista” (SAITO, p. 25, 2021). Se refere a uma análise da alienação da natureza para a qual Marx apresenta uma maneira de compreender o intercâmbio dinâmico entre humanos e natureza.

A compreensão do significado dos tipos de alienação em Marx, tal como elaborada por Saito, como sendo: a alienação do trabalho a “mero” meio de sobrevivência; a redução das atividades humanas a manutenção da subsistência

física; a dimensão da função do trabalho na existência humana passando de ser uma expressão de sua liberdade para uma forma de instrumentalização em benefício da riqueza alheia e finalmente, o estranhamento do homem em relação ao produto de seu próprio trabalho – é essencial para a formação inicial da teoria ecossocialista.

A mecanização da experiência humana não enxerga além de seu pequeno papel na produção da mercadoria, e se torna míope para as relações de produção e o equilíbrio metabólico que estas relações têm para com o meio natural. É importante reconhecer as diferenças ontológicas do ecossocialismo para com demais correntes marxistas, por questões como a descrita por FERNANDES (2020):

(O ecossocialismo) visa eliminar o produtivismo — cuja influência pode limitar o socialismo a uma mudança na propriedade dos meios de produção sem alterar o paradigma de produção — eliminando a obsolescência programada e promovendo o planejamento democrático da produção ao redor das questões de porquê, onde, para quê, quanto e para quem.

Esta teoria ressoa com a perspectiva dos povos originários, que historicamente promovem a defesa de uma formação social em equilíbrio metabólico dos meios de produção e reprodução para com o meio natural, que são vozes representativas do ecossocialismo *das margens* quando comparados aos centros capitalistas mundiais, representados neste estudo por figuras como Aílton Krenak e entrevistas com representantes de grupos camponeses e indígenas. A fala de Krenak (2019) exprime na prática a teoria dos tipos de alienação de Marx, enquanto revelando a oposição da burguesia para com modelos que considerem o equilíbrio metabólico natural:

A organicidade dessa gente é uma coisa que incomoda, tanto que as corporações têm criado cada vez mais mecanismos para separar esses filhotes da terra de sua mãe. “Vamos separar esse negócio aí, gente e terra, essa bagunça. É melhor colocar um trator, um extrator na terra. Gente não, gente é uma confusão. E, principalmente, gente não está treinada para dominar esse recurso natural que é a terra. ” Recurso natural para quem? Desenvolvimento sustentável para quê? O que é preciso sustentar? A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo.

Os povos originários do continente americano têm resistido há mais de cinco séculos o avanço colonialista desta burguesia agrária, que enxerga o mundo natural como uma reserva a ser explorada e comercializada. SVAMPA ressalta este aspecto:

Decrescimento e pós-extrativismo são dois conceitos contemporâneos de caráter contestatário e multidimensional que compartilham algumas características. Por exemplo, fazem um diagnóstico crítico sobre o capitalismo contemporâneo, que não é analisado apenas como causador de uma crise econômica e cultural, mas também como impulsionador de “uma crise socioecológica de proporções civilizatórias”. Tanto o pós-extrativismo como o decrescimento defendem que o planeta possui limites ecológicos e enfatizam a insustentabilidade dos modelos de consumo imperial, amplamente difundidos em todo o mundo. Por isso, são ponto de partida para pensar novos horizontes de transformação e alternativas baseadas em outra racionalidade ambiental — diferente da economicista, que prega a mercantilização da vida em todos os seus aspectos. (SVAMPA, 2019).

O modo de produção capitalista e a sociedade decorrente de sua lógica, consomem recursos humanos e naturais em busca da acumulação de capital. A distinção entre homem e natureza, é uma que têm se apagado quando analisamos a interdependência de suas relações e impactos, dentro de uma perspectiva contemporânea e pós-marxista. Quando Badiou.¹³ (2001-2002) apresenta uma análise das motivações de líderes neoliberais, expõe que na realidade presente, onde “toda existência é avaliada em termos de dinheiro”, não necessitam defender o capitalismo ou seus méritos em detrimento de outros modos e sistemas de produção, apenas “dizer que todo o resto é horrível”. Ao construírem para si uma imagem moralmente superior de acordo com seus próprios valores, encenam uma falsa racionalidade ao buscarem méritos pela comparação com os demais.

In truth, our leaders and propagandists know very well that liberal capitalism is an inegalitarian regime, unjust, and unacceptable for the vast majority of humanity. And they know too that our “democracy” is an illusion: Where is the power of the people? Where is the political power for third world peasants, the European working class, the poor everywhere? We live in a contradiction: a brutal state of affairs, profoundly inegalitarian—where all existence is evaluated in terms of money alone—is presented to us as ideal. To justify their conservatism, the partisans of the established order cannot really call it ideal or wonderful. So instead, they have decided to say that all the rest is horrible. Sure, they say, we may not live in a condition of perfect goodness. But we’re lucky that we don’t live in a condition of evil. Our democracy is not perfect. But it’s better than the bloody dictatorships. Capitalism is unjust. But it’s not criminal like Stalinism. We let millions of Africans die of AIDS, but we don’t

¹³ COX, Cristoph; WHALEN, Molly; BADIOU, Alain. “One evil: an interview with Alain Badiou” em Cabinet Magazine, 2001-2002. Disponível em: https://cabinetmagazine.org/issues/5/cox_whalen_badiou.php

make racist nationalist declarations like Milosevic. We kill Iraqis with our airplanes, but we don't cut their throats with machetes like they do in Rwanda, etc. (BADIOU, Alan. 2001-2002)

Podemos afirmar então, que enquanto a pauta dos direitos humanos foi explorada em decorrência dos impactos pessoais percebidos no processamento da máquina do capitalismo, a natureza ficou limitada a ser defendida por grupos minoritários e não hegemônicos que estavam em contato mais direto com estes agentes naturais como as populações indígenas. Esta perspectiva tem sido adaptada para que seja explorada e considerada no desenvolvimento de políticas públicas ambientais. Os "direitos da natureza" são um conceito e uma abordagem jurídica e ética que reconhecem que a natureza, incluindo ecossistemas, tem seus próprios direitos intrínsecos, independentemente da utilidade que possa ter para os seres humanos. Essa perspectiva contrasta com a visão tradicional, na qual a natureza é considerada uma propriedade ou recurso a ser explorado em benefício humano. Os defensores dos direitos da natureza argumentam que os ecossistemas têm um valor inerente e uma dignidade própria, e merecem ser protegidos e preservados independentemente de seu valor utilitário para os seres humanos. Esses direitos, inspirados nos direitos naturais e auto evidentes dos humanos incluem o direito à existência, ao funcionamento ecológico saudável, à regeneração, à diversidade biológica, entre outros.

2.5 DIREITOS DA NATUREZA

À medida que enfrentamos esse desafio global, também estamos reconhecendo a importância dos direitos da natureza. Ecossistemas saudáveis e resilientes desempenham um papel fundamental na mitigação e na adaptação às mudanças climáticas. Eles atuam como sumidouros de carbono, ao absorver e estocar o carbono atmosférico, bem como regulam os padrões climáticos e fornecem serviços ecossistêmicos essenciais, como a purificação do ar e da água. A biodiversidade desses locais também desempenha um papel crucial na manutenção da estabilidade dos ecossistemas e na proteção de todas as formas de vida dentro dessa cadeia global.

Em primeiro lugar, é essencial reconhecer que os seres humanos não são os únicos beneficiários dos direitos. A proteção dos ecossistemas e a preservação da biodiversidade são cruciais para a sobrevivência e o bem-estar de todas as formas de vida. A destruição de habitats naturais, a poluição dos recursos hídricos, a exploração desenfreada dos recursos naturais e a mudança climática têm consequências devastadoras para os ecossistemas e para as espécies que deles dependem. Essas violações dos direitos da natureza afetam, por sua vez, as comunidades humanas que dependem desses recursos para sua subsistência, segurança alimentar e saúde.

Podemos citar a degradação dos ecossistemas costeiros e marinhos e como podem afetar diretamente as comunidades de pescadores, que dependem dessas áreas para sua subsistência e sustento como exemplo. A poluição do ar causada pela queima de combustíveis fósseis contribui para a deterioração da saúde humana, aumentando a incidência de doenças respiratórias e cardiovasculares. O desmatamento desenfreado leva à perda de habitats naturais e à extinção de espécies, além de contribuir para a mudança climática, que, por sua vez, intensifica fenômenos extremos, como secas e enchentes, afetando a segurança alimentar e a disponibilidade de recursos hídricos.

Somando-se a isso, as violações dos direitos humanos, como a exploração de trabalhadores em indústrias poluentes ou a remoção forçada de comunidades indígenas de suas terras ancestrais em prol do desenvolvimento econômico, também têm impactos sobre o meio ambiente. A falta de participação e inclusão das comunidades afetadas nas decisões que envolvem seus territórios e recursos naturais resulta em desequilíbrio ecológico e injustiças sociais.

Reconhecer a interconexão entre os direitos humanos e os direitos da natureza é crucial para promover uma abordagem holística e sustentável para enfrentar os desafios ambientais e sociais que enfrentamos. Isso implica reconhecer que a proteção dos ecossistemas e a garantia dos direitos da natureza são essenciais para a sobrevivência e o bem-estar de todas as formas de vida, incluindo os seres humanos. A implementação de políticas e práticas que promovam a conservação ambiental, a justiça climática, a participação das comunidades afetadas e a transformação de modelos econômicos insustentáveis é fundamental para construir um futuro mais equitativo e ambientalmente responsável.

Considerar os direitos dos agentes não-humanos em relação às mudanças climáticas deve ser considerado como uma prioridade. As espécies animais e vegetais estão enfrentando sérias ameaças devido aos impactos climáticos, como a perda de habitat, a extinção de espécies e a interrupção dos ecossistemas. Essas mudanças afetam diretamente sua capacidade de sobreviver e prosperar, o que, por sua vez, tem consequências para a saúde e o equilíbrio não apenas das sociedades humanas, mas de todo o planeta e seus habitantes.

Conciliar os direitos humanos, os direitos da natureza e os direitos dos agentes não-humanos diante das mudanças climáticas é um desafio complexo. Existe uma tensão intrínseca entre as necessidades humanas segundo a ideologia hegemônica de desenvolvimento, produção e acumulação, e a proteção ambiental. As sociedades dependem dos recursos naturais para sua subsistência e desenvolvimento, mas, ao mesmo tempo, o uso excessivo desses recursos está causando a degradação ambiental e as mudanças climáticas.

Essa tensão também oferece oportunidades de encontrar soluções equilibradas, na medida em que abordagens que promovam a justiça social e a sustentabilidade ambiental são propostas por aqueles preocupados com as consequências da ação humana no presente e no futuro. Ações que reduzam as emissões de gases de efeito estufa, incentivem o uso de energias renováveis, promovam a conservação da biodiversidade e implementem práticas agrícolas sustentáveis são essenciais para enfrentar as mudanças climáticas de maneira inclusiva.

Nesse contexto, os movimentos sociais na América Latina têm desempenhado um papel fundamental na luta por justiça climática e na defesa dos direitos humanos, dos direitos da natureza e dos direitos dos agentes não-humanos. Comunidades indígenas, camponesas, movimentos ambientais e outros grupos mobilizam-se em defesa de seus territórios, do acesso à água limpa, da preservação de ecossistemas e da garantia de direitos fundamentais. Esses movimentos promovem uma visão integrada e interseccional, reconhecendo a interdependência entre os seres humanos, a natureza e todas as formas de vida.

Ao refletirmos sobre a correlação entre os direitos humanos, os direitos da natureza, a perspectiva marxista e os movimentos sociais na América Latina, podemos perceber a urgência de repensar nossas relações com o planeta e com todas as suas formas de vida. Isso implica em adotar uma abordagem que

considere não apenas as necessidades imediatas das comunidades humanas, mas também a preservação dos ecossistemas, a mitigação das mudanças climáticas e o respeito pelos direitos de todas as espécies.

O reconhecimento dos direitos da natureza pode ser entendido como uma resposta às mudanças climáticas que considera não apenas a necessidade de preservar o meio ambiente, mas também as questões estruturais e sistêmicas do sistema capitalista. Este reconhecimento implica também em uma virada na perspectiva antropocêntrica da construção e reprodução social, para aquilo que GUDYNAS (2019) denomina “biocêntrica”.

[...] outros pontos de vista a serem considerados, são os denominados biocêntricos, cuja ênfase é mais abrangente e focaliza os valores próprios na vida, seja de indivíduos, espécies ou ecossistemas. Em parte, sobrepõem-se aos pontos de vista ecocêntricos, mas vão além de um olhar ecossistêmico, já que reconhecem a existência de valores intrínsecos, próprios da vida, tanto humana como não humana. Nesse caso, defendem-se valores próprios nos seres vivos, nos elementos não vivos, e também no meio ambiente, em paisagens ou em ecossistemas em geral. Além disso, o desenvolvimento dos processos vitais e evolutivos, sem interferência humana, é um valor em si mesmo. Não se negam as valorações humanas; a elas, soma-se o reconhecimento dos valores intrínsecos no não humano. (GUDYNAS, 2019, p.58)

Nessa abordagem, os direitos da natureza são vistos como fundamentais e intrinsecamente ligados aos direitos humanos. Reconhece-se que os ecossistemas têm um valor próprio e que todas as formas de vida têm direito à existência e à saúde. Isso implica em romper com a visão tradicional que considera a natureza como um recurso a ser explorado e tratado de forma arbitrária. De acordo com essa perspectiva e as perspectivas ecossocialistas, o sistema capitalista, baseado na busca incessante pelo lucro e na exploração irrestrita dos recursos naturais, é apontado como uma das principais causas das mudanças climáticas e da degradação ambiental. O modelo de produção capitalista, orientado pelo crescimento econômico constante e pela acumulação de capital, promove a exploração desenfreada dos recursos naturais, sem considerar os limites ecológicos do planeta.

O reconhecimento dos direitos da natureza vai além de uma simples preocupação ambiental, mas questiona a própria lógica do sistema capitalista, que coloca os interesses econômicos acima da preservação ambiental e do bem-estar coletivo. Para a perspectiva marxista, a exploração da natureza é uma extensão da exploração da classe trabalhadora, pois ambos são vistos como formas de extração da forma valor pelo capital.

2.5.1 Direitos da Natureza no Brasil

Os direitos da natureza são teoricamente garantidos segundo o Art. 225 da Constituição Federal de 1988¹⁴, tal como consta:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

¹⁴ Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> E que para tal, é exigido do Poder Público, tal como consta:

I - Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - Exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

VIII - manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis destinados ao consumo final, na forma de lei complementar, a fim de assegurar-lhes tributação inferior a incidente sobre os combustíveis fósseis, capaz de garantir diferencial competitivo em relação a estes, especialmente em relação às contribuições de que tratam a alínea "b" do inciso I e o inciso IV do caput do art. 195 e o art. 239 e ao imposto a que se refere o inciso II do caput do art. 155 desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 123, de 2022)

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

§ 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos

Embora haja esta previsão na lei, os dados referentes à danos ambientais como desmatamento, liberação de produtos químicos na natureza decorrentes das atividades da agricultura e do garimpo, entre outras, comprovam que não há uma efetividade concreta da mesma. Seja pelo caráter genérico do Artigo, pela herança cultural e a construção de uma identidade ecológica, estas partem do contexto e das condições materiais, culturais e históricas de cada povo, e sua posição na luta de classes. A compreensão das dinâmicas entre os agentes, estruturas e processos que o contexto latino-americano, e de boa parte do Sul global, possui particularidades e características comuns, de lutas e resistências frente a exploração e colonialismos. Entre os aspectos de maior relevância para a luta dos movimentos sociais do Sul global está a luta pela terra.

2.5.2 Direitos Naturais e Direitos da Natureza na Sociedade Burguesa

Quando consideramos a constituição histórica dos direitos humanos, podemos traçar suas relações dialéticas com as estruturas econômicas, sociais e políticas das sociedades. Enquanto a garantia da dignidade humana nem sempre foi a prioridade das classes dominantes, ou sequer o é hoje, a mesma é necessária para a reprodução social do próprio sistema que às mantém em uma posição de dominação relativa.

Desde a constituição dos mesmos como uma busca por princípios nobres como o direito à vida, à liberdade e à busca pela felicidade, como afirmado por Thomas Jefferson¹⁵, em sua lista de verdades auto evidentes, não removem o fato de que uma parcela significativa da renda econômica do mesmo advinha do trabalho escravo¹⁶. A divisão artificial realizada após o iluminismo cartesiano, através de uma suposta racionalidade que buscava categorizar grupos e indivíduos entre Nós x Eles; Humanos¹⁷ x Não-Humanos, serviu para justificar e legitimar sistemas e exploração

¹⁵ Trecho da Declaração da Independência dos Estados Unidos da América. Disponível em: <https://www.archives.gov/founding-docs/declaration-transcript#:~:text=We%20hold%20these%20truths%20to,their%20just%20powers%20from%20the>

¹⁶ <https://www.smithsonianmag.com/history/the-dark-side-of-thomas-jefferson-35976004/> Acesso em 10 de jul. de 2023.

¹⁷ Utiliza-se aqui o termo “agentes não-humanos”, de maneira similar à LATOUR, Bruno (1994) em sua obra “Jamais fomos modernos”, onde o autor utiliza a expressão para denominar agentes que até então eram considerados como parte passiva do ambiente, sujeitos aos desígnios dos entes humanos. Estão

e expropriação tais como o colonialismo, imperialismo, capitalismo, fascismo e neoliberalismo.

As mudanças climáticas têm um impacto direto e adverso nos direitos fundamentais dos indivíduos. O direito à vida enfrenta ameaças significativas por meio de eventos climáticos extremos, tais como furacões e secas prolongadas, que comprometem a segurança e a sobrevivência das populações. A saúde pública é prejudicada pelo aumento da propagação de doenças transmitidas por vetores e pela poluição atmosférica decorrente do aquecimento global.

A segurança alimentar é comprometida pela maior frequência e intensidade de eventos climáticos extremos, acarretando em escassez de alimentos. A disponibilidade de água potável é afetada pela escassez hídrica originada das mudanças climáticas, particularmente em regiões áridas. Além disso, a habitabilidade é ameaçada pelo agravamento das inundações costeiras e outros fenômenos climáticos extremos, culminando em deslocamento compulsório e crises de refugiados associadas às mudanças climáticas. Tais impactos acentuam as desigualdades sociais e constituem uma ameaça aos direitos humanos fundamentais, incluindo o acesso à água e à habitação.

Mascaro (2017) relaciona a luta contra a isonomia capitalista com a defesa dos direitos humanos ao afirmar que as garantias políticas e jurídicas avançam por meio das tensões e lutas sociais, mas quando Estados e o Direito ameaçam arranhar determinadas distribuições da riqueza ou do poder, os direitos humanos são varridos do cenário da própria sociabilidade burguesa. Com base no que se pode observar no decorrer das últimas décadas, com a resposta às demandas de cientistas para que os impactos ambientais fossem mitigados, o mesmo se aplica aos direitos da natureza.

As tensões e lutas sociais fazem avançar garantias políticas e jurídicas, mas, quando Estados e direito ameaçam arranhar determinadas distribuições da riqueza ou do poder, direitos humanos são varridos do cenário da

incluídas nesta definição, criaturas animais, vegetais, fúngicas e minerais.

“Nós, ocidentais, somos completamente diferentes dos outros”, este é o grito de vitória ou a longa queixa dos modernos. A Grande Divisão entre Nós, os ocidentais, e Eles, todos os outros, dos mares da China até o Yucatán, dos inuit aos aborígenes da Tasmânia sempre nos perseguiu. [...] Porque o Ocidente se pensa assim? Porque justamente ele, e apenas ele, seria algo mais que uma cultura? Para compreender a profundidade desta Grande Divisão entre Eles e Nós, é preciso retornar a esta outra Grande Divisão entre os humanos e os não-humanos” (LATOURETTE, 1994, p.96-97)

própria sociabilidade burguesa. Não é necessário se limitar a casos exemplares da história contemporânea, como o Brasil, a partir de um golpe militar cuja normativa jurídica máxima e simbólica foi o Ato Institucional nº 5, o Chile do horror de Pinochet ou, no extremo, o nazismo e o fascismo. (MASCARO, 2017, p.111)

Pode-se dizer que a luta por direitos humanos é uma batalha árdua contra a barbárie reacionária, mas é preciso reconhecer o capitalismo como uma barbárie estrutural, mesmo que, eventualmente, melhorada juridicamente. Apenas a luta no solo da própria vida capitalista, atravessada pelas suas contradições, é que permite a eventualidade de sua superação como diz o autor:

As lutas de superação do capitalismo partem do chão da própria vida capitalista. Seu desenvolvimento se faz em tal solo, constrangido pelas suas formas sociais e, tendencialmente, tragado por elas. Mas, ao mesmo tempo, apenas a luta nesse mesmo solo, atravessada pelas suas contradições, é que permite a eventualidade de sua superação.

O discurso e a luta por dignidade encerrados em tipos jurídicos revelam a manutenção da exploração capitalista. Ainda que os direitos humanos sejam uma batalha árdua contra a barbárie reacionária, é preciso reconhecer o capitalismo como uma barbárie estrutural, mesmo que, eventualmente, melhorada juridicamente. Tal como há uma distância enorme entre o odiar o outro, o respeitar formalmente o outro e o amar o outro, há uma distância enorme e similar entre o ódio aos direitos humanos, o respeito formal aos direitos humanos e o amor à dignidade estrutural de todos os seres humanos. (MASCARO, 2017, p.136-137)

Considerando as mudanças nas relações de exploração de agentes humanos e não-humanos em decorrência do desenvolvimento da sociedade capitalista, a fim de alimentar as cadeias de produção de mercadorias, forças humanas e naturais ultrapassaram seus limites metabólicos que garantem sua reprodução. Entretanto, conquistas advindas de movimentos sociais conquistaram a garantia de um mínimo de dignidade, enquanto movimentos ambientalistas lutaram para garantir um convívio sustentável com a natureza, sem muito sucesso, tal como evidenciado pela crise climática.

Mascaro (2017) parte do aspecto antropocêntrico, ainda, ao analisar preocupações ecológicas enquanto ameaças e oportunidades para a própria vida humana, de maneira similar a outros teóricos marxistas como István Mészáros, John Bellamy Foster, Brett Clark e outros ao trazer que:

[...] quando a produção capitalista adentra novas fronteiras ecológicas, o consumo se expande como massificado e plenamente indistinto e os recônditos do corpo são trabalhados, surgem lutas que levam a novas extensões dos direitos humanos. Essas dimensões, já não localizáveis em

indivíduos, grupos ou classes, atravessam uma subjetividade geral e pousam em objetos de direitos humanos como a natureza ou o patrimônio histórico e cultural.

Sendo assim, para o autor, uma extensão da busca pela qualidade de vida e direitos humanos à uma vida saudável e digna. A perspectiva ecológica marxista tradicional encara que uma mudança necessária, vai ser criada, igualmente, a partir das contradições do próprio sistema capitalista e quaisquer medidas ambientais que não carreguem em sua essência a crítica ao Capital, está fadada a reproduzir estas mesmas contradições. Observamos uma análise similar por Clark e Foster (2011), quando estes afirmam:

[...] há uma síntese necessária entre Marx e Mészáros, na formulação de uma concepção de transição para um sistema sustentável de reprodução metabólica social. Tanto a igualdade substantiva quanto a sustentabilidade ecológica são os pilares de uma sociedade livre dos ditames e da lógica do capital. Essas considerações ajudam a superar as divisões inerentes ao desenvolvimento do capital enquanto um sistema. A igualdade substantiva ajuda a superar o isolamento social e a alienação que caracterizam as relações capitalistas. A sustentabilidade ecológica implica superar a alienação em relação à natureza. Os problemas ambientais contemporâneos mais urgentes estão intimamente ligados à operação do capital. Portanto, a ação social demanda incorporar uma crítica ao próprio capital, a fim de erradicar um sistema baseado na expansão constante e descontrolada, independentemente das consequências socioecológicas. (CLARK e FOSTER, 2011, p. 126)

No âmbito da ecologia marxista, prevalece um consenso aproximado que aponta para a notável contradição existente entre o modo de produção capitalista e a harmonia natural, considerando os limites planetários. Essa contradição é percebida como sendo de magnitude semelhante àquela que se manifesta entre o trabalho e o valor.

Nesse contexto, uma transformação suficiente desse modelo implicaria, essencialmente, na superação intrínseca do próprio modo de produção capitalista.

3 METODOLOGIA

O processo de elaboração do trabalho se deu em duas etapas principais, sendo a primeira, bibliográfica, e a segunda, empírica, na coleta e análise de discursos dos presidentes Bolsonaro e Lula, seus ministros e ministra do meio-ambiente, bem como de políticas públicas selecionadas.

3.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Uma pesquisa bibliográfica é um método de coleta e análise de informações de fontes publicadas, como livros, revistas acadêmicas, anais de conferências e outros materiais escritos. Envolve identificar literatura relevante relacionada a um tópico de pesquisa específico, analisar criticamente as fontes e sintetizar as informações obtidas para tirar conclusões ou informar pesquisas futuras. A pesquisa bibliográfica costuma ser usada nos estágios iniciais de projetos de pesquisa para obter uma visão geral do tópico e identificar conceitos e temas-chave, ou como uma forma de apoiar argumentos e posições na escrita acadêmica.

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Embora seja uma parte essencial de pesquisas empíricas, uma pesquisa pode focar unicamente em dados provenientes de fontes bibliográficas, especialmente quando o objeto da pesquisa, abrange um repertório demasiadamente vasto, e como no caso deste estudo, interdisciplinar e demanda um reconhecimento e delimitação teórica. GIL (2002 p. 45) nos traz que “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. [...] quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. ”

O caráter multifacetado do objeto deste estudo exige que o levantamento de dados extrapole o campo das ciências sociais, e dialogue com a biologia, a geografia, a climatologia, e diversas outras ciências e suas teorias específicas. FERREIRA (2011) defende que:

Se o investigador não pode ser “neuro” às dificuldades e se o tempo e o espaço são variáveis internas da análise, tem-se como consequência necessária desta que a tarefa de reestruturação das ciências sociais tem de resultar da interação de estudiosos provenientes das mais diversas paragens e perspectivas e que essa interação deve ser algo real e não mera cortesia para mascarar a imposição das concepções de apenas alguns setores da comunidade científica. (FERREIRA, Leila da Costa. 2011 p.11)

E reconhece-se que o presente estudo objetiva, portanto, colaborar não apenas com a própria Sociologia, mas as diversas áreas que objetivam a compreensão e propor possíveis soluções às mudanças climáticas em uma relação de reciprocidade.

3.2 ANÁLISE DE DISCURSO

De forma a atender os objetivos deste projeto, a segunda e principal etapa deste trabalho se orientou pela metodologia da análise de discurso e como esta permite investigar a maneira pela qual as estruturas linguísticas e discursivas são mobilizadas para expressar ideias, valores, crenças e intenções por meio de um exame das escolhas linguísticas, os padrões de fala, as formas retóricas e as estratégias argumentativas presentes nos discursos, revelando como esses elementos contribuem para a construção de sentidos e para a influência sobre os interlocutores. Este projeto não tratará das ações e decisões políticas em si para além de efeitos de contextualização da locução, e se valerá dos diversos estudos e reportagens acerca do tema para tal.

Na análise de discursos políticos, a teoria dos enquadramentos é frequentemente aplicada para identificar as estratégias textuais e as representações contidas no discurso de um político. Isso ajuda a compreender como os políticos constroem e comunicam suas mensagens, moldando a percepção pública de questões específicas. Os enquadramentos podem ser usados para realçar determinados aspectos de uma questão, associá-la a valores específicos, criar

empatia ou antipatia em relação a uma ideia e influenciar a opinião pública.

A construção destes enquadramentos, se dará por meio das falas diretas, bem como das políticas públicas ambientais implementadas por seus locutores, como explica HAJER (1996):

Para analisar esse processo [do discurso ecológico], recorreremos à metodologia da análise de discurso. Isso não se refere apenas à análise da discussão da crise ecológica, mas examina todos os fatores que influenciam a maneira como concebemos a problemática ambiental. Argumentar-se-á que os desenvolvimentos na política ambiental dependem criticamente da construção social específica dos problemas ambientais. Não analisamos apenas o que está sendo dito, mas também consideramos o contexto institucional no qual isso é feito e que co-determina o que pode ser dito de maneira significativa. (HAJER, 1996, p.2, tradução própria)

Escolheu-se para o presente trabalho, a abordagem de Maarten A. Hajer (1996) acerca da análise de discurso em decorrência do escopo desta investigação que residirá na análise discursiva de políticas ambientais em um contexto de emergências climáticas, no qual se pretende estabelecer um comparativo discursivo entre as presidências de Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva. Considerando a especificidade do tema, o mesmo será norteado pela abordagem argumentativa preconizada por Hajer, que apreende relações entre linguagem, narrativas e coalizões discursivas no processo de elaboração e delineamento das políticas públicas. Estas políticas públicas permitem não apenas contextualizar o discurso, mas como também expressar consonâncias e dissonâncias entre as falas de seus interlocutores e suas ações propriamente ditas. Hajer adota uma abordagem analítica discursiva alinhada à tradição foucaultiana, na qual reconhece o poder do discurso em legitimar determinados padrões de pensamento, expressar-se de maneira verbal e comportamental, ao mesmo tempo em que marginaliza formas alternativas a ele. O autor reconhece que a “questão ambiental” é protagonista de discursos políticos que interpretam o significado desta questão e suas possíveis respostas, da forma como lhes convém a servir seus interesses. A primeira parte deste trabalho tratou, portanto, de definir o problema para que sua problemática seja analisada em sua segunda parte.

Hajer conduz uma análise crítica do que ele conceitua como o discurso da "modernização ecológica" ou "ecomodernismo". Este discurso, no atual contexto de debates ambientais e no processo de negociação internacional de acordos climáticos, embora reconheça a natureza estrutural da problemática

ambiental, postula que as instituições existentes têm a capacidade de abordar satisfatoriamente essa questão. No cerne desse discurso, as mudanças climáticas são abordadas predominantemente sob uma perspectiva econômica, pautada em estratégias orientadas pelo mercado, com os governos adotando políticas ambientais flexíveis e descentralizadas. Questões de natureza ética, equitativa e relacionadas a responsabilidades históricas são relegadas a um plano secundário nessa configuração discursiva. Estes aspectos subjetivos serão considerados e interpretados na fase de análise de dados pelas perspectivas de autores da sociologia ambiental.

3.3 RECORTE

A delimitação geográfica selecionada compreende o território nacional brasileiro. Esta escolha foi fundamentada na percepção de que as principais determinações das políticas ambientais são centralizadas e hierarquizadas, demandando uma interação complexa entre distintos atores no contexto político. Embora houvesse relevância em analisar uma gama mais ampla de políticas na América Latina, a decisão foi restringi-la aos limites geográficos do Brasil, dadas as restrições temporais para a realização desta pesquisa.

O limite temporal compreendeu o mandato completo do ex-presidente Jair M. Bolsonaro (2019-2022) e o primeiro ano (2023) do mandato do atual presidente Luís Inácio Lula da Silva.

3.4 ETAPAS

Com base na metodologia da análise de discursos, elencou-se as seguintes etapas a serem seguidas para a execução da pesquisa.

- 1- A partir de uma revisão dos principais conceitos e abordagens mobilizados por HAJER (2016), estabeleceu-se o framework teórico pelo qual os discursos seriam analisados, justamente de

quaisquer teorias pontuais para temas específicos que se façam necessárias.

- 2- Escolha e coleta de dados, discursos, declarações, reportagens, entrevistas e outros materiais, que pudessem iluminar os posicionamentos desses políticos sobre questões ambientais e mudanças climáticas e as principais decisões ambientais tomadas pelos governantes, elencadas e selecionadas por relevância e destaque midiático.
- 3- Utilização da abordagem de análise de discurso de Hajer para análise dos discursos dos políticos selecionados por meio de uma leitura cética e sua codificação, para a identificação das principais narrativas, enquadramentos e estratégias discursivas usadas por cada político para abordar as mudanças climáticas e a busca por padrões e tendências nestas falas.
- 4- Comparação Interpolítica de diferentes períodos (Bolsonaro e Lula) para avaliar como a postura em relação às mudanças climáticas e a identidade ecológica difere entre eles juntamente da interpretação dos resultados da análise comparativa, com destaque para implicações para a conscientização ambiental, políticas e a sociedade.
- 5- Elaboração de uma síntese dos achados e suas contribuições para a atingir os objetivos da pesquisa.

4 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Com base nos parâmetros teóricos estabelecidos pela crítica ecológica ao longo deste estudo, procederemos à análise dos elementos discursivos de dois governos em ocasiões representativas, tanto em termos de alcance quanto de significado. Seguindo a abordagem de HAJER (1996), torna-se evidente que o conflito ecológico contemporâneo adquiriu uma dimensão discursiva, deslocando o foco político não apenas para a questão da existência de uma emergência climática e ambiental, mas, fundamentalmente, para sua interpretação. Essa percepção, influenciada pelo pensamento filosófico e sociológico predominante na década de 1990, buscava compreender o impacto da globalização e a configuração da política ambiental nesse novo contexto interconectado.

Contrariando as expectativas, conforme evidenciado na revisitação do autor a esse tema recentemente (2023)¹⁸, observa-se uma polarização não apenas no espectro econômico, mas também no ideológico. Tal polarização se reflete em discursos negacionistas e desenvolvimentistas, ambos destoando dos parâmetros científicos, sociais, culturais e ambientais delineados nas seções anteriores deste trabalho. O que permaneceu válido, entretanto, foi a maneira pela qual estes discursos são mobilizados com intenções políticas. Os discursos em questão serão, portanto, submetidos a uma análise criteriosa, levando em consideração tais parâmetros, identificando seus pontos de concordância e discordância.

4.1 GOVERNO BOLSONARO (2019-2022)

As medidas implementadas durante o governo Bolsonaro caracterizaram-se por uma série de decisões que contrariaram os interesses da sociedade civil e a preservação ambiental. Essas ações incluíram desregulamentações ambientais, redução nas atividades de fiscalização e a designação de ministros do meio ambiente com vínculos diretos com o agronegócio. Um ponto de destaque desse período foi a gestão da pandemia de CoViD-19, cuja

¹⁸ “AISSR Harvest Day Lecture & Aftertalk Maarten Hajer” 23 de nov. de 2023. <https://www.youtube.com/watch?v=wadyZ5YSWgM>

urgência sanitária desviou a atenção da população, sendo utilizada estrategicamente como uma oportunidade para implementar mudanças não favoráveis ao meio ambiente, popularmente conhecidas como a estratégia de "Passar a boiada".¹⁹

Utilizou-se do termo "anti-ambientalista" no presente trabalho, pelo caráter explicitamente contrários a demandas sociais e ecológicas, visando o retorno financeiro imediato, como parte de uma ideologia particular e lastreada no liberalismo. Em entrevista²⁰ ao portal Brasil de Fato, Marcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima, afirma:

Está claro que a destruição ambiental promovida nos últimos quatro anos foi planejada e cumprida de forma consciente, assim como as ações genocidas contra os povos indígenas. Chegou a hora de investigar e punir os responsáveis, para que o Brasil não se esqueça, e para que nunca se repita.

O governo Bolsonaro foi marcado também pela resistência de representantes de todos os órgãos ambientais, do início ao fim de seu mandato. No início de 2022, a presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a urbanista, advogada e doutora em Ciência Política Suely Araújo em entrevista²¹ ao portal Brasil de Fato, afirmou:

O presidente Bolsonaro manteve o discurso - e mantém até hoje - de deslegitimação da política ambiental e suas regras, dos órgãos ambientais, Ibama e ICMBio. Mas ele tem um especial foco na questão dos agentes federais ambientais, os fiscais. Isso vem quando ele questiona a "indústria da multa" e o valor das multas. Ele comemora que as autuações caíram. Tudo isso enfraquece o órgão ambiental e na prática tira deles o poder. O enfraquecimento [da política ambiental] não é feito só com as boiadas do ex-ministro Salles. Esse discurso geral de enfraquecimento contra a fiscalização, para mim, é o ponto mais forte. O fiscal se sente deslegitimado, e a população também passa a vê-lo como uma figura que atrapalha. O presidente faz isso o tempo todo e não vai parar até o final do governo, tenho certeza. Então essa narrativa contra a fiscalização é o principal fator de enfraquecimento. Você tira a credibilidade dos órgãos e seus fiscais perante a população. Isso é péssimo porque o órgão de fiscalização tem que ser respeitado. É um requisito para ele funcionar bem. Esse fator está no Bolsonaro e estava no ex-ministro Salles. Quanto ao atual ministro [Joaquim Leite], nem se sabe direito qual a posição dele. Porque é um "zero", fica de boca calada. Mas em

¹⁹ Salles defende aproveitar momento para "passar a boiada" e simplificar normas... – Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/videos/2020/05/23/salles-defende-aproveitar-momento-para-passar-a-boiada-e-simplificar-normas.htm>? Acesso em 30 de jul. de 2023.

²⁰ Redação. Relatório expõe estrago na política ambiental sob Bolsonaro. Brasil de Fato. 27 de mar de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/27/relatorio-expoe-estrago-na-politica-ambiental-sob-bolsonaro> Acesso em 20 de dez de 2023.

²¹ PAJOLLA, Murilo. Com Bolsonaro, política ambiental chegou ao "fundo do poço", diz ex-presidente do Ibama. Brasil de Fato. 07 de fev. de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/07/com-bolsonaro-politica-ambiental-chegou-ao-fundo-do-poco-diz-ex-presidente-do-ibama> Acesso em 01 de jan. de 2024.

linhas gerais ele deu continuidade à política do seu antecessor. [...] A lei da Política Nacional do Meio Ambiente é de 1981, no final do regime militar. Ao longo desses 40 anos, em governos anteriores, você tem diferentes tipos de titulares da política ambiental, diferentes tipos de gestão ou de ideologia. Mas a prática nunca foi destruir a política ambiental. Havia opções diferentes de política ambiental, líderes com características completamente distintas, mas que nunca agiram contra a sua própria pasta. Quando entramos nesse governo, foi escolhido um ministro que queria destruir o ministério do Meio Ambiente. [...], Mas nunca existiu uma pasta de Meio Ambiente cuja missão é destruir a própria pasta, que é o que está acontecendo no governo Bolsonaro. Isso é inédito, acho que não tem em nenhum país do mundo. Pior que isso eu acredito que não tem.

Utilizando-se, portanto, dos termos empregados por estes especialistas, o presente trabalho irá se referir às políticas da gestão Bolsonaro como anti-ambientalistas.

A partir do relatório elaborado ao final desta gestão pelo Observatório do Clima²², selecionou-se deste relatório, eventos pontuais de maior repercussão de onde por meio dos pronunciamentos oficiais, entrevistas e comentários presidenciais e dos ministros do meio ambiente desta gestão, através de uma análise do discurso com base na teoria de Hajer, pode-se apontar que este caráter que antagoniza as necessidades metabólicas do meio ambiente, não apenas possuem consequências para o planeta, mas para com a própria economia a longo prazo. Conforme apontam estudos nacionais²³ e internacionais²⁴, enquanto há um custo econômico associado à transição para uma “economia verde” ou um modelo de produção com emissão de GEE próximo à zero, estes “se pagariam” quando considerados os custos ligados às mudanças climáticas, que incluem danos por eventos climáticos extremos, surtos de novas doenças e a redução da jornada de trabalho de trabalhadores expostos aos elementos.

Referente à linguagem e postura dos representantes deste governo, estes se dividiam entre militares que buscavam se afastar do discurso associado a políticos tradicionais, utilizando de gírias e erros propositais à norma culta da língua de um lado e tecnocratas liberais como Ricardo Salles e Joaquim Leite que utilizam de neologismos associados à empresários e a imagem de pessoas bem-sucedidas

²² Observatório do Clima. Nunca mais outra vez. 19 de mai. de 2023. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/nunca-mais-outra-vez-4-anos-de-desmonte-ambiental-sob-jair-bolsonaro/> acesso em 30 de dez de 2023.

²³ “Qual o custo das mudanças climáticas no Brasil?” Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/qual-o-custo-das-mudancas-climaticas-no-brasil/> Acesso em 30 de jul. de 2023.

²⁴ “Climate economics - costs and benefits” Disponível em: <https://eciu.net/analysis/briefings/climate-impacts/climate-economics-costs-and-benefits> Acesso em 30 de julho de 2023.

construída pela ideologia.

Foram analisados os pronunciamentos oficiais emitidos pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro ao longo de seu mandato, assim como discursos e entrevistas específicas proferidos por ele ou por seus ministros do meio ambiente. Nessa seleção, foram destacados os casos que suscitaram maior repercussão na sociedade, abrangendo tanto aqueles favoráveis quanto desfavoráveis ao ex-presidente.

A estes materiais, somam-se reportagens que contextualizam os momentos das falas, e de seus interlocutores, a exemplo das denúncias por corrupção²⁵ dos Ministros do meio-ambiente durante o governo Bolsonaro.

Esse contexto se revela fundamental ao analisar os discursos adotados pelo governo Bolsonaro, uma vez que o projeto de natureza "anti-ambientalista" flertava com um desenvolvimentismo liberal exacerbado, característico de períodos anteriores à globalização, que ainda não contemplavam a ameaça das mudanças climáticas. Tal modelo era respaldado e promovido por um segmento que oferece robusto apoio ao denominado "bolsonarismo", associado à defesa de uma imagem de sociedade liderada pelas forças armadas, construída durante o período da ditadura militar.

Um exemplo disto se dá logo no início do governo, ao tentar cumprir uma das promessas de campanha a seus apoiadores: retirar o Brasil do acordo de Paris (assinado em 2015). Esta medida impensável para a maioria dos governantes mundiais, que consideravam o peso da questão ambiental para a população, reforçava o compromisso político-ideológico de Bolsonaro ao tentar trazer de volta para o presente, políticas públicas que por um lado pregavam um desenvolvimentismo nacional, e, por outro, flertava com a iniciativa privada transnacional. Enquanto na prática foi impedido de retirar-se oficialmente do Acordo de Paris por ameaças de embargos e a perda de contratos internacionais, a secretaria-executiva de Mudanças do Clima e Florestas, responsável pela área, foi extinguida. Na ocasião, o Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles declarou:

[as pessoas] ficavam fazendo turismo internacional às custas do governo. [...]

²⁵ Ricardo Salles é investigado por esquema de exportação ilegal de madeira; Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/06/23/ricardo-salles-entenda-operacao-contra-exportacao-ilegal-de-madeira-que-mira-ministro-do-meio-ambiente.ghtml>> Acesso em 12 de fevereiro de 2023.

Essa secretaria tinha virado cargo honorífico. As pessoas ficavam fazendo turismo internacional às custas do governo. Sabe quantas pessoas foram para a Polônia? 48. (SALLES, Ricardo. 2019)25F²⁶

A secretaria, agora reduzida a uma pasta ligada à Secretaria de Assuntos Internacionais, transmitia com clareza a mensagem de que para este governo a preocupação com a questão ambiental era um ponto a ser combatido em prol do desenvolvimento econômico, sinalizando que o país estava aberto à exploração de recursos naturais e que a preservação deveria ser trabalhada na perspectiva de apenas reduzir conflitos comerciais internacionais. Somada a esta decisão, uma série de medidas que visava reduzir a fiscalização de crimes ambientais foi tomada, como a retirada de representantes da sociedade civil do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e a entrega do Cadastro Ambiental Rural (CAR), ao ministério da Agricultura. Neste mesmo período, o ministro Salles indicou militares e policiais militares para cargos no IBAMA e no ICMBio, reforçando os elementos defendidos por seus apoiadores.

O próximo discurso de destaque, partiu da Presidência, quando Bolsonaro, ao ser questionado sobre qual seria a prioridade de sua gestão em relação à área ambiental respondeu durante visita a Aragarças, para o lançamento do projeto “Juntos pelo Araguaia”, afirmou que:

[a prioridade] é não atrapalhar quem quer produzir [...] Esse momento da revitalização da bacia do Araguaia, bem como outras que teremos pela frente, é o maior exemplo que podemos dar **ao mundo** de que somos, sim, preocupados com o meio ambiente, mas também perfeitamente **casados com a economia**, com o que se desenvolve nessa região, com o que o povo precisa e com que o povo quer. E a primeira missão nossa é **não atrapalhar quem quer produzir**26F²⁷

A retórica do ex-presidente Bolsonaro revela uma inclinação para priorizar o desenvolvimento econômico em detrimento de considerações ambientais mais abrangentes. Ao destacar a revitalização da bacia do Araguaia como um exemplo de comprometimento ambiental, simultaneamente ressaltando a importância

²⁶ ALENCASTRO, Catarina. Governo acaba com secretaria dedicada a mudanças climáticas e gera temor entre cientistas. O Globo. 07 de jan. de 2019. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/sustentabilidade/governo-acaba-com-secretaria-dedicada-mudancas-climaticas-gera-temor-entre-cientistas-23352452>> Acesso em 14 de janeiro de 2023.

²⁷ CURY, Teo. Meu irmão. um pouco mais forte' 06 de jun de 2019. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/564146/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 10 de ago de 2023.

de não interferir na produção, sua abordagem reflete uma perspectiva que favorece a supremacia da economia sobre as preocupações ecológicas. Esta abordagem pode ser percebida ao longo de todo o seu mandato em áreas como a educação, a saúde, a segurança pública e em especial para os fins deste projeto, a ambiental.

Sob perspectiva ecológica, essa abordagem suscita críticas no contexto do paradigma do decrescimento. Este último postula uma reavaliação do atual modelo de crescimento econômico ilimitado, preconizando a necessidade de redução do consumo, produção e impactos ambientais para estabelecer uma harmonia sustentável entre a sociedade e o meio ambiente. Nesse sentido, a posição expressa pelo ex-presidente Bolsonaro se distancia dos princípios do decrescimento, ou mesmo a sustentabilidade, uma vez que sua ênfase na produção econômica não é devidamente equilibrada por considerações em relação às demandas naturais necessárias para estabelecer um equilíbrio metabólico da natureza. Ao declarar “não atrapalhar quem quer produzir”, sinalizou a seus apoiadores ligados ao agronegócio que não haveriam tantas fiscalizações, e que deveriam aproveitar e apoiar sua gestão. Esta perspectiva de considerar o meio ambiente como um obstáculo que somos obrigados a manter, não considera as teias de relações entre atores humanos e não humanos que compõe o ecossistema, e acaba por prejudicar a própria economia²⁸.

Ao afirmar que a posição do Brasil perante o mundo é a de fornecer commodities resultantes do agronegócio e da exploração de recursos naturais como madeira e minérios, são reforçados valores coloniais cujo os quais têm mantido os países do Sul Global em uma posição de subjugação econômica ao Norte. A contribuição de Dussel (1998) sobre a teoria da dependência desta posição nos mostra que, ao manter o Brasil focado na exploração e produção de commodities, Bolsonaro está perpetuando um modelo econômico que, historicamente, levou à exploração de recursos naturais e humanos em benefício de poucos, enquanto muitos sofrem as consequências. E estes poucos, são empresas transnacionais sem interesses²⁹ de desenvolvimento da qualidade de vida da população ou do meio

²⁸ Di Lorenzo, Alessandro. OCDE: mudanças climáticas prejudicam crescimento do Brasil. Olhar Digital. 20 de dez de 2023. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2023/12/20/pro/ocde-mudancas-climaticas-prejudicam-crescimento-do-brasil/#:~:text=Prejuízos%20econômicos&text=O%20órgão%20ainda%20cita%20um,para%20as%20empresas%20do%20país>. Acesso em 05 de jan. de 2024.

²⁹ SENRA, Ricardo. Noruega é maior acionista de mineradora denunciada por contaminação na Amazônia. BBC News Brasil. 28 de junho de 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40423002> Acesso em 07 de junho de 2023.

ambiente local.

Na mesma ocasião, o ex-ministro Salles complementou:

O brasileiro cansou desse discurso de **agro contra o meio ambiente**, dessa dicotomia, que não é boa. O meio ambiente é bom para o agro. Aliás, é o **agro que ajuda o meio ambiente**. Os brasileiros precisam de um meio ambiente equilibrado, precisam defender sua sustentabilidade, a sua biodiversidade. E é sua determinação que fará que essa agenda saia do campo dos discursos e venha para a prática.

Conforme discutido previamente, a produção agropecuária, especialmente quando associada ao desmatamento, predominantemente destinado à criação de pastagens ou plantações, figura como a principal fonte emissora de gases de efeito estufa (GEE) no território brasileiro. Embora seja possível integrar a produção de alimentos e a sustentabilidade por meio da agroecologia³⁰, esse não é o modelo de produção preponderante, que se caracteriza pela produção em larga escala de commodities, como soja e carne. Ao tentar estabelecer uma relação positiva entre o agro e o meio ambiente, o ex-ministro busca dissimular as conexões fundamentais, sugerindo que o brasileiro está "cansado" do conflito. No entanto, um meio ambiente equilibrado e biodiverso é incompatível com modelos de produção dependentes de agrotóxicos e monocultura.

Do ponto de vista sociológico, a fala do ex-ministro Salles revela uma estratégia discursiva que visa construir uma identidade positiva para o setor agropecuário, associando-o a valores como sustentabilidade e defesa da biodiversidade. Essa construção identitária busca legitimar práticas que, do ponto de vista ambiental, são questionáveis, ao mesmo tempo em que tenta desacreditar o discurso contrário que destaca os impactos negativos da produção agropecuária intensiva sobre o meio ambiente. O discurso procura moldar a percepção pública e promover uma imagem positiva da atividade agropecuária, negligenciando as questões ambientais críticas relacionadas à sua prática dominante.

Associar conceitos como a soberania alimentar aos interesses do agronegócio, como Bolsonaro e Salles fizeram indiretamente, é uma estratégia já antiga, porém que ainda apresenta resultados de manipulação da narrativa do debate

³⁰ LISOT, Clayre; PIRES, Ana Christina D. P. SEMEANDO COM CIÊNCIA: Agroecologia e educação ambiental no currículo Escola – Caderno de Metodologias de educação em agroecologia. UFPR. 2023. ISBN 978-65-00-83792-6

sobre a responsabilidade ambiental do agro. A soberania alimentar, emerge como um conceito fundamental que transcende a simples garantia de acesso físico aos alimentos. Ela representa um paradigma sociopolítico que busca redefinir as relações entre produção, distribuição e consumo de alimentos, promovendo a autonomia dos povos e a justiça alimentar dentro de um contexto global marcado por desigualdades estruturais. A soberania alimentar é concebida como um processo emancipatório, no qual as comunidades têm o direito e o poder de decidir sobre suas próprias práticas alimentares, em oposição a um sistema global dominado por lógicas capitalistas, se opondo à lógica desenvolvimentista globalizadora vigente que mantém todos reféns e credores do sistema em si. Nesse sentido, a perspectiva marxista destaca a necessidade de desvincular a produção de alimentos das dinâmicas do mercado, objetivando a satisfação das necessidades humanas em vez da maximização dos lucros.

A intensificação das atividades agroindustriais na maneira pela qual o governo Bolsonaro permitiu e incentivou, têm causado uma ameaça a toda a cadeia de relações do bioma. A insegurança alimentar, já uma preocupação global, intensifica-se diante destas alterações climáticas. As comunidades mais pobres e vulneráveis são as mais afetadas, enfrentando não apenas a escassez de alimentos, mas também a falta de acesso a alimentos nutritivos e culturalmente apropriados. Os sistemas alimentares locais, fortemente conectados à identidade cultural e social, sofrem perturbações que transcendem as dimensões puramente econômicas.

Quando colocamos em contexto o discurso com as práticas empregadas, podemos enxergar através das figuras de linguagem utilizadas como modo de mobilização da problemática ambiental a seu favor.

Antes de analisar o próximo pronunciamento, é necessário contextualizar o que antecedeu esta fala. Em meados de agosto de 2019, Ricardo Galvão, então diretor do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), órgão que monitora por meio de satélites o desmatamento na Amazônia, foi exonerado após questionar as afirmações do governo de que o desmatamento estaria menor que em anos anteriores. O INPE, então, em resposta às informações repassadas pelo governo de que haveria um “desmatamento relativo zero” (afirmação do ex-ministro Ricardo

Salles³¹), divulgou seu próprio relatório com base nos dados observados, e posteriormente confirmados por satélites internacionais, de que o desmatamento estava na verdade superior à média dos últimos anos. Ao final de seu mandato, foi possível compreender que este acréscimo chegou a 59,5%.³² em relação aos 4 anos anteriores. Na ocasião da divulgação dos dados, em julho de 2019, Bolsonaro afirmou³³:

Com toda a devastação que vocês **nos** acusam de estar fazendo e de ter feito no passado, a Amazônia já teria se extinguido [...] Isso acontece com muitas revelações, como a de agora [...], e inclusive já mandei ver quem está à frente do Inpe [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais] para que venha explicar em Brasília esses dados que foram enviados à imprensa. [...] **nosso sentimento** é que isso não coincide com a **verdade**, e parece até que [o presidente do Inpe] está a serviço de alguma ONG"

Podemos perceber que em suas falas, Bolsonaro costuma se colocar em posição defensiva e fazer uma divisão “nós contra eles”, não deixando explícito quem seriam nós ou eles, mas claro ao observar suas falas e atitudes de que representam seus apoiadores que seguem de sua ideologia e posturas econômicas, sociais, ambientais e políticas. Considerando o contexto pode-se afirmar que “nós” não representa o Estado ou Governo brasileiro, pois o mesmo está questionando os dados de uma instituição pública nacional que demonstrou a fonte de seus dados e uma metodologia validada para tal. O ataque à ciência é um ponto fundamental da ideologia do “bolsonarismo” como ficou comprovado não apenas com relação aos dados referentes a desmatamento, mas às vacinas da Covid-19, às mudanças climáticas e qualquer outra evidência que pudesse servir de crítica ao governo. Esta atitude repercute entre seus apoiadores, que adotaram um mesmo protocolo de pós-verdade³⁴.

³¹ WATANABE, Phillippe. Ricardo Salles afirma que Amazônia já tem 'desmatamento relativo zero' Folha de São Paulo. 4 de jul. de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/07/ricardo-salles-afirma-que-amazonia-ja-tem-desmatamento-relativo-zero.shtml> acesso em 14 de dez de 2023.

³² UOL. “Desmatamento da Amazônia aumentou 59% sob Bolsonaro, aponta Inpe” Uol Notícias. 30 de nov. de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2022/11/30/deter-desmatamento-amazonia-2022.htm> Acesso em 14 de dez de 2023.

³³ AFP. Bolsonaro questiona dados do próprio governo sobre desmatamento na Amazônia. 19 de jul. de 2019. O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-questiona-dados-do-proprio-governo-sobre-desmatamento-na-amazonia-23818978> Acesso em 14 de dez de 2023.

³⁴ A pós-verdade é um conceito que denota um cenário em que as emoções individuais e as convicções pessoais exercem uma influência mais preponderante na formação da opinião pública do que os fatos objetivos e verificáveis. Nesse contexto, observa-se uma dinâmica em que as percepções subjetivas e

Uma parcela significativa de seus apoiadores, validada por este discurso e internalizando-o em suas identidades, busca se opor às críticas e alarmes soados pela comunidade científica, negando sua veracidade. O negacionismo científico climático é uma postura que se caracteriza pela rejeição ou minimização das evidências científicas que comprovam as mudanças climáticas antropogênicas e suas implicações. Essa abordagem contrária à aceitação consensual da comunidade científica é muitas vezes motivada por interesses políticos, econômicos ou ideológicos.

A negação das mudanças climáticas frequentemente se manifesta na contestação da existência do aquecimento global, na minimização do papel das atividades humanas na emissão de gases de efeito estufa e na desacreditação de projeções científicas sobre os impactos climáticos futuros. Tal posicionamento, embora marginal dentro da comunidade científica, pode ter repercussões significativas, uma vez que influencia políticas públicas, decisões governamentais e ações individuais.

Este fenômeno de negação científica climática destaca-se como um desafio para a formulação e implementação de medidas eficazes de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, pois contribui para a perpetuação de práticas insustentáveis e atrasa ações necessárias para lidar com as consequências climáticas em curso. Dessa forma, o entendimento aprofundado desse fenômeno é crucial para o desenvolvimento de estratégias que promovam a consciência ambiental e ações direcionadas a enfrentar a emergência climática.

O negacionismo climático, a desinformação e as fakes news são instrumentos para o desmonte de políticas ambientais e indígenas e para o avanço sistemático da exploração dos territórios e áreas de proteção ambiental no Brasil. Um dos exemplos foi a bancada ruralista criticando as questões do Enem 2023 que falavam da conexão do agronegócio com o desmatamento e a exploração, negando seus papéis no aquecimento global e, pior, negando mudar suas posturas frente à crise que nosso planeta vive. [...] A crise do clima não é interessante quando reforça a necessidade de combate ao desmatamento, das leis de proteção ambiental e das comunidades indígenas e tradicionais, quando reforça a necessidade de mudança do setor. Negam

as narrativas emocionais adquirem uma primazia superior à verdade factual e às evidências concretas. A pós-verdade caracteriza-se pelo fenômeno em que as pessoas demonstram uma maior propensão a acolher informações que corroboram suas crenças preexistentes, ainda que tais informações careçam de precisão. Essa tendência frequentemente se associa à disseminação de notícias falsas, desinformação e à manipulação de percepções por meio de estratégias emocionais e apelos persuasivos, em detrimento da busca pela verdade objetiva. Adaptado a partir de : <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/pos-verdade>

os dados científicos e os relatórios climáticos, pois não interessam para o lobby. Mas a verdade é que não estão fazendo políticas públicas para os pequenos produtores rurais de quem tanto falam e que também já vêm sofrendo com as consequências da crise climática. (SURUÍ, 2023)

Suruí expõe com clareza a maneira pela qual setores do capital extrativista mobiliza além da violência, as *fake News*, ou notícias falsas, para atacar indígenas e ambientalistas. Estas fake News se dão de maneira pontual, como o documentário “Cortina de Fumaça” (2021), obra da produtora “Brasil Paralelo”, que visa atacar não apenas ambientalistas e indígenas, mas a própria questão ambiental por meio da distorção de dados³⁵, mas também de maneira diária através de pequenas falas ou atos, como se referir a desastres climáticos como atos de Deus ou algo que não tenha qualquer ligação com as atividades humanas. Suruí traz também a maneira pela qual muitos governantes mobilizam o discurso climático para se elegerem ou construírem uma imagem, mas cedem às pressões de lobistas que financiam suas candidaturas e demandam uma garantia de poder seguirem desmatando e poluindo.

4.1.1 Dia do Fogo

Neste período, com o sentimento de impunidade frente a desmatamentos e queimadas ilegais pela desmobilização dos órgãos de controle e aval do Ministério do Meio Ambiente e da Presidência, apoiadores do governo Bolsonaro e da Frente Parlamentar do Agronegócio organizaram o “Dia do Fogo”³⁶ na região Norte do país, como ficou conhecido o 10 de agosto de 2019. Após a repercussão do caso na mídia nacional e internacional, e com a ameaça de perda de acordos econômicos, Bolsonaro emitiu seu único pronunciamento oficial onde tratava da temática ambiental. Após semanas de incêndios na região amazônica e

³⁵ RUDNITZKI, Ethel et al “A boiada invade a tela” 29 de julho de 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/07/a-boiada-invade-a-tela/> Acesso em 19 de outubro de 2023”

“O documentário Cortina de fumaça, disponibilizado no YouTube <https://www.youtube.com/watch?v=hPTIsV2ImBw>, baseia-se na tese de que organizações civis e agricultores dos Estados Unidos e de países europeus defendem o meio ambiente porque estariam interessados em frear o crescimento agrícola do Brasil.”

³⁶ MACHADO, Leandro. O que se sabe sobre o 'Dia do Fogo', momento-chave das queimadas na Amazônia. BBC News Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49453037>

posteriormente na região do Pantanal, Bolsonaro falou ao povo:

Boa noite. Dirijo-me a todos para tratar da nossa Amazônia que, nas últimas semanas, tem atraído crescente atenção do Brasil e do mundo.

A Floresta Amazônica é parte essencial da nossa história, do nosso território e de tudo que nos faz sentir ser brasileiro. **Nossas riquezas são incalculáveis, tanto em matéria de biodiversidade quanto de recursos naturais.**

Devido à **minha formação militar** e à minha trajetória como homem público, tenho profundo amor e respeito pela Amazônia. A proteção da floresta é nosso dever.

Estamos cientes disso e atuando para combater o desmatamento ilegal e quaisquer outras atividades criminosas que coloquem a nossa Amazônia em risco. É preciso lembrar que naquela região vivem mais de 20 milhões de brasileiros, que há anos aguardam **dinamismo econômico** proporcional às **riquezas** ali existentes.

Para proteger a Amazônia não bastam operações de fiscalização, comando e controle. É preciso dar oportunidade a toda essa população, para que **se desenvolva** junto com o restante do País. É nesse sentido que trabalham todos os órgãos do governo.

Somos um governo de tolerância zero com a criminalidade. E na área ambiental não será diferente. Por essa razão, oferecemos ajuda a todos os estados da Amazônia Legal. Com relação a aqueles que a aceitarem, autorizarei operação de Garantia da Lei e da Ordem, uma verdadeira **GLO ambiental**. O emprego extensivo de pessoal e equipamentos das Forças Armadas, auxiliares e outras agências permitirão não apenas combater as atividades ilegais, como também conter o avanço de queimadas na região.

Estamos numa estação **tradicionalmente quente, seca e de ventos fortes, em que todos os anos infelizmente ocorrem queimadas na Região amazônica**. Nos anos mais chuvosos as queimadas são menos intensas. Em anos mais quentes, como nesse, 2019, elas ocorrem com maior frequência.

De todo modo, mesmo que as queimadas deste ano **não estejam fora da média dos últimos 15 anos**, não estamos satisfeitos com o que estamos assistindo. Vamos atuar fortemente para controlar os incêndios na Amazônia. É preciso, por outro lado, ter serenidade ao tratar dessa matéria. **Espalhar dados e mensagens infundadas**, dentro ou fora do Brasil, não contribui para resolver o problema, e se prestam apenas ao uso político e à desinformação. O Brasil é exemplo de sustentabilidade. Conserva mais de 60% de sua vegetação nativa, possui **uma lei ambiental moderna** e um Código Florestal que deveria servir de modelo para o mundo. Temos uma matriz energética limpa, renovável e com ela estamos dando importante contribuição ao planeta.

Diversos países desenvolvidos, por outro lado, ainda **não conseguiram avançar com seus compromissos no âmbito do Acordo de Paris**.³⁷ Seguimos como sempre abertos ao diálogo, com base no respeito, na verdade e cientes da nossa **soberania**.

Outros países se solidarizaram com o Brasil. Ofereceram meios para combater as queimadas, bem como se prontificaram levar a posição brasileira junto ao G7. **Incêndios florestais existem em todo o mundo e isso não pode servir pretexto para possíveis sanções internacionais.**

O Brasil continuará sendo, como foi até hoje, um País amigo de todos e responsável pela proteção da sua floresta Amazônica.

Boa noite. (BOLSONARO, Jair M. 23 de ago. de 2019^{36F})

³⁷ Como mencionado anteriormente, uma das primeiras iniciativas anti-ambientais do governo Bolsonaro foi de tentar remover o Brasil do Acordo de Paris.

³⁸ Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex->

Esta proclamação conseguiu consolidar quase todos os aspectos discutidos até este ponto do presente trabalho. Por duas vezes, destacou que o valor da Amazônia estava ligado a riquezas presentes na região, e que é do interesse da população regional um “desenvolvimento” econômico e tecnológico, por outras duas vezes. A natureza, portanto, apresenta valor apenas enquanto possível de ser traduzido em valor econômico potencial segundo esta perspectiva.

Referente a isso, podemos trazer a crítica de Marx ao programa de Gotha discutido anteriormente, onde o autor enfatiza que o trabalho é um processo fundamental de interação entre o ser humano e a natureza, destacando-o como um mediador que permite ao indivíduo regular e controlar seu metabolismo em relação ao ambiente natural circundante. Marx destaca que, por meio de sua ação laboral, o ser humano exerce uma influência ativa sobre a natureza, moldando-a conforme suas necessidades e objetivos e enfrenta a natureza não apenas como um ambiente passivo, mas como uma força dinâmica que pode ser direcionada e transformada pelo trabalho humano [Naturmacht]. Esse termo enfatiza a capacidade do ser humano de agir sobre a natureza e utilizar suas forças naturais para atender às suas necessidades. A leitura marxista ecológica, bem como a ecofeminista considera que não se pode considerar a natureza como este sujeito passivo com o objetivo de atender as demandas humanas, mas integrar na teia de relações interdependentes que sustentam a vida no planeta de maneira equilibrada metabolicamente.

Quando Bolsonaro exalta a Amazônia como riquezas a serem exploradas, este aliena ela de quaisquer relações e posições na teia de sentidos para com seres humanos e não-humanos. Isto está ligado com as exaltações e conexões com as forças armadas, pois assume a mesma postura empregada pela ditadura militar em relação à questão ambiental³⁹. Bolsonaro já havia mencionado anteriormente, e repetiu ao longo de todo o mandato,⁴⁰ que se recusaria a demarcar

[presidentes/bolsonaro/pronunciamentos-oficiais/pronunciamento-do-senhor-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-em-cadeia-de-radio-e-televisao-23-de-agosto-de-2019](https://www.brasil.gov.br/2019/08/presidentes/bolsonaro/pronunciamentos-oficiais/pronunciamento-do-senhor-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-em-cadeia-de-radio-e-televisao-23-de-agosto-de-2019) Acesso em 8 de dez de 2022.

³⁹ LIMA. Gen. Afonso A. A. PROBLEMÁTICA DA AMAZÔNIA. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1971. – Neste livro, a região amazônica é analisada pela perspectiva nacional desenvolvimentista de explorar cada recurso possível no sentido de fornecer uma vantagem econômica para o país, desconsiderando os modos de vida locais.

⁴⁰ GORTÁZAR, Naiara G. Nem um centímetro a mais para os indígenas e para a biodiversidade no Brasil de Bolsonaro. El País. 20 de ago. de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-08-20/nem-um-centimetro-a-mais-para-os-indigenas-e-para-a-biodiversidade-no-brasil-de-bolsonaro.html> 10 de dez de 2023.

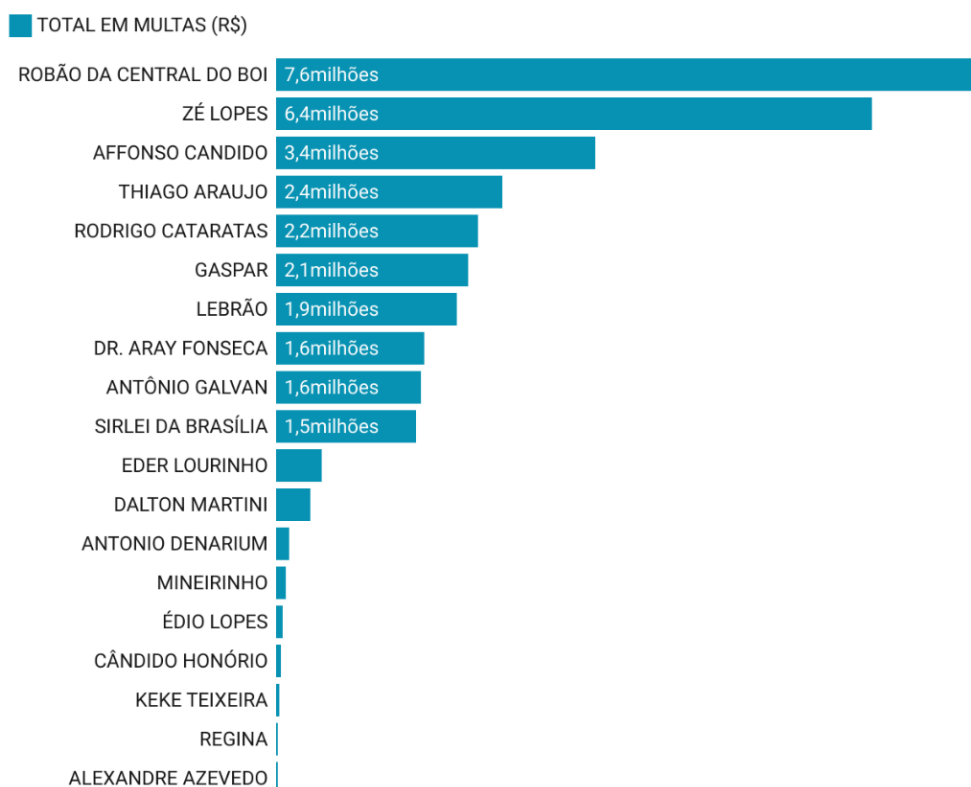
novas terras indígenas, ainda que estivessem de acordo com a legislação, demonstrando total desinteresse pelos modos de vida da população local e dos atores não humanos. A ligação com as forças armadas também serviu de justificativa para colaborar com o desmonte dos órgãos de fiscalização ambiental, privilegiando a ocupação da região pelas forças armadas. Esta decisão repercutiu futuramente, pois custou valores muito acima do orçamento previsto para a região destinados de maneira ineficiente para o exército, quando se considera a queda na média de multas e apreensões, e o aumento no desmatamento, mas serviu de reforço ideológico para a valorização das forças armadas como entidades de confiança entre seus apoiadores. Na ocasião seguinte à derrota eleitoral em 2022, estes mesmos apoiadores buscaram apoio nas forças armadas para subverter o resultado democrático, como resultado de todo um mandato atribuindo um poder ideológico supraestatal a elas, resultando nos eventos de 8 de janeiro de 2023 que será analisando posteriormente.

A segunda parte do discurso foi dedicada a descredibilização da ciência e baseando-se na pós-verdade como já analisado. Cabe destacar que todas as informações referentes à frequência e intensidade de incêndios na região são falsas, e não explica que as causas para o ano estar particularmente mais seco, agravando estes incêndios, é uma consequência das mudanças climáticas observadas em todo o globo. A parte final do discurso se dedica a buscar manter relações comerciais transnacionais sem a aplicação de embargos previstos para países que falhassem em conter o desmatamento de zonas preservadas, sem demonstrar preocupação com os povos nativos ou qualquer plano de recuperação das áreas atingidas.

A perseguição dos direitos indígenas é essencial para uma agenda exploratória, pois é indivisível a história da luta ecológica da luta dos povos originários no Brasil. A mobilização dos povos originários se configura como uma busca pelo reconhecimento e afirmação de sua identidade, centrada na conexão intrínseca dos seres dentro da teia da vida à qual estamos inextricavelmente vinculados, englobando tanto sujeitos humanos quanto não-humanos. A iminência de danos ao meio ambiente não representa apenas uma ameaça à mera subsistência, mas compromete fundamentalmente os modos de vida e de existência, delineando a forma como ocupamos os espaços em questão. Da mesma maneira que transformamos e recriamos o ambiente ao nosso redor, somos transformados e recriados, em um ciclo que reformula nossas identidades.

Enquanto este foi o único pronunciamento oficial de seu mandato que tratou diretamente da questão ambiental, seguiu o padrão dos demais em ser voltado para os interesses de seus apoiadores. A Amazônia não é apenas essencial para a mobilização de capital econômico originário de indústrias da exploração de madeira, minérios e do agronegócio, mas do capital político convertido por elas. Este capital permitiu que Bolsonaro assegurasse parcerias entre políticos ligados a Frente Parlamentar do Agronegócio dentro do congresso e do senado, bem como nas regiões como indica o gráfico abaixo com apoiadores do ex-presidente:

Candidatos multados pelo Ibama na Amazônia*



*Multas aplicadas pelo Ibama entre 01/2018 e 21/09/2022.

Gráfico: Juan Ortiz / ((o))eco • Fonte: Ibama e TSE • Criado com Datawrapper

Fonte: ((o))eco⁴¹ com dados do IBAMA e do TSE.

O interesse de assumir controle da fiscalização da região por meio da implementação de uma GLO (operada por seus apoiadores nas forças armadas), por

⁴¹ ORTIZ, Juan. BRESSAN, Valentina. Mentiras que elegem: discurso verde esconde candidatos e financiadores que “passam a boiada” na Amazônia Legal. ((o))eco. 30 de set de 2022. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/mentiras-que-elegem-discurso-verde-esconde-candidatos-e-financiadores-que-passam-a-boiada-na-amazonia-legal/> Acesso em 20 de dez de 2023.

conta de incêndios iniciados por ação humana (apoiadores ligados ao agronegócio), acabou por beneficiar seus apoiadores políticos dentro do Estado, como indica ROSSI (2022):

[...] somam R\$ 640 milhões em multas do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e colecionam praticamente a área da cidade de São Paulo inteira de embargos por desmatamento ilegal (1.400 km²). (ROSSI, Marina. 2022.)⁴²

Ao privilegiar um grupo em detrimento do todo, a fins de enriquecimento próprio e do fortalecimento de alianças políticas, o governo de Bolsonaro beneficiou desproporcionalmente certas demandas em detrimento de outras na forma de anulação das multas ambientais emitidas. Estas condições apenas se agravaram durante a pandemia de Covid-19 e a tática de Salles de “ir passando a boiada”.

4.1.2 Passando a Boiada

Em 2020, a eclosão da pandemia de coronavírus não apenas assinalou um marco na história do Brasil e do mundo devido à magnitude de suas vítimas, mas também evidenciou a falta de preparo da sociedade para uma resposta coesa diante de uma ameaça global. Enquanto líderes mundiais debatiam estratégias de isolamento, preservação econômica e manutenção da produção de recursos, o então ministro Ricardo Salles expressou a visão de que a ênfase da imprensa na crise da COVID-19 representava uma oportunidade para reconfigurar as normativas no âmbito ambiental e dismantelar os sistemas de proteção vigentes. Em reunião ministerial afirmou que sua intenção enquanto ministro da pasta durante a pandemia, era a de ir passar a boiada⁴³ tal como se segue⁴⁴:

⁴² ROSSI, Marina. Desmatamento, trabalho escravo e incentivo da ditadura: o que está por trás dos mega pecuaristas do Brasil. Repórter Brasil. 30 de Novembro de 2022. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2022/11/crimes-ambientais-e-incentivo-da-ditadura-o-que-esta-por-tras-dos-megapecuaristas-do-brasil/>> Acesso em 20 de dez de 2023.

⁴³ FARINELLI, Víctor. Estudo liderado pela UFRJ indica que Salles aproveitou a pandemia para “passar a boiada”. Revista Fórum. 10 de fev. de 2021. <https://revistaforum.com.br/politica/2021/2/10/estudo-liderado-pela-ufrj-indica-que-salles-aproveitou-pandemia-para-passar-boiada-91397.html> Acesso em 1 de jul. de 2022.

⁴⁴ SALLES, Ricardo. Ricardo Salles na reunião: com imprensa focada na covid-19, é hora de 'ir passando a boiada' 193 seg. BBC News Brasil. 23 de mai. de 2020. Transcrição própria. Disponível

[...] acho que o que eu vou dizer aqui sobre o meio ambiente, sim, se aplica a diversas outras matérias. Nós temos a possibilidade de nesse momento que a atenção da imprensa tá voltada exclusiva- quase que exclusivamente pro Covid e daqui a pouco pra Amazônia, o General Mourão têm feito aí esse trabalho preparatório pra que a gente possa entrar nesse assunto da Amazônia um pouco mais calçados, mas não é isso que eu quero falar. A oportunidade que nós temos que a imprensa não tá – tá nos dando um pouco de alívio, e nos outros temas, é **passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação...** todas as reformas que o mundo inteiro nessas viagens que se referia o Onyx [Lorenzoni], certamente cobrou dele, cobrou do Paulo, cobrou da Teresa, cobrou do Tarcísio, cobrou de todo mundo. Da, da segurança jurídica, da previsibilidade, da simplificação... essa, grande parte dessa matéria, ela se dá em portarias e normas dos ministérios que estão inclusive de meio-ambiente, e que são muito difíceis e nesse aspecto, acho que o meio-ambiente é o mais difícil de passar qualquer mudança infralegal em termos de função normativa e portaria, porque tudo que a gente faz é pau no judiciário no dia seguinte. Então pra isso **precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade nesse aspecto de cobertura de imprensa que o pessoal só fala de Covid, e ir passando a boiada, e ir mudando todo o regramento, e simplificando normas**, de IPHAN, de ministério de agricultura, de ministério de meio-ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é a hora de unir esforços para dar de baciada a simplificação regulamentação, que nós precisamos em todos os aspectos e deixar a AGU – André não tá aí né? – e deixar a AGU de stand-by pra cada pau que tiver – porque vai ter – essa semana mesmo nós assinamos uma medida a pedido do ministério da agricultura que foi a simplificação da lei da mata atlântica pra usar o código florestal, hoje já tá dizendo nos jornais que já vão entrar com ações judiciais de ação civil pública no Brasil inteiro contra a medida. Então pra isso nós temo que tá com a artilharia da AGU preparada pra cada linha que a gente avança ter uma coisa. Mas tem uma lista enorme [gesticulando fortemente] em todos os ministérios que tem papel regulatório aqui, pra simplificar. Não precisamos de congresso. Coisa de congresso também, nesse fuzuê que tá aí, nói num vamo conseguir aprovar. Agora tem um monte de coisa que é só “parecer...” “Parecer... caneta” assim, só, “Parecer Caneta”. Sem parecer também não tem caneta, que se der canetada sem parecer é cana. Então isso aí vale **muito** a pena. A gente tem um espaço enorme pra fazer, e enfim, acho que essa é uma questão importante que tava em um dos slides do Braga Neto. (SALLES, 2020)

Desconsiderando de início as implicações de tratar uma pandemia que vitimou mais de 700 mil brasileiros como uma oportunidade para aprovar medidas “infralegais”, o discurso proferido pelo então ministro Ricardo Salles em 2020 demanda de análises críticas a partir da perspectiva da sociologia ambiental, considerando teóricos como Bourdieu e Enrique Leff. Salles delinea uma estratégia oportunista durante um período de menor atenção da imprensa devido à pandemia, propondo a desregulamentação e simplificação por meio de reformas infralegais. Essa abordagem levanta questões fundamentais sobre as relações entre poder, meio ambiente e legislação.

De uma perspectiva bourdieusiana, a busca por interesses próprios e o aproveitamento de momentos oportunos se traduzem em ganhos simbólicos e materiais para determinados grupos. Salles, ao sugerir a simplificação regulamentar, parece alinhar-se a interesses que buscam maximizar ganhos econômicos em detrimento da proteção ambiental e beneficiar o grupo do agro do qual fazia parte.

Enrique Leff, por sua vez, poderia analisar esse discurso como uma expressão da lógica produtivista que subjaz ao modelo de desenvolvimento predominante, evidenciando a tensão entre a busca por crescimento econômico e a preservação ambiental. A sociologia ambiental, nesse contexto, poderia examinar como a instrumentalização da legislação ambiental reflete e reproduz desigualdades de poder, marginalizando comunidades vulneráveis e favorecendo setores economicamente poderosos. Além disso, a sugestão de agir durante um período de menor escrutínio da imprensa levanta questões éticas sobre a transparência e a responsabilidade governamental.

A análise de discurso político, seja pela interpretação de Hajer, como neste trabalho, Fairclough, Laclau e Mouffe, ou quase quaisquer outros autores e autoras, considera em sua essência que o conflito político direto fica oculto na maneira pela qual atores políticos mobilizam recursos e táticas discursivas em prol de alguns problemas e suprimem outros, de forma a atender os interesses de suas agendas. Este caso particular da reunião ministerial onde Salles professou a frase que marcou a política ambiental do governo Bolsonaro de “ir passando a boiada” foi representativa pela sinceridade e explicitude de suas intenções, e é algo que foi compartilhado por quase toda a gestão, de publicamente defender que passassem reformas que fugissem do interesse público, e atendessem suas próprias agendas, e “aproveitar” a atenção da mídia nas decisões referentes à Covid-19, para evitar as repercussões negativas destas reformas.

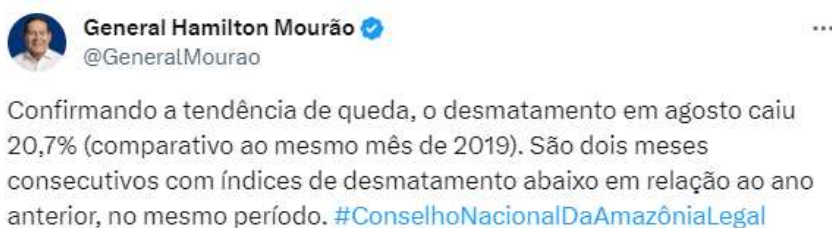
4.1.3 Queimadas no Pantanal e Controle de Mourão

Após um primeiro ano marcado por críticas de ambientalistas e representantes, agressões como o “Dia do Fogo” na região norte, o ano de 2020 ficou marcado não apenas pela pandemia do Coronavírus-19, mas como o ano em que ocorreram algumas das mais graves agressões contra o meio ambiente brasileiro.

Entre elas destaca-se quando 26%⁴⁵ de todo o bioma do Pantanal foi incendiado, compreendendo 3.909.075 hectares de um dos biomas mais ricos em biodiversidade do planeta. O território já perdeu muito de sua capacidade de resiliência por conta dos incêndios anuais. Enquanto alguns poucos incêndios ocorrem de maneira natural e dentro da capacidade de adaptação, em 2020 o que se observou foram ações humanas responsáveis por quase 60%⁴⁶ dos focos de incêndio. Estima-se que o efeito das mudanças climáticas sobre a região irá contribuir para períodos mais longos e intensos de secas, aumentando a gravidade dos incêndios. Estes dados se relacionam com o que reportou CÂMARA (2021):

os dados do MapBiomas mostram que os meses de agosto, setembro e outubro, da série de anos analisados, constituem o período em que mais ocorrem queimadas, sendo que mais de 80% das queimadas ocorreram em áreas agropecuárias ou campestres.

Em setembro de 2020, para diminuir a repercussão internacional das políticas anti-ambientalistas, o vice-presidente Hamilton Mourão, responsável pela atuação das forças armadas na fiscalização de crimes ambientais na Amazônia fez a seguinte declaração:



Fonte: Twitter / X⁴⁷

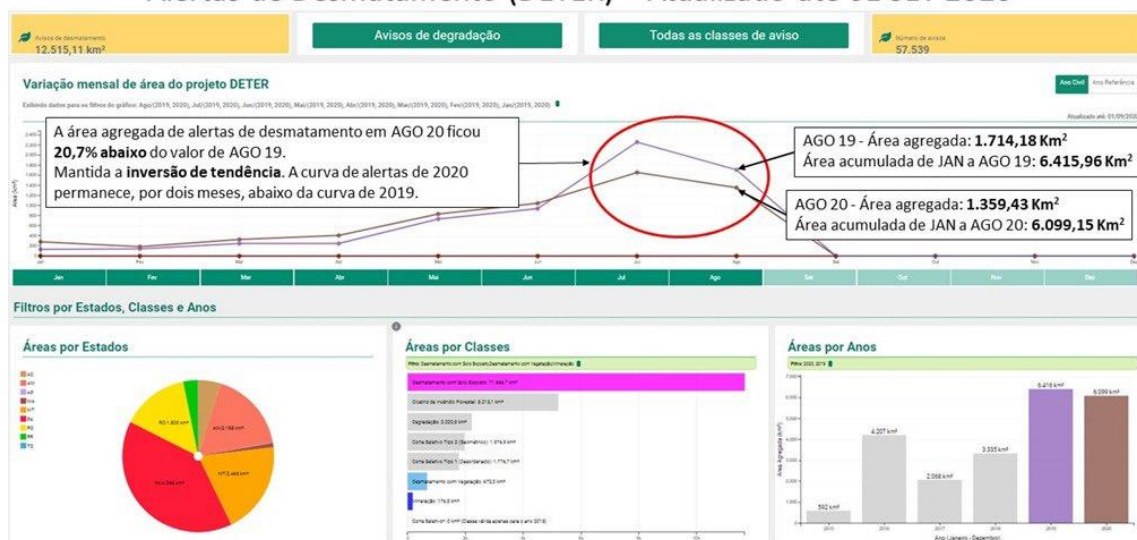
A declaração foi acompanhada da seguinte imagem de gráficos:

⁴⁵ Fonte: MapBiomas – Fogo. <https://brasil.mapbiomas.org/metodo-mapbiomas-fogo/>

⁴⁶ CÂMARA, José. 'Brasil em chamas': 57% do Pantanal foi queimado ao menos uma vez entre 1985 e 2020, aponta pesquisa. G1 - Mato Grosso do Sul. 15 de ago. 2021. <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2021/08/15/brasil-em-chamas-57percent-do-pantanal-foi-queimado-ao-menos-uma-vez-entre-1985-e-2020-aponta-pesquisa.ghtml> Acesso em 10 de dez de 2023.

⁴⁷ Disponível em: <https://twitter.com/GeneralMourao/status/1301618927001317377> Acesso em 20 de out de 2023.

Alertas de Desmatamento (DETER) – Atualizado até 01 SET 2020



Fonte: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/alerts/legal/amazon/aggregated/>.

Fonte: Twitter / X⁴⁸

Entretanto, como apontaram especialistas, a metodologia de medição DETER B não é a mesma utilizada em demais gestões, por ser um sistema que mede uma região específica e que sofre influência das condições atmosféricas. Se utilizado o DETER B em demais anos, se comprovaria que até o governo Bolsonaro, o sistema só registrou números superiores a 1000km² uma vez, enquanto que até setembro de 2020 já havia registrado este patamar seis vezes⁴⁹. Esta fala demonstra que os dados científicos não apenas são negados por apoiadores do modelo defendido por Bolsonaro, mas deturpado para que colaborem com suas narrativas e mobilizando a questão ambiental a seu favor frente a opinião da sociedade civil.

E indo além do desmatamento e contribuindo para a clara aproximação do agronegócio aos interesses da agenda do governo Bolsonaro, dos 3.478 agrotóxicos comercializados legalmente no Brasil no final do ano de 2022, 1.629 destes foram aprovados a partir de 2019. A série de reportagens “Nome aos Bois”.⁵⁰ identificou que entre os 10 maiores pecuaristas do Brasil presentes na Amazônia legal,

⁴⁸ Disponível em: <https://twitter.com/GeneralMourao/status/1301618927001317377> Acesso em 20 de out de 2023.

⁴⁹ GARCIA, Rafael. Mourão 'comemora' queda no desmatamento no segundo pior agosto dos últimos cinco anos na Amazônia. O Globo. 3 de set de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/mourao-comemora-queda-no-desmatamento-no-segundo-pior-agosto-dos-ultimos-cinco-anos-na-amazonia-24622664> Acesso em 6 de jan. de 2024.

⁵⁰ <https://nomeaosbois.reporterbrasil.org.br>

acumulam denúncias de “desmatamento, trabalho escravo e incentivo da ditadura” e apresentam uma relação ideológica e política próxima à do então presidente Jair Messias Bolsonaro.

4.1.4 Bruno Pereira e Dominic Phillips

Para compreender o contexto da próxima fala a ser analisada do então presidente da república Jair M. Bolsonaro, é necessário compreender o caso do assassinato de Bruno Pereira e Dom Phillips.

O repórter britânico Dom Phillips desembarcou em Atalaia do Norte (AM) no início de junho de 2022 com a finalidade de conduzir entrevistas com líderes indígenas e ribeirinhos para a elaboração de um novo livro-reportagem “Como Salvar a Amazônia”. Além de falar bem o português, Dom viajou na companhia de Bruno Pereira, indigenista e ex-servidor da então Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Bruno, encontrava-se licenciado da FUNAI pois estava:

Insatisfeito com os rumos que a equipe de governo do então presidente Jair Bolsonaro impunha à política indigenista, Pereira optou por se licenciar para “tratar de assuntos pessoais” e passou a trabalhar como consultor técnico da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) [...] À frente de projetos que buscavam garantir às comunidades proteger seus territórios e os recursos naturais neles existentes, o indigenista seguia contrariando os interesses de grupos que ameaçam o bem-estar e a integridade de parte da população local. Em função de sua atuação, recebeu mais de uma ameaça de morte, devidamente relatadas ao Ministério Público. (RODRIGUES, 2023)49F⁵¹

No dia 5 de junho, foram avistados pela última vez navegando próximo ao povoado de San Rafael. No mesmo dia, horas após o desaparecimento e sem notícias, a Univaja deu início às buscas. No dia 6, a imprensa foi informada do desaparecimento de um jornalista estrangeiro e o caso começou a repercutir, com instituições⁵² e campanhas cobrando as autoridades por esforços nas buscas, que

⁵¹ RODRIGUES, Alex. Assassinato de Bruno e Dom completa um ano; veja linha do tempo. Agência Brasil. 5 de jun. de 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-06/assassinato-de-bruno-e-dom-completa-um-ano-veja-linha-do-tempo> Acesso em 3 de jan. de 2024.

⁵² TEÓFILO, Sarah. ONU critica 'resposta inicial lenta' do governo para encontrar Bruno e Dom Phillips. R7. 10 de jun. de 2022. <https://noticias.r7.com/brasil/onu-critica-resposta-inicial-lenta-do-governo-para-encontrar-bruno-e-dom-phillips-10062022>

continuavam a ser conduzidas pela Univaja.

O presidente da FUNAI na época, Marcelo Augusto Xavier da Silva, havia sido nomeado por Bolsonaro por seu histórico de oposição aos direitos indígenas, como descreva a reportagem de SHALDERS (2019):

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que todos os não índios deveriam sair da terra indígena Marãiwatsédé - um território de 1.652 km² (pouco maior que o município de São Paulo) na região nordeste de Mato Grosso. Marãiwatsédé é também hoje uma das terras indígenas mais devastadas do país - em 2015, um único incêndio atingiu 47% do território. Localizado a 650 km de Cuiabá, o local foi considerado propriedade da etnia Xavante depois de uma batalha judicial que durou quase 20 anos - a homologação ocorreu em 1998, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Entre 2012 e 2014, foram várias as ocasiões nas quais não índios voltaram a entrar no território. Nesta época, Marcelo Augusto Xavier comandava a delegacia da Polícia Federal em Barra do Garças (MT), e atuou na retirada dos moradores não-índios - chamada, no jargão, de "desintrusão". Mas, pelo menos para um procurador da República que trabalhou naquele caso, **Xavier atuou ao lado dos invasores, contra o cumprimento da ordem judicial.**

Xavier, comunicou por meio de entrevista em rádio no dia 9 de junho, que:

A Funai não emitiu nenhuma permissão para ingresso. É importante que as pessoas entendam que, quando se vai entrar numa área dessas, existe todo um procedimento. É muito complicado quando duas pessoas apenas decidem entrar na terra indígena sem nenhuma comunicação aos órgãos de segurança e à Funai.

À esta declaração, o procurador jurídico da Univaja, Eliesio Marubo respondeu:

O Bruno e o Dom não estavam dentro da terra indígena. Mesmo que estivessem, o Bruno estava exercendo uma função própria da organização indígena, prestando auxílio a uma das equipes da Univaja, na condição de consultor técnico. E nós, indígenas, bem como nossas organizações, não precisamos de autorização da Funai para entrar em nossos próprios territórios.

As declarações de Bolsonaro, foram as seguintes:

- Dia 7, em entrevista ao SBT News⁵³, durante a campanha

⁵³ PODER 360. Bolsonaro fala de desaparecidos: "Aventura não recomendável". Poder 360. 7 de jun de 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/bolsonaro-fala-de-desaparecidos-aventura-nao-recomendavel/> Acesso em 10 de jan. de 2024.

eleitoral:

- “Realmente, duas pessoas apenas num barco, numa região daquela completamente selvagem é uma aventura que não é recomendada que se faça. Tudo pode acontecer.”
- “Você não viu eu demarcando terra, demarcando quilombolas, área de proteção ambiental. Nada. Não é porque eu sou malvado. Já tem demais.”
- Dia 23, em entrevista ao UOL⁵⁴ e a apoiadores:
 - “[...] Igual o Lula esbravejando sobre os dois que desapareceram na Amazônia e depois acharam os corpos. Lamentamos o ocorrido. Mas também, tá numa área pô. Insegurança. Eu subir um morro, numa comunidade do Rio de Janeiro com esse olho azul e com essa cara a noite. Eu vô pro micro-ondas ou num vô. Ué. Eu lamento. Entraram. Igual o Lula falou [ininteligível em tom de zombaria] “comigo vai ser desmatamento zero” [repetindo uma proposta de campanha eleitoral de Lula]. Pô, pega os dados daí, pega os 3 anos do Lula e pega o meu. No dele teve mais do que o dobro do desmatamento do que no meu. [...]”

A repercussão destas declarações causou não apenas problemas diplomáticos⁵⁵ para o país, mas consolidou a posição de Bolsonaro como aliado de garimpeiros e madeireiros da região.

Quanto às declarações do dia 7 de junho de 2022, em poucas palavras, além do caráter explicitamente etnocêntrico, racista e xenófobo ao descrever a região do vale do Javari como “selvagem”, Bolsonaro tenta deslegitimar o propósito

⁵⁴ UOL Notícias. Bolsonaro sobre caso Bruno e Dom: ‘Igual a subir morro no Rio com esse olho azul: Vou pro micro-ondas’; 62 segs. 23 de jun. de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lu-HzXt185U> Acesso em 10 de jan. de 2024.

⁵⁵ RESENDE, Leandro. Itamaraty atuou para reverter danos à imagem de Bolsonaro após mortes de Bruno e Dom. CNN Brasil. 10 de mar de 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/itamaraty-atuou-para-reverter-danos-a-imagem-de-bolsonaro-apos-mortes-de-bruno-e-dom/> Acesso em 10 de janeiro de 2024.

da missão de Bruno e Dom de escutar lideranças indígenas e ribeirinhas da região. Encerra a fala por emitir um alerta que pode ser compreendido como ameaça considerando o contexto e a não-ação do governo em proteger as comunidades da região ou seus defensores, bem como a nomeação de conhecidos aliados do garimpo e do agronegócio para posições de liderança dentro dos órgãos de fiscalização e controle da região como a FUNAI. Esta fala dialoga com o trecho seguinte que se refere ao marco temporal, onde Bolsonaro reforça sua prioridade de perseguição aos direitos indígenas à terra.

Na fala do dia 23 de junho, Bolsonaro reforçou a ideia de culpabilizar as vítimas pelo seu próprio assassinato, por estarem em uma zona de conflitos contra ambientalistas, indígenas e indigenistas, ribeirinhos e pesquisadores. O fez utilizando de estereótipos raciais, valorizando seu próprio fenótipo de pessoa branca marcada por olhos azuis e feições típicas de indivíduos brancos, e como uma pessoa assim estaria em risco ao adentrar uma comunidade de baixa renda. Enquanto estes elementos discursivos podem e devem ser interpretados como ofensivos, ao ser analisado dentro dos parâmetros ideológicos conservadores de seus apoiadores, esta fala serve não apenas de reforço de sua ideologia, mas de *dog whistle*⁵⁶ para grupos racistas.

Em nota à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), o antropólogo e padre Tuyuka, Justino Sarmiento Rezende se pronuncia⁵⁷ em um texto intitulado “O Sangue Esparramado pelo C O S M O”:

O sangue menstruado libera o odor e a cor nos patamares cósmicos. As constelações, as cobras, peixes, pássaros, insetos e os seres viventes sentem e desejam possuir a mulher e, não conseguindo, tramam sua morte. O bioma amazônico menstrua, exala o odor de pitui, transpira com sabor salgado, azedo, travoso e adocicado. Os exploradores só enxergam a cor de dinheiro e do lucro, matam os animais, vendem suas peles, suas penas e sua carne. Cada árvore derrubada chora e derrama o sangue branco e vermelho. O ouro para os indígenas é a base do assento cósmico, mas para o

⁵⁶ O termo "*dog whistle*" refere-se a uma comunicação política, geralmente utilizada por políticos ou figuras públicas, que tem um significado específico para um determinado grupo de pessoas, enquanto passa despercebida ou parece inofensiva para a maioria. A metáfora vem da ideia de um "apito para cachorro" (*dog whistle*) que emite um som que é inaudível para os humanos, mas audível para os cães. O uso de "*dog whistles*" pode ser considerado controverso, pois implica uma manipulação da linguagem para influenciar determinados segmentos da sociedade.

⁵⁷ @anpocs Texto: Justino Sarmiento Rezende – Tuyuka, Antropólogo, pesquisador do NEAI/ @ufam___. <https://www.instagram.com/p/CfFGJt0pvF1/>

explorador é simples objeto de desejo e gana. O leito dos rios, igarapés, as cachoeiras e as matas são destruídas. Os indígenas buscam viver em conexão com o cosmo, a Amazônia é um organismo vivo, habitado e defendido por nós.

Os exploradores veem os indígenas como inimigos do progresso e os matam. Cidadãos brasileiros e estrangeiros que defendem a vida amazônica são perseguidos e mortos. Enganam-se aqueles que pensam que eliminam os defensores da Amazônia. O sangue derramado vai longe, corre com as águas, penetra no subterrâneo e seu odor transita no patamar das constelações. As veias cortadas de Bruno Pereira e de Dom Phillips e de tantos outros fizeram jorrar o seu sangue de comprometimento com os povos da Amazônia. Esse sangue clama pela justiça nesse país de governantes que incentivam e compactuam com a injustiça, com a violência e a morte. O sangue de Bruno e Dom Phillips se soma ao sangue de muitos indígenas e dos defensores da Amazônia.

O texto de Rezende aborda com maestria a maneira pela qual invasores, sejam eles colonizadores, imperialistas ou bolsonaristas, enxergam indígenas como inimigos do progresso e a Amazônia como um prêmio a explorar.

4.1.5 Balanço da Gestão Bolsonaro

Ao revisar a política de gastos⁵⁸ de Bolsonaro, em relação ao Meio Ambiente, PRIZIBISCZKI⁵⁹ coloca em contexto o desequilíbrio entre o discurso nacionalista empregado pelo governo ao afirmar a legitimidade da defesa do meio ambiente enquanto recurso e enquanto direito da população, e suas políticas públicas de desmonte político se dava por meio do “estrangulamento” do orçamento dos órgãos de monitoramento e controle.

Bolsonaro gastou apenas 0,16% do orçamento da União com Meio Ambiente Durante a gestão Bolsonaro, a área ambiental teve uma perda real de 17% na execução, passando de R\$ 3,3 bilhões em 2019, para R\$ 2,7 bilhões em 2022. Nos quatro anos, o Ministério do Meio Ambiente e suas autarquias executaram cerca de R\$ 11,2 bilhões. Em termos comparativos, o Ministério da Defesa executou R\$ 515,7 bilhões em todo o período. Na média, os recursos recebidos pelos militares no governo anterior representaram 7,3% do total do orçamento da União. Na área ambiental, quem mais perdeu foi o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com

⁵⁸ INESC. Depois do Desmonte – Balanço do Orçamento Geral da União 2022. Brasília, 2023. Disponível em: https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2023/04/depois_do_desmonte-bogu_2022.pdf?x59185 Acesso em 8 de set de 2023,

⁵⁹ PRIZIBISCZKI, Cristiane. Bolsonaro gastou apenas 0,16% do orçamento da União com Meio Ambiente. ((o))eco. 17 de abr. de 2023. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/bolsonaro-gastou-apenas-016-do-orcamento-da-uniao-com-meio-ambiente/> Acesso em 26 de set de 2023.

uma queda real de 32% nos quatro anos: saiu de R\$ 1,8 bilhão em 2019 para R\$ 744 milhões em 2022.

O Ibama perdeu 8% de seu orçamento na última gestão, saindo de R\$ 1,8 bilhão em 2019 para R\$ 1,7 bilhão em 2022. Apesar da queda não tão acentuada, o Inesc lembra que o Instituto foi severamente impactado pela redução de pessoal. Em 2019, o Ibama possuía cerca de 1800 servidores na fiscalização ambiental. Em 2022, esse número caiu para 700, sendo que nem todos atuam em campo.

Na administração direta do Ministério, a execução financeira caiu 11,2% entre 2019 e 2022, passando de R\$ 244 milhões para R\$ 216 milhões. O resultado desta política foi o aumento de 60% no desmatamento na Amazônia e destruição sem precedentes nos outros biomas do país.

O Gabinete de Transição Governamental liderado pela equipe de Lula, pois a equipe de Bolsonaro se recusou a participar do mesmo, identificou problemas ainda não relatados ao longo do governo, e em especial na área ambiental e compôs um relatório final⁶⁰ onde descreve a situação do país após o governo de 2019 a 2022. Referenciando especificamente a área ambiental, o relatório descreve que:

Nos últimos quatro anos, as instituições federais de conservação ambiental e uso sustentável de recursos ecológicos passaram por um processo inédito de intimidação. O objetivo foi claro: geração de riqueza monetária para poucos em prejuízo do direito constitucional de todos ao “meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”. O governo Bolsonaro promoveu um desmantelamento deliberado e ilegal das políticas públicas, marcos regulatórios, espaços de controle e participação social, e órgãos e instituições públicas ligadas à preservação das florestas, da biodiversidade, do patrimônio genético e da agenda climática e ambiental. Como consequência, as taxas de desmatamento na Amazônia e no Cerrado atingiram picos nunca vistos há 15 anos. Houve aumento de 60% do desmatamento na Amazônia durante o governo Bolsonaro, a maior alta percentual que já ocorreu em um mandato presidencial, desde o início das medições por satélite, em 1988. Houve também graves danos à população e prejuízos de reputação do setor produtivo nacional, ocasionando a imposição de barreiras aos produtos brasileiros no comércio internacional, a restrição de acesso a crédito, a perda de credibilidade do Brasil perante o resto do mundo, além do comprometimento da soberania nacional em relação à Amazônia. As comunidades e povos tradicionais foram perseguidos ou esquecidos, em total desconhecimento acerca de sua importância para a proteção da biodiversidade brasileira e a atração de financiamentos e doações internacionais com foco em sustentabilidade ambiental e social. O desmonte das políticas ambientais está expresso na escassez de recursos para o setor, na falta de pessoal e de gestão competente da área. Dos R\$ 4,6 trilhões de despesas previstas no orçamento de 2022, menos de R\$ 3 bilhões foram utilizados para políticas públicas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e de instituições vinculadas à pasta.

Não obstante, o Fundo Amazônia conta hoje com mais de R\$ 3,3 bilhões paralisados, conforme alerta do STF e de relatórios da sociedade civil. O

⁶⁰ GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL – Relatório Final. Brasília, dez de 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/12/Relatorio-final-da-transicao-de-Lula.pdf> Acesso em 10 de nov. de 2023

quadro de servidores do IBAMA, ICMBio, SFB e MMA encontra-se com 2.103 cargos existentes vagos. Enquanto o IBAMA tinha 1.800 servidores atuando na fiscalização ambiental em 2008, agora são apenas cerca de 700, nem todos em campo. Houve efetivo aparelhamento e ocupação de cargos gerenciais e de direção sem capacidade técnica e política de atuação na área de proteção e gestão ambiental. São contundentes os casos de perseguição e assédio aos servidores dos órgãos. Apenas 0,4% do Cadastro Ambiental Rural foi validado, o que compromete a implementação do Código Florestal. Além disso, o CAR não registra informações essenciais sobre a situação ambiental das propriedades, conforme alertado pelo TCU. Para completar, o sistema de lavratura de autos eletrônicos foi desmontado e os processos tramitando em papel. Vale destacar também as medidas deliberadas para aumentar a impunidade para criminosos ambientais. O desmonte das políticas ambientais foi reforçado com o esvaziamento da agenda ambiental por meio da transferência de estruturas e órgãos vinculados ao MMA a outros ministérios e pela desestruturação da governança colegiada e aguda restrição à participação social. A criação de Unidades de Conservação foi paralisada no nível federal. Como se não bastasse, os anúncios do governo de retificação, cancelamento e mudança de categoria das UCs já existentes incentivaram a invasão e a destruição de muitas delas. O desmatamento incentivado pelo Governo se traduz em redução significativa da rica biodiversidade, bem como na queda dos níveis de captura de carbono nas contas do inventário nacional de gases de efeito estufa. O Brasil perdeu seu protagonismo na agenda internacional sobre clima, florestas, biodiversidade, povos indígenas e populações tradicionais, água, Amazônia, oceano, energia limpa e descarbonização das cadeias produtivas. Precisamos voltar a ocupar assento privilegiado e credibilidade na discussão global sobre as questões socioambientais. Agora, o grande desafio é reverter o cenário deixado pelo governo Bolsonaro. A transição para a economia de baixo carbono é entendida como uma vantagem competitiva para o País, que tem condições de gerar negócios, produtos e serviços com menores emissões de carbono, além de oferecer soluções para as necessidades de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Nosso desafio é o da reconstrução do desmonte das instituições e o reencontro do País com seu futuro como potência ambiental. (p.40-41).

O relatório de transição governamental revela uma preocupante realidade ambiental no contexto do governo Bolsonaro, marcado por um desmantelamento sistemático das políticas públicas e instituições voltadas para a conservação ambiental e o uso sustentável dos recursos ecológicos. A abordagem crítica, embasada na sociologia ambiental marxista, permite uma análise profunda das implicações socioeconômicas e ambientais dessa política, que prioriza interesses econômicos restritos em detrimento do bem comum.

O governo Bolsonaro, ao longo dos anos de 2019 a 2022, adotou uma postura que evidencia um descomprometimento com o meio ambiente, priorizando a geração de riqueza monetária para poucos em detrimento dos direitos constitucionais que asseguram um "meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo." Nesse sentido, destacam-se como os aspectos críticos e representativos desse desmonte, as consequências diretas na Amazônia e no Cerrado, bem como nos níveis internacionais de reputação e comércio.

O desmantelamento deliberado e ilegal das políticas públicas, marcos regulatórios e órgãos de controle ambiental resultou em um aumento alarmante nas taxas de desmatamento na Amazônia e no Cerrado. Os números indicam um aumento de 60% do desmatamento na Amazônia durante o governo Bolsonaro, uma alta percentual sem precedentes desde o início das medições por satélite. Essa devastação não apenas compromete a biodiversidade, mas também acarreta prejuízos significativos à reputação internacional do Brasil, com barreiras comerciais, restrições de crédito e perda de credibilidade perante a comunidade global.

A perseguição ou negligência às comunidades e povos tradicionais reflete uma visão desatualizada e ignorante sobre seu papel crucial na proteção da biodiversidade. A falta de reconhecimento dessa importância resulta em perdas financeiras, ao desconsiderar as doações internacionais voltadas para a sustentabilidade ambiental e social dessas comunidades.

O relatório aponta uma clara escassez de recursos destinados ao setor ambiental, com menos de R\$ 3 bilhões utilizados para políticas públicas do Ministério do Meio Ambiente e instituições vinculadas. Além disso, o Fundo Amazônia possui mais de R\$ 3,3 bilhões paralisados, evidenciando a desarticulação financeira das estruturas de conservação ambiental. O esvaziamento de órgãos como IBAMA, ICMBio e SFB, com mais de 2 mil cargos vagos, prejudica a fiscalização e gestão ambiental, comprometendo a aplicação efetiva das leis.

A intencionalidade do governo em aumentar a impunidade para criminosos ambientais é refletida em diversas ações, como a paralisação da validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a desestruturação do sistema de lavratura de autos eletrônicos. Essas medidas contribuem para a impunidade, dificultam o controle e incentivam práticas prejudiciais ao meio ambiente.

A transferência de estruturas e órgãos vinculados ao MMA para outros ministérios, juntamente com a desestruturação da governança colegiada e a restrição à participação social, enfraquece ainda mais a capacidade de resposta às questões ambientais. A paralisação na criação de Unidades de Conservação no nível federal e os incentivos à invasão e destruição de Unidades já existentes agravam o quadro de desmonte ambiental.

O paradigma extrativista e explorador adotado pelo governo Bolsonaro, perpetuado e aliado aos interesses locais do agronegócio, sublinhou uma priorização do capital em detrimento do bem-estar e da sustentabilidade ambiental. A

lógica hedonista do capital, que busca a maximização do prazer financeiro a curto prazo, permeou as ações governamentais e corporativas, e segue sem considerar as externalidades negativas associadas.

É necessário destacar que o desmonte da agenda ambiental e o estímulo à exploração desenfreada evidenciam uma visão que negligencia não apenas o equilíbrio ecológico, mas também os impactos socioeconômicos de longo prazo. A degradação ambiental compromete a qualidade de vida das comunidades locais, resultando em perdas não apenas econômicas e sociais, mas rompendo suas conexões com o espaço que ocupam, reverberando por gerações e corrompendo suas identidades.

A análise sob a perspectiva da sociologia ambiental permitiu uma compreensão crítica da conjuntura atual, demonstrando que os interesses locais do agronegócio no Cerrado se coadunam com uma abordagem extrativista e hedonista do capital, implementada pelo governo Bolsonaro. Diante disso, torna-se imperativo repensar os paradigmas que regem as políticas ambientais e econômicas, visando uma reconciliação sustentável entre sociedade e natureza, que transcenda as demandas imediatas em prol de um futuro ecologicamente equilibrado.

Entretanto, uma das descobertas da equipe de transição, foi a negligência da gestão anterior em prestar socorro à Terra Indígena Yanomami. Soubemos por meio desta equipe, que esta população, ameaçada direta e indiretamente pelos garimpeiros da região, estava em processo de extermínio.

Segundo a reportagem de Valente⁶¹ “A sabotagem das Forças Armadas à Operação Yanomami em cinco momentos”, Observamos que, mesmo em discordância, os seguidores de Bolsonaro não podem imputar responsabilidade ao Ministério dos Povos Indígenas e à Funai pela atual situação na Terra Indígena Yanomami. Estabelecidos pelo decreto presidencial promulgado por Luiz Inácio Lula da Silva em janeiro de 2023, esses órgãos foram designados para prestar assistência à T.I. Yanomami. Tanto o Ministério dos Povos Indígenas quanto a Funai, sob a direção de Sônia Guajajara e Joênia Wapichana, respectivamente, enfrentam notáveis limitações, incluindo escassez de recursos, falta de servidores em número suficiente

⁶¹ VALENTE, Rubens. A sabotagem das Forças Armadas à Operação Yanomami em cinco momentos. Agência Pública. 17 de jan. de 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/01/a-sabotagem-das-forcas-armadas-a-operacao-yanomami-em-cinco-momentos/>

e ausência de controle sobre as Forças Armadas, Polícia Federal e Força Nacional, dos quais dependem para acessar o território ocupado por garimpeiros fortemente armados, colocando em risco a integridade dos funcionários dessas instituições. Apesar dos progressos desde a posse de Lula, como a redução dos alertas de novos garimpos e a expulsão de mais de 80% dos invasores, persistem focos de atividade garimpeira, novas invasões e desafios, como aviões clandestinos e altos índices de malária e desnutrição.

Ao longo de 2023, as Forças Armadas, encarregadas do suporte logístico e da segurança da operação, evidenciaram limitações e deficiências em várias frentes, desde o controle inadequado do espaço aéreo até a falta de distribuição efetiva de cestas básicas, correção de pistas de pouso e resposta a ataques a equipes de saúde e indígenas. Essas falhas ressaltam a incapacidade das Forças Armadas em lidar de maneira eficaz com a situação na Terra Yanomami, suscitando dúvidas quanto à sua competência e à autoridade presidencial de Lula.

A narrativa apresentada pelo ministro da Defesa, José Múcio, que expressa preocupação em não prejudicar garimpeiros "inocentes", suscita questionamentos sobre a tolerância seletiva a crimes que afetam os povos indígenas e a região amazônica. A sabotagem implícita das Forças Armadas contra a autoridade de Lula é evidente na não implementação integral do decreto presidencial, revelando uma resposta inadequada à emergência humanitária na Terra Yanomami ao longo de 2023.

Diante do exposto, é evidente que o governo Bolsonaro comprometeu severamente as bases ambientais do Brasil. A sociologia ambiental, ao focar as relações entre o ser humano e a natureza, destaca a necessidade de uma reconstrução profunda das instituições e políticas ambientais que considere os aspectos estruturais e simbólicos das relações. A transição para uma economia de baixo carbono é apresentada como uma vantagem competitiva para o país, indicando que a reversão desse cenário é crucial para a retomada do protagonismo ambiental e a reconstrução de um futuro sustentável.

4.2 GOVERNO LULA (2022-2023)

Considerando-se os limites para o desenvolvimento do presente

estudo e o fato de que o governo Lula ainda acaba de encerrar o primeiro ano de mandato, não será possível fazer uma análise comparativa de dois governos em sua integralidade, porém é nítida a importância da temática ambiental e referentes à justiça climática e às mudanças climáticas presentes em suas falas e na seleção de seus ministros e representantes. Enquanto a temática ambiental é uma prioridade em suas falas, e medidas são tomadas para a implementação de ações efetivas, ainda persistem interesses econômicos considerados *anti-ambientais*⁶², porém, alinhados à um caráter *neo-desenvolvimentista*⁶³ ao buscar um equilíbrio relativo das demandas sociais pelas causas ambientais enquanto privilegiando uma lógica de desenvolvimento econômico.

O contexto em que assume, discutido no subcapítulo anterior, é encarado por especialistas como um cenário de terra arrasada. Sua política, inicia então com a temática central de “reconstrução”, implicando em apenas uma palavra que o governo anterior destruiu e que seu governo assumiria o controle a partir de uma posição desprivilegiada, e cujo objetivo seria o de colocar o país de volta aos “trilhos”. Entretanto, estes trilhos não possuíam um trajeto ou objetivo claro, apenas o de revogar os ataques do governo anterior e de retomar o papel de protagonismo internacional na temática ambiental. O portal Política por Inteiro, listou e monitora constantemente os 401 atos do Poder Executivo Federal (2019 - 2022) que devem ser revogados ou revisados para a reconstituição de uma agenda climática e ambiental brasileira.

⁶² “Ferrovia, estrada e petróleo na foz do Amazonas: os projetos 'antiambientais' no governo Lula” <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c2lnvjy79lo>

⁶³ Segundo Rodrigo Castelo, o neodesenvolvimentismo, surgido no início do século XXI na América Latina, especialmente no Brasil, propõe-se a ser uma terceira via de desenvolvimento em resposta às crises do neoliberalismo e do socialismo do século XXI. Inicialmente promovido por setores ligados à social-democracia brasileira, o neodesenvolvimentismo rapidamente perdeu sua credibilidade ao se mostrar como uma adaptação consciente de antigas e desgastadas medidas neoliberais. As propostas neodesenvolvimentistas incluem a complementaridade da atuação estatal nas falhas de mercado, mantendo padrões de reprodução do capital vigentes, bem como a manutenção de políticas econômicas baseadas em responsabilidade fiscal, superávit primário, metas inflacionárias, câmbio flutuante e tributação regressiva. O paradigma também defende incentivos para conglomerados do capital monopolista, aumento da massa salarial e crédito para impulsionar o consumo interno, além de políticas sociais de transferência de renda focadas nas camadas mais vulneráveis. No entanto, a análise crítica revela que a agenda neodesenvolvimentista, em grande medida, representa uma apropriação consciente de antigas práticas neoliberais, mantendo garantias para a reativação das taxas de lucro do grande capital e transferências substanciais de recursos para frações rentistas das classes dominantes. Essa constatação destaca a necessidade de abordagens mais profundas e transformadoras no desenvolvimento de políticas, buscando soluções sustentáveis para as demandas socioeconômicas e ambientais. - A questão do neodesenvolvimentismo e as políticas públicas. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 119, p. 583-591, jul./set. 2014

Analisando a mudança da política de gastos a partir da posse de Lula, PRIZIBISCZKI⁶⁴ comenta:

Com a chegada de Lula ao poder, parte do orçamento do MMA foi recomposto e a cifra chegou a R\$ 3,5 bilhões. Os recursos para a ação de “Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias” saltou de R\$ 38 milhões para R\$ 83 milhões. “Controle e Fiscalização Ambiental”, executada pelo Ibama, passou de R\$ 231 milhões para R\$ 361,6 milhões. Prevenção a incêndios, realizada pelo ICMBio, vai receber R\$ 114 milhões, ao invés dos R\$ 70 milhões previstos por Bolsonaro.

Enquanto estes valores estão acima do praticado pelas políticas do governo Bolsonaro, e retornaram aos patamares anteriores a 2018, estes ainda estão aquém do necessário para alcançar as metas mais tímidas do acordo de Paris ou da Agenda 2030. A fim de buscar maiores investimentos externos, seu foco central foi o de participar de reuniões e encontros com representantes de Estados internacionais.

4.2.1 Conferência das Partes #27

Na ocasião da COP 27, ainda em 2022 e duas semanas após a vitória eleitoral, Lula viajou a convite dos organizadores até a sede da conferência, onde declarou^{65,66}:

Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade de estar aqui no Egito, berço da civilização, que desempenhou um papel extraordinário na **história da humanidade**.

Quero também agradecer o convite para participar da vigésima sétima Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas. Sinto-me especialmente honrado, porque sei que este convite não foi dirigido a mim, mas ao meu país.

Este convite, feito a um presidente recém-eleito antes mesmo de sua posse, é o reconhecimento de que o mundo tem pressa de ver o Brasil participando novamente das discussões sobre o futuro do planeta e de todos os seres que nele habitam.

O planeta que a todo momento nos alerta de **que precisamos uns dos**

⁶⁴ PRIZIBISCZKI, Cristiane. Bolsonaro gastou apenas 0,16% do orçamento da União com Meio Ambiente. ((o)eco. 17 de abr. de 2023. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/bolsonaro-gastou-apenas-016-do-orcamento-da-uniao-com-meio-ambiente/> Acesso em 26 de set de 2023.

⁶⁵ BIERNATH, André. PASSARINHO, Nathalia. COP27: cinco destaques do discurso de Lula na cúpula. BBC News Brasil. 16 de nov. de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63614417> Acesso em 02 de jan. de 2024.

⁶⁶ Lula na COP27: Confira a íntegra do discurso. Brasil de Fato. 16 de nov. de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/11/16/lula-na-cop27-confira-a-integra-do-discurso> Acesso em 30 de set de 2023.

outros para sobreviver. Que sozinhos estamos vulneráveis à tragédia climática.

No entanto, ignoramos esses alertas. Gastamos trilhões de dólares em guerras que só trazem destruição e mortes, enquanto 900 milhões de pessoas em todo o mundo não têm o que comer.

Vivemos um momento de crises múltiplas – crescentes tensões geopolíticas, a volta do risco da guerra nuclear, **crise de abastecimento de alimentos e energia, erosão da biodiversidade, aumento intolerável das desigualdades.**

São tempos difíceis. Mas foi nos tempos difíceis e de crise que a humanidade sempre encontrou forças para enfrentar e superar desafios.

Precisamos de **mais confiança e determinação.** Precisamos de mais liderança para reverter a escalada do aquecimento.

Os acordos já finalizados têm que sair do papel.

Para isso, é preciso tornar disponíveis recursos para que os países em desenvolvimento, em especial os mais pobres, possam enfrentar as consequências de um problema criado em grande medida pelos países mais ricos, mas que atinge de maneira desproporcional os mais vulneráveis.

Senhores e senhoras, estou hoje aqui para dizer que o Brasil está pronto para se juntar novamente aos esforços para a construção de um planeta mais saudável. De um mundo mais justo, capaz de acolher com dignidade a totalidade de seus habitantes – e não apenas uma minoria privilegiada.

O Brasil acaba de passar por uma das eleições mais decisivas da sua história. Uma eleição observada com atenção inédita pelos demais países.

Primeiro, porque ela poderia ajudar a conter o avanço da extrema-direita autoritária e antidemocrática e do **negacionismo climático no mundo.**

E também porque **do resultado da eleição no Brasil dependia não apenas a paz e o bem-estar do povo brasileiro, mas também a sobrevivência da Amazônia e, portanto, do nosso planeta.**

Ao final de uma disputa acirrada, o povo brasileiro fez a sua escolha, e a democracia venceu. Com isso, voltam a vigorar os valores civilizatórios, o respeito aos direitos humanos e o compromisso de enfrentar com determinação a mudança climática.

O Brasil já mostrou ao mundo o caminho para derrotar o desmatamento e o aquecimento global. Entre 2004 e 2012, reduzimos a taxa de devastação da Amazônia em 83%, enquanto o PIB agropecuário cresceu 75%.

Infelizmente, desde 2019, o Brasil enfrenta um governo desastroso em todos os sentidos – no combate ao desemprego e às desigualdades, na luta contra a pobreza e a fome, no descaso com uma pandemia que matou 700 mil brasileiros, no desrespeito aos direitos humanos, na sua política externa que isolou o país do resto do mundo, e também na devastação do meio ambiente.

Não por acaso, a frase que mais tenho ouvido dos líderes de diferentes países é a seguinte: 'O mundo sente saudade do Brasil'.

Quero dizer que **o Brasil está de volta.**

Está de volta para reatar os laços com o mundo e ajudar novamente a combater a fome no mundo.

Para cooperar outra vez com os países mais pobres, sobretudo da África, com investimentos e transferência de tecnologia.

Para estreitar novamente relações com nossos irmãos latino-americanos e caribenhos, e construir junto com eles um futuro melhor para nossos povos.

Para lutar por um comércio justo entre as nações, e **pela paz entre os povos.**

Voltamos para ajudar a construir uma ordem mundial pacífica, assentada no diálogo, no multilateralismo e na multipolaridade.

Voltamos para propor uma nova governança global. O mundo de hoje não é o mesmo de 1945. É preciso **incluir mais países no Conselho de Segurança da ONU e acabar com o privilégio do veto,** hoje restrito a alguns poucos, para a efetiva promoção do equilíbrio e da paz.

No pronunciamento que fiz ao fim da eleição no Brasil, em 30 de outubro, ressaltai a importância de unir o país, que foi dividido ao meio pela

propagação em massa de fake news e discursos de ódio.

Naquela ocasião, eu disse que não existem dois Brasis. Quero dizer agora que não existem dois planetas Terra. **Somos uma única espécie, chamada Humanidade, e não haverá futuro enquanto continuarmos cavando um poço sem fundo de desigualdades entre ricos e pobres.**

Precisamos de mais empatia uns com os outros. Precisamos construir confiança entre nossos povos. Precisamos nos superar e ir além dos nossos interesses nacionais imediatos, para que sejamos capazes de tecer coletivamente uma nova ordem internacional, que reflita as necessidades do presente e nossas aspirações de futuro.

Estou aqui hoje para reafirmar o inabalável compromisso do Brasil com a construção de um mundo mais justo e solidário.

Senhoras e senhores, a Organização Mundial da Saúde alerta que a crise climática compromete vidas e gera impactos negativos na economia dos países.

Segundo projeções da Organização, entre 2030 e 2050 o aquecimento global poderá causar aproximadamente 250 mil mortes adicionais ao ano – por desnutrição, malária, diarreia e estresse provocado pelo calor excessivo.

O impacto econômico de todo esse processo, apenas no que se refere aos custos de danos diretos à saúde, é estimado pela OMS entre 2 a 4 bilhões de dólares por ano até 2030.

Ninguém está a salvo.

Os Estados Unidos convivem com tornados e tempestades tropicais cada vez mais frequentes e com potencial destrutivo sem precedentes.

Países insulares estão simplesmente ameaçados de desaparecer.

No Brasil, **que é uma potência florestal e hídrica**, vivemos em 2021 a maior seca em 90 anos, e fomos assolados por enchentes de grandes proporções que impactaram milhões de pessoas.

A Europa enfrenta uma série de fenômenos meteorológicos e climáticos extremos em várias partes do continente – de incêndios devastadores a inundações que causam um número inédito de mortes.

Apesar de ser o continente com a menor taxa de emissão de gases do efeito estufa do planeta, a África também vem sofrendo eventos climáticos extremos.

Enchentes e secas no Chade, Nigéria, Madagascar e parte da Somália.

Elevação do nível dos mares, que num futuro próximo será catastrófica para as dezenas de milhões de egípcios que vivem no Delta do rio Nilo.

Repito: ninguém está a salvo. A emergência climática afeta a todos, embora seus efeitos recaiam com **maior intensidade sobre os mais vulneráveis.**

A desigualdade entre ricos e pobres manifesta-se até mesmo nos esforços para a redução das mudanças climáticas.

O 1% mais rico da população do planeta vai ultrapassar em 30 vezes o limite das emissões de gás carbônico necessário para evitar que o aumento da temperatura global ultrapasse a meta de 1,5 grau centígrado até 2030.

Este 1% mais rico está a caminho de emitir 70 toneladas de gás carbônico per capita por ano. Enquanto isso, os 50% mais pobres do mundo emitirão, em média, apenas uma tonelada per capita, segundo estudo produzido pela ONG Oxfam e apresentado na COP 26.

Por isso, **a luta contra o aquecimento global é indissociável da luta contra a pobreza e por um mundo menos desigual e mais justo.**

Senhores e senhoras, não há segurança climática para o mundo sem uma Amazônia protegida. Não mediremos esforços para zerar o desmatamento e a degradação de nossos biomas até 2030, da mesma forma que mais de 130 países se comprometeram ao assinar a Declaração de Líderes de Glasgow sobre Florestas.

Por esse motivo, quero aproveitar esta Conferência para anunciar que o combate à mudança climática terá o mais alto perfil na estrutura do meu governo.

Vamos priorizar a luta contra o desmatamento em todos os nossos biomas. Nos três primeiros anos do atual governo, o desmatamento na Amazônia teve

aumento de 73%.

Somente em 2021, foram desmatados 13 mil quilômetros quadrados.

Essa devastação ficará no passado.

Os crimes ambientais, que cresceram de forma assustadora durante o governo que está chegando ao fim, serão agora combatidos sem trégua.

Vamos fortalecer os órgãos de fiscalização e os sistemas de monitoramento, que foram desmantelados nos últimos quatro anos.

Vamos punir com todo o rigor os responsáveis por qualquer atividade ilegal, seja garimpo, mineração, extração de madeira ou ocupação agropecuária indevida.

Esses crimes afetam sobretudo os povos indígenas.

Por isso, vamos criar o Ministério dos Povos Originários, para que os próprios indígenas apresentem ao governo propostas de políticas que garantam a eles sobrevivência digna, segurança, paz e sustentabilidade.

Os povos originários e aqueles que residem na região Amazônica devem ser os protagonistas da sua preservação. Os 28 milhões de brasileiros que moram na Amazônia têm que ser os primeiros parceiros, agentes e beneficiários de um modelo de desenvolvimento local sustentável, não de um modelo que ao destruir a floresta gera pouca e **efêmera riqueza para poucos, e prejuízo ambiental para muitos.**

Vamos provar mais uma vez que é possível **gerar riqueza sem provocar mais mudança climática.** Faremos isso explorando com responsabilidade a extraordinária biodiversidade da Amazônia, para a produção de medicamentos e cosméticos, entre outros.

Vamos provar que é possível promover **crescimento econômico e inclusão social tendo a natureza como aliada estratégica, e não mais como inimiga a ser abatida a golpes de tratores e motosserras.**

Tenho o prazer de informar que logo após nossa vitória na eleição de 30 de outubro, Alemanha e Noruega anunciaram a intenção de reativar o Fundo Amazônia, para financiar medidas de proteção ambiental na maior floresta tropical do mundo.

O Fundo dispõe hoje de mais de 500 milhões de dólares, que estão congelados desde 2019, devido à falta de compromisso do governo atual com a proteção da Amazônia.

Estamos abertos à cooperação internacional para preservar nossos biomas, seja em forma de investimento ou pesquisa científica.

Mas sempre sob a liderança do Brasil, sem jamais renunciarmos à nossa soberania.

Conjugar desenvolvimento e meio ambiente também é investir nas oportunidades criadas pela transição energética, com investimentos em energia eólica, solar, hidrogênio verde e bicompostíveis. São áreas nas quais o Brasil tem um potencial imenso, em particular no Nordeste brasileiro, que apenas começou a ser explorado.

Cuidar das questões ambientais também é melhorar a qualidade de vida e as oportunidades nos centros urbanos. Fornecer alternativas de meios de transporte com menor impacto ambiental.

Gerar empregos em indústrias menos poluentes na cadeia industrial da reciclagem, que melhora o aproveitamento das matérias primas, e no saneamento básico, que protege a nossa saúde e nossos rios cuidando da água, elemento indispensável para a vida.

A produção agrícola sem equilíbrio ambiental deve ser considerada uma ação do passado. A meta que vamos perseguir é a da produção com equilíbrio, sequestrando carbono, protegendo a nossa imensa biodiversidade, buscando a regeneração do solo em todos os nossos biomas, e o aumento de renda para os agricultores e pecuaristas.

Estou certo de **que o agronegócio brasileiro será um aliado estratégico do nosso governo na busca por uma agricultura regenerativa e sustentável,** com investimento em ciência, tecnologia e educação no campo, valorizando os conhecimentos dos povos originários e comunidades locais. No Brasil há vários exemplos exitosos de agroflorestas.

Temos 30 milhões de hectares de terras degradadas. Temos conhecimento tecnológico para torná-las agricultáveis. Não precisamos desmatar sequer um metro de floresta para continuarmos a ser um dos maiores produtores de alimentos do mundo.

Este é um desafio que se impõe a nós brasileiros e aos demais países produtores de alimentos. Por isso estamos propondo uma Aliança Mundial pela Segurança Alimentar, pelo fim da fome e pela redução das desigualdades, com total responsabilidade climática.

Quero aproveitar a ocasião para garantir que o acordo de cooperação entre Brasil, Indonésia e Congo será fortalecido pelo meu governo.

Juntos, nossos três países detêm 52% das florestas tropicais primárias remanescentes no planeta.

Juntos, trabalharemos contra a destruição de nossas florestas, buscando mecanismos de financiamento sustentável, para deter o avanço do aquecimento global.

Quero também propor duas importantes iniciativas, a serem apresentadas formalmente pelo meu governo, que se iniciará no dia primeiro de janeiro de 2023.

A primeira iniciativa é a realização da Cúpula dos Países Membros do Tratado de Cooperação Amazônica.

Para que Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela possam, pela primeira vez, discutir de forma soberana a promoção do desenvolvimento integrado da região, com inclusão social e responsabilidade climática.

A segunda iniciativa é oferecer o Brasil para sediar a COP 30, em 2025. Seremos cada vez mais afirmativos diante do desafio de enfrentar a mudança do clima, alinhados com os compromissos acordados em Paris e orientados pela busca da descarbonização da economia global.

Enfatizo ainda que em 2024 o Brasil vai presidir o G20. Estejam certos de que a agenda climática será uma das nossas prioridades.

Senhoras e senhores, em 2009, os países presentes à COP 15 em Copenhague comprometeram-se em mobilizar 100 bilhões de dólares por ano, a partir de 2020, para ajudar os países menos desenvolvidos a enfrentarem a mudança climática.

Este compromisso não foi e não está sendo cumprido.

Isso nos leva a reforçar, ainda mais, a necessidade de avançarmos em outro tema desta COP 27: precisamos com urgência de mecanismos financeiros para remediar perdas e danos causados em função da mudança do clima.

Não podemos mais adiar esse debate. Precisamos lidar com a realidade de países que têm a própria integridade física de seus territórios ameaçada, e as condições de sobrevivência de seus habitantes seriamente comprometidas.

É tempo de agir. Não temos tempo a perder. Não podemos mais conviver com essa corrida rumo ao abismo.

Se pudermos resumir em uma única palavra a contribuição do Brasil neste momento, que essa palavra seja aquela que sustentou o povo brasileiro nos tempos mais difíceis: Esperança.

A esperança combinada com uma ação imediata e decisiva, pelo futuro do planeta e da humanidade.

Muito obrigado a todos. (SILVA, Luís I. L. 2022)

Percebemos, logo no início, que o presidente eleito Luís Inácio “Lula” da Silva, possui uma vantagem discursiva quando analisamos da perspectiva da análise de discursos políticos ambientais como propõe Hajer. Ao simplesmente rejeitar o anti-ambientalismo de seu antecessor, já é o suficiente para que sua imagem frente a todos preocupados com as mudanças climáticas e cientes do papel do Brasil nesta

equação, esboçam um pouco mais de otimismo. A centralidade de sua fala nas campanhas e nos primeiros discursos estava em prometer que o Brasil retornaria às condições que apresentava ao final de seu segundo mandato (2007). Infelizmente, considerando-se a gravidade atual, estas metas são insuficientes para conter a aceleração de aumento da temperatura média do planeta.

Ao contextualizar sua fala a partir da necessidade de agirmos em conjunto em prol da humanidade, já carrega em si o significado de buscar investimentos de países do Norte Global e ao remeter o problema da fome, como consequências primeiras das mudanças climáticas, estimula o receptor da mensagem a recordar que o maior marco de seus primeiros mandatos foi o projeto de erradicação de fome no país, que perdurou com taxas baixas até a gestão de Bolsonaro. Entretanto, como trouxe Krenak e Haraway, a preocupação e estratégias de solução para a crise climática não podem se dar de maneira limitada e antropocêntrica, e devem considerar toda a teia de relações que permeiam a vida no planeta.

Lula não apenas contraria Bolsonaro em sua fala direta, mas também ao reconhecer tudo o que foi negado pela gestão 2019-2022, como a própria existência e relevância das mudanças climáticas, e dos riscos que estas apresentam para a população mais pobre. Entretanto, pouco após relembrar o mundo do papel brasileiro na captura de carbono, e a capacidade de coibir o desmatamento, destacou a possibilidade de diminuição do desmatamento paralelo ao aumento do PIB do setor do agronegócio.

Assim como as críticas às suas primeiras gestões apontam, Lula busca alinhar interesses de frações conflitantes das classes, dentro de um modelo neodesenvolvimentista, ainda que hajam evidências claras que apontam para o agronegócio como a maior causa das emissões de GEE no Brasil. Esta valorização pode ser enxergue como uma sinalização que tenta desvincular o capital agrário do capital político aliado de Bolsonaro e a possíveis parceiros comerciais que desejam importar alimentos produzidos no Brasil.

Enquanto Bolsonaro destacou o valor da Amazônia pelos recursos materiais, como minério, borracha e madeira, Lula busca justificar a defesa da região por seu valor em um mundo desesperado pela captura do carbono na atmosfera, e a proposta para o Brasil assumir um papel central no mercado de créditos de carbono.

O conceito de créditos de carbono, embora apresentado como uma estratégia promissora para mitigar as emissões de gases de efeito estufa, revela-se,

em uma análise mais aprofundada, uma abordagem suscetível a críticas e questionamentos substantivos. A essência da falácia inerente a esse mecanismo reside na sua propensão a permitir que entidades poluentes mantenham padrões insustentáveis de emissões sob a ilusão de compensações ambientais.

Em termos práticos, a obtenção de créditos de carbono muitas vezes se traduz em ações superficiais e paliativas por parte de corporações e países, que buscam cumprir metas aparentemente mais ambientalmente responsáveis. Contudo, essa prática frequentemente mascara a ausência de mudanças significativas nos modelos de produção e consumo que perpetuam a emissão descontrolada de gases poluentes.

A transferência de responsabilidades, frequentemente observada nesse contexto, desloca o ônus da redução de emissões para regiões ou comunidades mais vulneráveis, contribuindo para a reprodução de desigualdades ambientais. Ademais, a mensuração efetiva dos benefícios ambientais gerados pelos créditos de carbono torna-se uma tarefa complexa e, em muitos casos, suscetível a manipulações e interpretações enviesadas.

Acho que o debate de fundo é que há uma racionalidade predatória: o reducionismo embutido na métrica do carbono que é incapaz de enfrentar a crise ecológica, que é complexa e multifacetada e que é atravessada por questões qualitativas e políticas. Não é apenas “fechar a conta do carbono”. É decidir por outro modelo de sociedade, de produção e de consumo. Ao transformar tudo em carbono, estamos impondo uma forma de ver e de conhecer o mundo que para se impor tem que destruir formas concorrentes. Sob a alegação da ciência, o que está ocorrendo é um epistemicídio: a morte de todo conhecimento que não se reduz à contabilidade do carbono, como a dos povos indígenas, que envolve uma compreensão da natureza e da biodiversidade como uma grande complexidade. (MORENO, Camila. 2016)64F⁶⁷

Como traz Moreno (2016) uma crítica necessária a este mercado de carbono reside na possibilidade de que os créditos de carbono sirvam como uma forma de "licença para poluir", conferindo às entidades emissoras uma sensação de absolvição ambiental, mesmo quando suas atividades continuam a contribuir significativamente para o agravamento das mudanças climáticas. Esse cenário evidencia a lacuna entre os objetivos proclamados pelos créditos de carbono e a

⁶⁷ ALVIM, Mariana 'O mercado de carbono precisa ser detido', afirma pesquisadora. O Globo. 14 de novembro de 2016 <https://oglobo.globo.com/brasil/o-mercado-de-carbono-precisa-ser-detido-afirma-pesquisadora-20457220> Acesso em 18 de fevereiro de 2023.

efetiva redução das emissões globais, reforçando a ideia de que tal mecanismo, ao invés de constituir uma solução real, perpetua estruturas predatórias.

A falácia intrínseca aos créditos de carbono reside na sua capacidade de criar uma ilusão de responsabilidade ambiental, enquanto, na prática, não induz mudanças substanciais nos padrões de produção e consumo responsáveis pelas emissões. Essa abordagem, longe de representar uma solução eficaz para a crise climática, corre o risco de agravar as desigualdades ambientais e sociais, reforçando a necessidade de repensar estratégias mais fundamentais e transformadoras no enfrentamento das mudanças climáticas.

Lula descreveu a indissociabilidade entre a crise climática e a desigualdade social, e a maneira pela qual se manifesta na forma de racismo ambiental, a necessidade de transição energética e produtiva para modelos sustentáveis, e tudo mais que poderia se esperar de um representante brasileiro em uma cúpula internacional. Percebe-se na atenção a detalhes de cobrir cada assunto, contextualizando-o com o público e de acordo com as intenções brasileiras, valorizando a importância dos povos originários, da ciência e da democracia. Ao contrário do episódio “Passar a Boiada” no governo anterior, onde intenções de agendas foram explicitadas e contrárias aos interesses ecológicos e sociais, gerando repulsa de setores diversos ligados ao meio ambiente, demonstrando uma falta de tato político, Lula e sua equipe tomam controle da narrativa da questão ambiental ao destacar e ocultar dimensões conforme seja necessário. Este modelo se provou válido não apenas na COP 27, mas na comunicação diária de seu governo e nos eventos que se seguiram.

4.2.2 Discurso em frente ao Planalto em 1 de Janeiro de 2023

Enquanto a COP 27 teve por objetivo anunciar o retorno do Brasil para o cenário diplomático, confirmar que estamos cientes dos desafios à frente e buscar investimentos, o discurso de posse⁶⁸ em frente ao Palácio do Planalto é representativo enquanto a primeira fala do presidente empossado falando diretamente

⁶⁸ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/932450-leia-o-discurso-do-presidente-lula-na-integra/> Acesso em 10 de novembro de 2023

para a nação. Considerando os resultados acirrados das eleições e do estado das políticas ambientais nos anos anteriores, Lula tratou a temática como uma de suas prioridades, como observa-se nos trechos selecionados abaixo:

[...] É hora de trazer investimentos e reindustrializar o Brasil. Combater outra vez as mudanças climáticas e acabar de uma vez por todas com a devastação de nossos biomas, sobretudo a Amazônia. [...] Nos nossos governos, investimos na agricultura familiar e nos pequenos e médios agricultores, responsáveis por 70% dos alimentos que chegam à nossa mesa. E fizemos isso sem descuidar do agronegócio, que obteve investimentos e safras recordes, ano após ano. [...] Nosso desafio comum é o da criação de um país justo, inclusivo, sustentável, criativo, democrático e soberano, para todos os brasileiros e brasileiras. [...] Tomamos medidas concretas para conter as mudanças climáticas, e reduzimos o desmatamento da Amazônia em mais de 80%. [...] Em meus quatro anos de mandato, vamos trabalhar todos os dias para o Brasil vencer o atraso de mais de 350 anos de escravidão. Para recuperar o tempo e as oportunidades perdidas nesses últimos anos. Para reconquistar seu lugar de destaque no mundo. E para que cada brasileiro e cada brasileira tenha o direito de voltar a sonhar, e as oportunidades para realizar aquilo que sonha.

Novamente, o discurso focou em dar destaque para o fato de que é possível conciliar o desenvolvimento econômico, atendendo aos interesses das frações dominantes do capital, enquanto equilibrando interesses sociais e ecológicos. Os elementos neodesenvolvimentistas da política do Partido dos Trabalhadores, enquanto obtém sucesso em conciliar interesses de grupos distintos, acaba por beneficiar o próprio sistema e atores que colaboram com o problema, como é o caso do agronegócio industrial.

O tom principal deste discurso foi o de buscar esta conciliação entre apoiadores do ex-presidente com os demais cidadãos, sob a prerrogativa de desenvolvimento nacional.

4.2.3 8 de Janeiro e Atos Golpistas

Apenas uma semana após a posse, um grande número de apoiadores do ex-presidente, de diversas cidades do país, invadiu a Praça dos Três Poderes no Distrito Federal. Estes, clamavam por uma resposta das Forças Armadas na forma de uma tomada de poder a força no sentido de subverter a derrota eleitoral de Bolsonaro. Após a retomada de controle da situação, Lula e Flávio Dino, então ministro da justiça

e segurança pública, declararam⁶⁹:

Eu prefiro não me intrometer em investigações que competem à PF e é precoce porque pode revelar ideia de generalização. Há pessoas vinculadas a este segmento econômico que participaram, é inequívoco, mas isso não significa generalização. Sejam quem for, serão chamados à responsabilização penal e civil. [...] Não é possível distinguir nitidamente possibilidades de financiamento. O que é possível é dizer cabalmente que há financiamento. [...] Quero crer que não haverá nenhuma outra situação em que intervenção federal seja necessária. Com nova situação jurídica no DF, o quanto antes for possível suspender intervenção federal no DF nós faremos. (DINO, Flávio. 2023)

O agro que usa agrotóxico, sem respeito à saúde humana, estava em Brasília (Lula, 2023)

Enquanto não haviam dados conclusivos, nos dias que antecederam os atos golpistas, houveram relatos obtidos por parte de agências de inteligência que os terroristas golpistas estavam em Brasília com recursos financiados diretamente por pessoas ligadas ao agronegócio, que enxergavam em Lula um retrocesso nas políticas ambientais permissivas da gestão bolsonarista.

Naquele momento, percebeu-se que enquanto não houve tempo hábil para a preparação de um discurso que contemplasse todas os aspectos da situação, em um momento de sinceridade, Lula expressou ciência de que o setor do agronegócio que ameaça o meio ambiente e a vida humana era uma ameaça para o próprio Estado democrático de direito.

Também foi um dia representativo para a compreensão de que embora o ex-presidente Bolsonaro não estivesse mais em exercício, seus elementos ideológicos estavam presentes e fortes em seus apoiadores.

4.2.4 Dia Mundial do Meio Ambiente

Desta vez, o discurso⁷⁰ do presidente da República, Luiz Inácio Lula

⁶⁹ Sem generalizar, Dino diz ser 'inequívoco' financiamento do agro a atos golpistas. Agência UOL Notícias. 9 de jan. de 2023. <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/01/09/sem-generalizar-dino-diz-ser-inequivoco-financiamento-do-agro-a-atos-golpistas.htm> Acesso em 09 de dezembro de 2023.

⁷⁰ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente. 5 de jun. de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-celebracao-do-dia-mundial-do-meio-ambiente> Acesso em 28 de nov. de 2023.

da Silva, na ocasião da celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente foi voltado para a comunidade brasileira, em particular veículos de imprensa e ambientalistas:

Hoje é dia de celebrar a vida. Dos seres humanos, dos animais, das árvores, das florestas, dos rios, dos oceanos. Hoje é o dia dedicado à vida em harmonia com o meio ambiente. Uma vida que sonhamos e podemos ter, se acordarmos a tempo desse pesadelo coletivo feito de egoísmo e ganância, que coloca em risco a sobrevivência da humanidade.

Hoje é o dia em que o mundo celebra o meio ambiente. E o Brasil celebra da melhor maneira possível, com as medidas efetivas que estão sendo tomadas pelo nosso governo.

Este Dia Mundial do Meio Ambiente tem um extraordinário valor simbólico. Não apenas por ser a primeira comemoração ambiental do nosso novo governo. Mas porque sinaliza que o meio ambiente voltou a ser prioridade, após quatro anos de descaso e abandono.

Voltou a ser prioridade porque a sobrevivência – não só do nosso país, mas do nosso planeta – depende em grande medida da maneira como o Brasil cuida de seus biomas, sobretudo da Amazônia.

Somos a maior potência ambiental do mundo. Temos a maior floresta tropical e a biodiversidade mais rica. Oitenta e sete por cento da nossa matriz elétrica é limpa e renovável, contra uma média mundial de apenas quinze por cento. E vamos ampliar ainda mais os investimentos em energia solar e eólica.

Voltamos a ter uma política externa ativa e altiva, que nos torna novamente protagonistas das grandes discussões que envolvem a mudança do clima.

Em 2025, Belém do Pará será a sede da COP 30, o mais importante encontro internacional sobre meio ambiente e clima. Antes, em agosto deste ano, realizaremos também em Belém a Cúpula dos Países Amazônicos, para a busca conjunta por um modelo de desenvolvimento sustentável para a região. Atuando lado a lado com os demais países amazônicos, e também com o Congo e a Indonésia – que juntamente com o Brasil possuem as maiores florestas preservadas do mundo – podemos ser a principal barreira de contenção ao desastre climático, que precisamos a todo custo evitar.

Minhas amigas e meus amigos.

Tenho o compromisso de retomar a liderança mundial do Brasil na mitigação das mudanças do clima e no controle do desmatamento.

No mês passado, durante reunião do G7, no Japão, fui categórico ao afirmar: “O Brasil voltará a ser referência mundial em sustentabilidade e enfrentamento das mudanças climáticas. E cumprirá metas de redução de emissões de carbono e desmatamento zero.”

Esse é o compromisso que reafirmo hoje. Um compromisso não só com a população brasileira, mas com todos os povos que estão passando ou passarão pelos eventos climáticos mais severos de todos os tempos.

Estou falando de secas e inundações extremas, incêndios florestais devastadores, furacões e tornados cada vez mais destrutivos, entre outros desastres de enormes proporções.

O Brasil, graças sobretudo à floresta amazônica, é em grande parte responsável pelo equilíbrio climático do planeta. Por isso, impedir o desmatamento da Amazônia é também ajudar a reduzir o aquecimento global.

Sei o tamanho do desafio de zerarmos o desmatamento até 2030. Mas é um desafio que estamos determinados a cumprir, com as medidas que anunciamos hoje e com outras que serão adotadas daqui para frente.

Acabamos de relançar o “Plano de Ação e Combate ao Desmatamento na Amazônia Legal”, que em sua versão anterior, durante meus dois primeiros mandatos, produziu a maior redução nas taxas de desmatamento na Amazônia em toda a história.

Estamos retomando a criação de áreas protegidas, parques e reservas. Nosso território voltou a ser monitorado por satélites, para que possamos

identificar e dar uma resposta rápida a qualquer risco ambiental.

A Polícia Federal e as Forças Armadas estão a postos para agir prontamente em qualquer emergência ambiental. Seja um incêndio florestal, seja o socorro aos povos indígenas, seja o combate implacável a toda e qualquer atividade ilícita relacionada ao meio ambiente.

Além disso, vamos lançar em breve o “Plano Amazônia: Segurança e Soberania”, em parceria com os governos dos estados que compõem a Amazônia Legal.

O objetivo do Plano é o combate sem trégua a crimes como grilagem de terras públicas, garimpo, extração de madeira, mineração, caça e pesca ilegais em territórios indígenas, áreas de proteção ambiental e na Amazônia como um todo.

Esses crimes que degradam o meio ambiente são alimentados e ao mesmo tempo alimentam um verdadeiro ecossistema criminal. É o tráfico de drogas, de armas e de pessoas, a lavagem de dinheiro, o trabalho escravo, os assassinatos por encomenda e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Entre outras ações, o “Plano Amazônia: Segurança e Soberania” prevê:

- Implantação da Companhia de Operações Ambientais da Força Nacional de Segurança Pública;
- Implantação de bases fluviais e terrestres integradas para o fortalecimento dos serviços de segurança pública na região;
- Aprimoramento da capacidade de mobilidade aérea;
- Construção ou reforma de postos policiais, quartéis e delegacias em pontos estratégicos;
- Aparelhamento e modernização de meios e infraestrutura dos órgãos de segurança pública que atuam na Amazônia Legal;
- Implantação do Centro de Cooperação Policial Internacional para a proteção da Amazônia; e
- Implantação de Centros Integrados de Comando e Controle, com ênfase em inteligência integrada.

Outras medidas serão tomadas para a defesa da nossa soberania na região, em parceria com os demais países amazônicos, tais como:

- Ampliação e modernização dos meios navais que patrulham os rios da Amazônia;
- Aparelhamento e modernização da rede de Capitânicas, Delegacias e Agências da Autoridade Marítima;
- Ampliação e modernização das instalações e meios de suporte dos Pelotões da Fronteira;
- Aquisição de equipamentos e meios operacionais e logísticos para as Brigadas de Infantaria de Selva;
- Aumento do número de Operações Militares na faixa da fronteira da Amazônia Legal; e
- Aquisição e modernização dos meios e sistemas aeroespaciais para emprego na região.

A mensagem que estamos passando aos criminosos e ao mundo é muito clara: tolerância zero com a devastação de nosso meio ambiente. **Total proteção aos povos indígenas, inclusive com o uso da força quando necessário, e a demarcação do maior número possível de seus territórios.**

Todo o apoio aos povos da floresta, com incentivos às atividades econômicas sustentáveis. Este é o sentido do programa Bolsa Verde, que estamos retomando agora.

O Bolsa Verde é um exemplo de como estamos fincando as bases para a criação de um novo ciclo de desenvolvimento, com sustentabilidade e combate às desigualdades.

Cuidar da Amazônia é sobretudo cuidar de 28 milhões de pessoas que vivem na Amazônia.

Meus amigos e minhas amigas.

Não deve haver contradição entre crescimento econômico e preservação do meio ambiente.

A agropecuária brasileira, por exemplo, tem um enorme espaço para seguir impulsionando nossa economia, sem precisar derrubar uma árvore a mais. Temos milhões de hectares de terras degradadas, que podem voltar a produzir – e produzir muito – se forem bem cuidadas.

A partir de agora, o financiamento agrícola e pecuário apoiará o aumento da produtividade e a recuperação de solos degradados. Mas seremos duros ao restringir qualquer tipo de crédito a quem viola as leis ambientais.

Os recursos públicos existem para fomentar o desenvolvimento do país, o aquecimento da economia. Mas nunca – repito: **nunca – para financiar o crime ambiental.** Quem insistir na prática de ilegalidades não terá acesso ao crédito, e estará sujeito aos rigores da lei.

Vamos fomentar cada vez mais as atividades de agricultura de baixo carbono. Queremos e iremos aumentar a produção de alimentos, financiando as propriedades médias e pequenas e a agricultura familiar. Nesse sentido, para além da agricultura de baixo carbono, queremos apoiar a produção agroecológica.

A verdade é que a luta contra a fome, que passa pela produção de alimentos baratos e saudáveis, é também a luta pela preservação do meio ambiente.

Minhas amigas e meus amigos.

O Brasil retomou o protagonismo no enfrentamento das mudanças climáticas, depois de quatro anos em que o meio ambiente foi tratado como obstáculo ao lucro imediato de uma minoria privilegiada.

Mas é preciso que os países ricos também façam a sua parte. Foram eles que ao longo dos séculos mais devastaram florestas. E são eles que hoje mais emitem gases de efeito estufa.

Por outro lado, os países pobres, sobretudo da África, são os que menos emitem, e os que mais sofrem com o aquecimento do planeta. Cada meio grau a mais na temperatura da Terra significa ainda mais desigualdade, mais pobreza extrema e mais fome.

Tenho cobrado, e cobrarei em todos os fóruns internacionais, o cumprimento do compromisso assumido em 2009 pelos países desenvolvidos na Convenção do Clima, em Copenhague.

Na ocasião, esses países se comprometeram a disponibilizar **US\$ 100 bilhões de dólares ao ano**, até 2020, para ajudar os países em desenvolvimento a enfrentarem a mudança do clima. Esse compromisso não foi cumprido.

Ao mesmo tempo, quantias ainda maiores são investidas em guerras ao redor do mundo, que matam homens, mulheres e crianças e destroem tudo ao redor, inclusive o meio ambiente.

Por isso, promover a paz é também cuidar do planeta.

Meus amigos e minhas amigas.

Quero agora prestar uma homenagem a Dom Phillips e Bruno Pereira, e em nome deles homenagear a todas e todos aqueles que perderam suas vidas na luta em defesa do meio ambiente.

Bruno e Dom mereciam e deveriam estar aqui, neste momento em que eles teriam o governo brasileiro como aliado e não como inimigo, ao contrário do que aconteceu nos últimos quatro anos. A melhor maneira de honrá-los é garantir que sua luta não tenha sido em vão.

Há um ano, o assassinato brutal de que foram vítimas chocou o mundo, que passou a ver a Amazônia como uma terra sem lei e à beira da destruição, com enorme ameaça ao enfrentamento da emergência climática.

Hoje, o mundo voltou a olhar o Brasil com esperança.

Nossa responsabilidade é imensa, menor apenas do que nossa capacidade de enfrentar e vencer desafios. Tenho uma fé inabalável no povo brasileiro.

Acredito no ser humano. Sei que em algum momento o bom senso triunfará sobre o egoísmo e a ganância, essa busca insaciável pelo lucro imediato às

custas do meio ambiente, que coloca em risco a sobrevivência de todos nós. Evitar uma crise climática sem precedentes e sem retorno não é trabalho apenas para o nosso governo, mas para toda a sociedade brasileira. Não é trabalho apenas para outros governos e outras sociedades, mas para toda a humanidade.

Este Dia Mundial do Meio Ambiente é uma demonstração de que o Brasil está fazendo a sua parte. E que juntos vamos fazer ainda mais.

Embora, superficialmente, a presente oratória assemelhe-se ao discurso proferido na Conferência das Partes (COP) 27, destaca-se por apresentar propostas tangíveis para reverter as desestruturações perpetradas nas instituições de fiscalização e controle ambiental pelo governo antecessor.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva destaca aspectos da luta ambiental que enaltecem suas próprias ações, assumindo uma postura de confronto em relação aos grupos que hostilizam o meio ambiente e seus defensores.

A homenagem prestada a Bruno Pereira e Dom Phillips por ocasião do aniversário de seus falecimentos constituiu-se como um gesto imperativo, estabelecendo um marcante contraste com as retóricas proferidas pelo antecessor presidencial, promovendo uma clara distância sem, contudo, necessitar mencionar explicitamente seu nome.

Lula, ao fundamentar seus argumentos com base em princípios advogados por grupos engajados na defesa da justiça climática, do decrescimento, do bem-viver, entre outros, paradoxalmente persiste em defender a imperatividade de um desenvolvimento econômico simultâneo como uma prioridade inarredável. Ainda que as atuais condições materiais imponham a inextricável vinculação de projetos a recursos financeiros, a abordagem de Lula em evitar uma conexão direta entre as causas e origens da crise e esta mesma lógica, conforme sugerido por Moore (2021), culmina em um adiamento da crise em vez de seu enfrentamento.

4.2.5 78ª Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas⁷¹

Nesta ocasião, ao voltar sua atenção novamente para líderes de países de todo o mundo, Lula destaca a discrepância entre as posições do Norte e

⁷¹ Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 78ª Assembleia da ONU. 19 de set de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-78a-assembleia-da-onu> Acesso em 24 de set de 2023.

do Sul global no processo de mudanças climáticas:

[...] A comunidade internacional está mergulhada em um turbilhão de crises múltiplas e simultâneas: a pandemia da Covid-19; a crise climática; e a insegurança alimentar e energética ampliadas por crescentes tensões geopolíticas.

O racismo, a intolerância e a xenofobia se alastraram, incentivadas por novas tecnologias criadas supostamente para nos aproximar.

Se tivéssemos que resumir em uma única palavra esses desafios, ela seria desigualdade.

A desigualdade está na raiz desses fenômenos ou atua para agravá-los.

A mais ampla e mais ambiciosa ação coletiva da ONU voltada para o desenvolvimento – a Agenda 2030 – pode se transformar no seu maior fracasso.

Estamos na metade do período de implementação e ainda distantes das metas definidas.

A maior parte dos objetivos de desenvolvimento sustentável caminha em ritmo lento. [...]

Senhor presidente

Agir contra a mudança do clima implica pensar no amanhã e enfrentar desigualdades históricas.

Os países ricos cresceram baseados em um modelo com altas taxas de emissões de gases danosos ao clima.

A emergência climática torna urgente uma correção de rumos e a implementação do que já foi acordado.

Não é por outra razão que falamos em responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

São as populações vulneráveis do Sul Global as mais afetadas pelas perdas e danos causados pela mudança do clima.

Os 10% mais ricos da população mundial são responsáveis por quase a metade de todo o carbono lançado na atmosfera.

Nós, países em desenvolvimento, não queremos repetir esse modelo.

No Brasil, já provamos uma vez e vamos provar de novo que um **modelo socialmente justo e ambientalmente sustentável é possível.**

Estamos na vanguarda da transição energética, e nossa matriz já é uma das mais limpas do mundo.

87% da nossa energia elétrica provem de fontes limpas e renováveis.

A geração de energia solar, eólica, biomassa, etanol e biodiesel cresce a cada ano.

É enorme o potencial de produção de hidrogênio verde.

Com o Plano de Transformação Ecológica, apostaremos na industrialização e infraestrutura sustentáveis.

Retomamos uma robusta e renovada agenda amazônica, com ações de fiscalização e combate a crimes ambientais.

Ao longo dos últimos oito meses, o desmatamento na Amazônia brasileira já foi reduzido em 48%.

O mundo inteiro sempre falou da Amazônia. Agora, **a Amazônia está falando por si.**

Sediamos, há um mês, a Cúpula de Belém, no coração da Amazônia, e lançamos nova agenda de colaboração entre os países que fazem parte daquele bioma.

Somos 50 milhões de sul-americanos amazônidas, cujo futuro depende da ação decisiva e coordenada dos países que detêm soberania sobre os territórios da região.

Também aprofundamos o diálogo com outros países detentores de florestas tropicais da África e da Ásia.

Queremos chegar à COP 28 em Dubai com uma visão conjunta que reflita, sem qualquer tutela, as prioridades de preservação das bacias Amazônica, do Congo e do Bornéu-Mekong a partir das nossas necessidades.

Sem a mobilização de recursos financeiros e tecnológicos não há como implementar o que decidimos no Acordo de Paris e no Marco Global da Biodiversidade.

A promessa de destinar 100 bilhões de dólares – anualmente – para os países em desenvolvimento permanece apenas isso, uma promessa.

Hoje esse valor seria insuficiente para uma demanda que já chega à casa dos trilhões de dólares.

O reconhecimento do protagonismo do Sul Global na mitigação das mudanças climáticas, conforme enfatizado no discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não apenas detém respaldo científico, mas também concorre para a designação da ex-presidenta Dilma Rousseff como presidente do banco do BRICS. Este último ato representa uma ameaça potencial à hegemonia financeira do Norte Global.

Sobre o discurso de Lula, especialistas apontam que:⁷²

“Para a agenda de clima, foi um discurso esperado, dado o que o governo vem fazendo e os compromissos que vem assumindo. Mas, para a imagem do país, foi um discurso revolucionário, se comparado à vergonha que passávamos quando o presidente anterior usava a mesma tribuna”, disse Márcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima.

De maneira análoga, é possível observar que tal característica se estende a todos os discursos proferidos pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva até o presente momento. Sua ênfase recai na habilidade de articular suas falas de modo a mobilizar recursos em favor de seus projetos, situando o Brasil como protagonista de destaque no cenário global no tocante à questão climática.

Estamos diante de um desafio global gigantesco, e o presidente Lula sabe disso. Ele vem posicionando o Brasil como liderança no tema, e tem espaço para isso – em especial quando consegue mostrar resultados estáveis em relação à redução do desmatamento na Amazônia e à implementação de medidas de fomento à transição ecológica [...] No entanto, podemos – e queremos – ser mais do que isso”, afirma Carolina Pasquali, Diretora Executiva do Greenpeace Brasil.

Limitar-se a uma transição ecológica não é mais suficiente para retomar o controle climático, embora o mínimo já tem sido enfrentado com resistência de grupos mais conservadores da sociedade, ligados ao capital latifundiário.

⁷² PRIZIBISCZKI, Cristiane. 78ª Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas. Portal ((o))eco. 19 de setembro de 2023. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/discurso-de-lula-na-onu-agrada-mas-brasil-quer-e-pode-entregar-mais/>. Acesso em 14 de dez de 2023.

4.2.6 Conferência das Partes #28

Ao término de um ano que se encerrou marcado por novos conflitos armados e pela tentativa de genocídio palestino perpetrado por Israel, e uma proposta de cessar-fogo compreensiva desenvolvida pelo Brasil, foi aprovada por quase todos os países signatários, porém sofreu o veto dos EUA, o discurso proferido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Conferência das Partes (COP 28⁷³) contemplou, adicionalmente, os eventos climáticos extremos vivenciados com diversas intensidades por todas as nações.

Uma mulher africana, a queniana Wangari Maathai, vencedora do prêmio Nobel da Paz, sintetizou bem o dilema da humanidade em sua relação com a natureza.

Disse ela: “A geração que destrói o meio ambiente não é a geração que paga o preço”.

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas alertou que temos somente até o final desta década para evitar que a temperatura global ultrapasse um grau e meio acima dos níveis pré-industriais.

2023 já é o ano mais quente dos últimos 125 mil anos.

A humanidade sofre com secas, enchentes e ondas de calor cada vez mais extremas e frequentes.

No Norte do Brasil, a Amazônia amarga uma das mais trágicas secas de sua história. No Sul, tempestades e ciclones deixam um rastro inédito de destruição e morte.

A ciência e a realidade nos mostram que desta vez a conta chegou antes.

O planeta já não espera para cobrar da próxima geração.

O planeta está farto de acordos climáticos não cumpridos.

De metas de redução de emissão de carbono negligenciadas.

Do auxílio financeiro aos países pobres que não chega.

De discursos eloquentes e vazios.

Precisamos de atitudes concretas.

Quantos líderes mundiais estão de fato comprometidos em salvar o planeta?

Somente no ano passado, o mundo gastou mais de US\$ 2 trilhões e 224 milhões de dólares em armas. Quantia que poderia ser investida no combate à fome e no enfrentamento da mudança climática.

Quantas toneladas de carbono são emitidas pelos mísseis que cruzam o céu e desabam sobre civis inocentes, **sobretudo crianças e mulheres famintas?**

A conta da mudança climática não é a mesma para todos. E chegou primeiro para as populações mais pobres.

O 1% mais rico do planeta emite o mesmo volume de carbono que 66% da população mundial.

Trabalhadores do campo, que têm suas lavouras de subsistência devastadas pela seca, e já não podem alimentar suas famílias.

Moradores das periferias das grandes cidades, que perdem o pouco que têm quando a enchente arrasta tudo: casas, móveis, animais de estimação e seus próprios filhos.

⁷³Confira a íntegra do discurso de Lula na abertura da COP 28 em Dubai. Site Oficial do Partido dos Trabalhadores. 1 de dez de 2023. Disponível em: <https://pt.org.br/confira-a-integra-do-discurso-de-lula-na-abertura-da-cop-28-em-dubai/> Acesso em 05 de jan de 2024.

A injustiça que penaliza as gerações mais jovens é apenas uma das faces das desigualdades que nos afligem.

O mundo naturalizou disparidades inaceitáveis de renda, gênero e raça.

Não é possível enfrentar a mudança do clima sem combater as desigualdades.

Quem passa fome tem sua existência aprisionada na dor do presente. E torna-se incapaz de pensar no amanhã.

Reduzir vulnerabilidades socioeconômicas significa construir resiliência frente a eventos extremos.

Significa também ter condições de redirecionar esforços para a luta contra o aquecimento global.

Em 2009, quando participei da COP15, em Copenhague, a arquitetura da Convenção do Clima estava à beira do colapso.

As negociações fracassaram e foi preciso um grande esforço para recuperar a confiança e chegar ao Acordo de Paris, em 2015.

Ao retornar à presidência do Brasil, constato que estamos, hoje, em situação semelhante.

O não cumprimento dos compromissos assumidos corrói a credibilidade do regime.

É preciso resgatar a crença no multilateralismo.

É inexplicável que a ONU, apesar de seus esforços, se mostre incapaz de manter a paz, **simplesmente porque alguns dos seus membros lucram com a guerra.**

É lamentável que acordos como o Protocolo de Kyoto (1997) ou os Acordos de Paris (2015) não sejam implementados.

Governantes não podem se eximir de suas responsabilidades.

Nenhum país resolverá seus problemas sozinho. Estamos todos obrigados a atuar juntos além de nossas fronteiras.

O Brasil está disposto a liderar pelo exemplo.

Ajustamos nossas metas climáticas, que são hoje mais ambiciosas do que as de muitos países desenvolvidos.

Reduzimos drasticamente o desmatamento na Amazônia e vamos zerá-lo até 2030.

Formulamos um plano de transformação ecológica, para promover a industrialização verde, a agricultura de baixo carbono e a bioeconomia.

Forjamos uma visão comum com os países amazônicos e criamos pontes com outros países detentores de florestas tropicais.

O mundo já está convencido do potencial das energias renováveis.

É hora de enfrentar o debate sobre o ritmo lento da descarbonização do planeta e trabalhar por uma economia menos dependente de combustíveis fósseis.

Temos de fazê-lo de forma urgente e justa.

Vamos trabalhar de forma construtiva, com todos os países, para pavimentar o caminho entre esta COP 28 e a COP30, que sediaremos no coração da Amazônia.

Não existem dois planetas Terra. Somos uma única espécie, chamada Humanidade.

Todos almejamos tornar o mundo capaz de acolher com dignidade a totalidade de seus habitantes – e não apenas uma minoria privilegiada.

Como nos convida o Papa Francisco na Encíclica “Todos Irmãos”, precisamos conviver na fraternidade.

Muito obrigado.

Ao contrastarmos o discurso proferido por Luiz Inácio Lula da Silva na COP 28 com aquele apresentado na COP 27 no ano anterior, é possível observar alterações significativas no aspecto discursivo. Enquanto em 2022, Lula buscou estabelecer diálogo entre todas as partes e defendeu uma mensagem de esperança,

em 2023, seu discurso adotou uma abordagem mais direta e incisiva ao cobrar ação dos países membro, após vivenciar as repercussões das mudanças climáticas e testemunhar os eventos relacionados à guerra na Palestina.

Lula destacou com pertinência a disparidade entre a alocação de recursos para financiar conflitos e a falta de investimento em medidas para combater o aquecimento global. No referido discurso, sobressai a forma como Lula apontou os Estados Unidos como os principais responsáveis não apenas pelas emissões de carbono, mas também pela perpetuação de conflitos globais, motivados unicamente por interesses financeiros em manter guerras e pela incapacidade de cumprir as resoluções climáticas, a exemplo do Protocolo de Kyoto.

O presidente também abordou uma temática frequentemente discutida por ambientalistas, ressaltando a perda de eficácia da Conferência das Partes, por sua permissividade em não exigir resultados concretos na redução de emissões, assim como a ONU em impedir conflitos. Tais posicionamentos e recursos discursivos, como previamente mencionado, têm o potencial de remodelar e influenciar identidades ecológicas, evidenciando uma lacuna na atuação da COP enquanto organização, que necessita desvincular-se da subserviência aos interesses dos Estados Unidos.

4.2.7 Balanço

O decréscimo nos alertas de desmatamento na Amazônia, contrastado com o aumento significativo no Cerrado, suscita reflexões pertinentes sobre as dinâmicas socioambientais em curso. No âmbito da sociologia ambiental, é possível interpretar esses dados como indicativos de interesses divergentes, particularmente no que concerne ao papel desempenhado pelo agronegócio na região do Cerrado, que negligencia o metabolismo da natureza em favor de um hedonismo do capital, visando a extração máxima de valor monetário imediato, sem considerar as implicações a longo prazo.

Os números fornecidos pelo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), revelam uma tendência alarmante de crescimento no desmatamento do Cerrado, em contraposição à redução observada na Amazônia. Esse fenômeno pode ser

interpretado como resultado das atividades agropecuárias que, embora tenham perdido parte de sua expansão predatória na Amazônia devido a pressões ambientais e internacionais, agora se voltam para o Cerrado, buscando maximizar ganhos econômicos de maneira imediata.

Como mencionado anteriormente, Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) pode ser utilizado apenas em referência a si mesmo e áreas observadas ao longo do tempo como foi feito neste estudo, contrário do que foi apresentado por Mourão em 2021:



Fonte: Rede Brasil Atual⁷⁴

⁷⁴ Redação Rede Brasil Atual. Desmatamento na Amazônia cai 42,5%, mas tem alta recorde no

A correlação entre o aumento do desmatamento no Cerrado e a expansão do agronegócio na região Matopiba, composta pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, é evidente. Essa expansão se dá muitas vezes em detrimento de ecossistemas frágeis e fundamentais para a manutenção da biodiversidade e do equilíbrio ecológico. Nesse contexto, é possível estabelecer uma crítica à ação governamental que, ao invés de priorizar a preservação ambiental e o respeito ao metabolismo da natureza, parece fomentar práticas predatórias que beneficiam interesses econômicos de curto prazo.

A ideia de metabolismo da natureza, sob a ótica da sociologia ambiental marxista, é central para compreender como as sociedades interagem e se relacionam com o meio ambiente. Entretanto, as ações recentes indicam uma desconexão deliberada dessa compreensão, em prol de uma abordagem que privilegia o lucro imediato, relegando a segundo plano as consequências nefastas para a saúde dos ecossistemas e, por conseguinte, para as comunidades que deles dependem.

Não se pode subestimar o papel, a relevância e a importância social e cultural da nomeação e atuação da ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O contraste entre sua abordagem e a dos ministros designados pelo governo Bolsonaro, cujo foco estava na busca pelo lucro, é marcante quando se considera o perfil da ambientalista, que co-fundou a Central Única dos Trabalhadores (CUT) ao lado de Chico Mendes. Marina Silva tem sido reconhecida mundialmente como uma figura de destaque no combate às mudanças climáticas, o que amplia sua importância e influência na arena ambiental tanto nacional quanto internacional⁷⁵.

Suas decisões e postura diante da crise ambiental datam do início de sua carreira como ativista e política, e se mostram essenciais neste contexto que analisamos e vivemos.

Cerrado. Rede Brasil Atual. 3 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/desmatamento-na-amazonia-cai-425-mas-tem-alta-recorde-no-cerrado/> Acesso em 28 de dezembro de 2023.

⁷⁵ TUSSINI, Gabriel. Revista Nature aponta Marina Silva como uma das 10 pessoas mais importantes para a ciência em 2023. ((o))eco. 14 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/revista-nature-aponta-marina-silva-como-uma-das-10-pessoas-mais-importantes-para-a-ciencia-em-2023/> Acesso em 10 de janeiro de 2024.

5 SÍNTESE DOS ACHADOS

O ex-presidente Jair Bolsonaro e seus aliados engendraram um movimento ideológico solidamente fundamentado nos interesses do capital imperialista, permeado por discursos que transcendem os limites temporais de seu mandato. Não obstante, sua gestão enfrentou desafios consideráveis, culminando na incapacidade de angariar capital político suficiente para sua reeleição. Essa deficiência resultou de uma série de fatores, a saber, escândalos de corrupção, demonstrações de incompetência, falta de integridade, posturas antidemocráticas, entre outros elementos que minaram sua base de apoio.

É notório, particularmente nas plataformas de redes sociais, notar que os seguidores de Bolsonaro compartilham não apenas afinidades ideológicas, mas também adotam um padrão estético e discursivo comum. Esse fenômeno se manifesta na replicação de frases preconcebidas, concebidas para deslegitimar dados e atacar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa uniformidade discursiva é especialmente evidente em discussões sobre mudanças climáticas, justiça social, racismo ambiental e temas correlatos.

Durante as investigações, observou-se que Bolsonaro procurou instrumentalizar o discurso político ambientalista com o intuito de exercer controle sobre os recursos do Fundo Amazônia. Contudo, sua tentativa foi efêmera, pois tornou-se rapidamente aparente que ele não seria capaz de sustentar uma narrativa coerente diante das exigências de seus apoiadores vinculados ao agronegócio e às mineradoras. Suas táticas e estratégias políticas, sujeitas a escrutínio no âmbito da análise política, convergiram para uma abordagem de choque. Através de uma sequência de notícias escandalosas, a percepção pública foi gradualmente dessensibilizada. A postura nacional-desenvolvimentista de Bolsonaro desafiou a perspectiva global na questão ambiental, isolando o Brasil do debate internacional por quatro anos, uma vez que quaisquer defesas em prol de modelos sustentáveis de produção eram interpretadas como obstáculos ao desenvolvimento liberal.

A postura do ex-presidente Jair Bolsonaro suscita uma reflexão profunda sobre a teoria da análise de discursos políticos ambientais, especialmente ao confrontar e negar a existência da crise climática. Essa atitude contrasta significativamente com a abordagem adotada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, ao contrário, abraçou integralmente a temática. Esta dicotomia entre os

dois líderes brasileiros na formulação de discursos sobre o meio ambiente oferece um terreno fértil para investigações acadêmicas no âmbito da comunicação política e análise discursiva.

Bolsonaro, ao renegar a gravidade das mudanças climáticas, desafia as narrativas predominantes no cenário internacional e nacional, alinhando-se a uma retórica que minimiza ou desconsidera as questões ambientais. Este posicionamento, contudo, deve ser interpretado não apenas como uma negação da crise climática, mas também como uma estratégia discursiva deliberada para consolidar sua base de apoio e se contrapor a agendas políticas e ambientais mais progressistas.

Por outro lado, Lula, ao adotar uma abordagem mais engajada com a crise climática, posicionou o Brasil como um protagonista no debate internacional sobre questões ambientais. Aproveitando a influência do país como uma potência regional e global, o presidente construiu uma narrativa que destaca a importância da preservação ambiental aliada ao desenvolvimento sustentável. Esta postura, por sua vez, reverbera não apenas nas relações diplomáticas, mas também na construção da imagem do Brasil no contexto internacional.

Entretanto, suas decisões acabam por dar espaço e ceder aos interesses do capital latifundiário e ao insistir na exploração de combustíveis fósseis como forma de renda para o Estado.

A análise dessas estratégias discursivas abre espaço para uma compreensão mais profunda das dinâmicas políticas e ambientais no Brasil contemporâneo. A interseção entre retórica política e ação ambiental, especialmente no contexto de um país com uma biodiversidade significativa e papel crucial na mitigação das mudanças climáticas, representa um campo de estudo valioso para pesquisadores interessados em comunicação política, teoria ambiental e relações internacionais.

No intuito de reconciliar interesses de classe sob uma perspectiva social democrata latino-americana e neodesenvolvimentista, Lula empreende esforços. Contudo, essa abordagem suscita uma crescente distância em relação à consecução de uma sociedade caracterizada por justiça climática e social. Nesse cenário, observa-se uma propensão a postergar as implicações do iminente apocalipse climático inerente ao sistema capitalista.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste projeto revelam-se imprescindíveis diante do contexto alarmante vivenciado no ano de 2023, marcado pela extraordinária elevação das temperaturas, situando-se como o ano mais quente em um período de 125 mil anos, conforme evidências climáticas. Este fenômeno não apenas confirma a aceleração sem precedentes das mudanças climáticas, mas também instiga uma profunda reflexão sobre as implicações imediatas e a longo prazo para a sociedade e o meio ambiente.

O registro contínuo de eventos climáticos extremos ao longo do ano em diferentes localidades do Brasil emerge também como uma constatação incontestável. A recorrência semanal de notícias relatando vítimas desses eventos sinaliza uma realidade assustadora e urgente que demanda uma abordagem científica e societal integral. Gerações inteiras estão se formando sob a prerrogativa de que esta condição é normal. Entre os que não aceitam esta “normalidade”, emerge, entre aqueles atentos a essas novas condições, fenômenos como a depressão climática e a ecoansiedade, sintetizadas diariamente por notícias trágicas. Este cenário impõe uma reconfiguração nas estratégias de mitigação e adaptação, extrapolando as projeções iniciais e requerendo uma reavaliação constante dos modelos e políticas existentes e do papel do discurso político na formação das identidades ecológicas dos sujeitos, e, por sua vez, de sua capacidade de agência ecológica.

É inquestionável que a vinculação direta entre as mudanças climáticas e a frequência e intensidade desses eventos extremos reforça a necessidade de ações imediatas e decisivas. A sociedade, os formuladores de políticas públicas e a comunidade científica devem reconhecer o caráter premente e global desse desafio e unir esforços para implementar medidas que visem a minimizar os impactos adversos e promover uma resiliência robusta.

Nesse ínterim, ressalta-se a importância de políticas ambientais abrangentes, sustentadas em evidências científicas, que visem à redução das emissões de gases de efeito estufa e à promoção de práticas sustentáveis. Ações coordenadas entre os setores público e privado, bem como a participação ativa da sociedade civil, emergem como pilares fundamentais para a consecução de uma transição para um modelo mais sustentável e resiliente.

Ademais, o ano de 2023 serve como um chamado para a intensificação de pesquisas interdisciplinares que abordem não apenas os aspectos climatológicos, mas também as implicações socioeconômicas, de saúde e ambientais associadas às mudanças climáticas. Tal abordagem integral contribuirá para uma compreensão mais holística do fenômeno e para o desenvolvimento de estratégias eficazes de mitigação e adaptação.

É pertinente destacar que as transformações no cenário climático, que anteriormente eram concebidas como distantes, têm se aproximado consideravelmente, impondo desafios mais imediatos do que inicialmente previsto. Este fenômeno não apenas demanda uma reavaliação de nossos paradigmas e concepções prévias, mas também aponta para a necessidade de uma abordagem mais dinâmica e adaptável em face da dinâmica acelerada das mudanças climáticas.

Assim, este estudo não apenas fornece uma análise crítica da evolução das perspectivas da sociologia ambiental ao longo dos anos recentes, mas também ressalta a importância de uma postura flexível e atualizada diante do cenário climático em constante transformação. O desafio que se apresenta à comunidade científica é o de ajustar suas metodologias, teorias e projeções à luz das evidências emergentes, contribuindo para uma compreensão mais precisa e eficaz das complexas interações entre a atividade humana e o sistema climático global.

O presente estudo oferece respostas abalizadas aos questionamentos iniciais que norteiam a investigação sobre como as narrativas de discurso político ecológico desempenham um papel determinante na configuração da percepção pública, na condução da ação coletiva e nas tomadas de decisão relativas ao meio ambiente. Ao analisar minuciosamente as estratégias discursivas adotadas por distintos atores políticos, especialmente no contexto da gestão dos governos Bolsonaro e Lula, o trabalho destaca nuances ideológicas e discursivas que delineiam as complexidades das posturas adotadas em relação às questões ambientais.

É notório que o governo Bolsonaro, como exemplar paradigmático, adota uma postura contrária às iniciativas ecológicas, alinhada a uma resistência à transição energética. Este posicionamento reflete não apenas uma ideologia política, mas também interesses hegemônicos do capital que se opõem à mudança de paradigmas energéticos. Por outro lado, a análise das práticas discursivas de lideranças como Lula revela uma abordagem mais alinhada às expectativas nacionais e internacionais da sociedade civil e ambientalistas, evidenciando uma dinâmica em

que os discursos políticos se entrelaçam com demandas ecológicas crescentes.

A influência desses discursos na formação da identidade ecológica dos sujeitos transcende o período de mandato de um determinado político. Identidades moldadas por tais discursos persistem e são replicadas ao longo do tempo, estendendo-se para além das gestões específicas de governantes. Esse fenômeno revela a profundidade das raízes sociais que fundamentam a formação de identidades ecológicas, as quais, uma vez consolidadas, continuam a influenciar a maneira como os indivíduos interpretam e respondem não apenas às mudanças climáticas, mas também aos discursos políticos que permeiam essa narrativa em constante mutação.

Reconheçamos que as identidades formadas ou influenciadas por esses discursos não são estáticas, mas dinâmicas, refletindo as transformações nas estruturas sociais. Esses elementos fundamentais à formação da identidade introduzem uma perspectiva mais abrangente sobre como os sujeitos interpretam e se envolvem na discussão sobre mudanças climáticas, sinalizando a complexidade inerente a esse contexto. Ao mesmo tempo em que grupos negacionistas buscam capturar a narrativa da mudança, observamos o surgimento de novos movimentos ecológicos impulsionados por uma resistência política resiliente, delineando um panorama multifacetado e em constante evolução. Este cenário ressalta a necessidade contínua de investigação e reflexão sobre as dinâmicas interligadas entre discursos políticos e identidades ecológicas na contemporaneidade.

Por fim, as considerações finais deste projeto ressaltam a urgência de uma mobilização global e a implementação de medidas imediatas para enfrentar as mudanças climáticas. O desafio imposto pelo ano de 2023 não apenas delinea uma nova era climática, mas convoca a humanidade a repensar suas práticas e prioridades.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento: Saídas do labirinto capitalista**. Prefácio por Maristela Svampa. Editora Elefante. São Paulo, SP. 2019.

ALBUQUERQUE, Antonio C. Carneiro de. **O socioambientalismo na perspectiva da sociedade civil latino-americana**, in A questão ambiental na América Latina: teoria social e interdisciplinaridade/organizadora: Leila da Costa Ferreira. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**/ Miguel Altieri – 3 ed. rev ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular 2012.

AMORIM, Bruna Eloy de. **O debate ambiental no Brasil sob a luz da Análise do Discurso: soberania, desenvolvimento e agroliberalismo**. 2023. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/106/106133/tde-12062023-175106/>. Acesso em: 19 ago. 2023.

ARCHER, Margaret S. **Realist social theory: The morphogenetic approach**. 1995.

ARCHER, Margareth. **Realismo e o problema da agência**. Estudos de Sociologia, Rev. do Prog. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, 6(2): 51-75. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235467/28455>

BOURDIEU, P. **Espaço social e poder simbólico**. In: Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Clima e Relações Internacionais. **Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima** [recurso eletrônico]: relatório final de monitoramento e avaliação, ciclo 2016-2020 / coordenação e organização: Adriana Brito da Silva... [et. al.]. – Brasília, DF: MMA, 2021. Acesso em 8 de Julho de 2023.

CANCLINI, Nestor G. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**/Néstor Garcia Canclini; tradução de Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa; tradução da introdução Gênese Andrade. – 4. Ed 8. Reimp – São Paulo: Editora de São Paulo, 2019. – (Ensaio Latino-Americanos, 1).

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão**. São Paulo: Loyola, 1998.

ENGELS, Friedrich. **A Dialética da Natureza**; prólogo de JBS Haldane. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1976

FERNANDES, Ricardo Cid; PIOVEZANA, Leonel. **Perspectivas Kaingang sobre o direito territorial e ambiental no sul do Brasil**. Ambiente & Sociedade, v. 18, p. 111-128, 2015.

FERNANDES, Sabrina. **Ecosocialismo a partir das margens**. 20 de Jul de 2020. Revista Jacobin Brasil. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2020/07/ecossocialismo-a-partir-das-margens/>> Acesso em 05/10/2021.

FERNANDES, Sabrina. **Environmental Contradictions: The Need for an Ecosocialist Paradigm on the Brazilian Left**. em Challenging the Right, Augmenting the Left (2020)

FERNANDES, Sabrina. **Una visión ecosocialista para la descarbonización en América Latina. Tricontinental**. Disponível em: <<https://www.thetricontinental.org/es/ba-research/despojocaderno2-fernandez>> Acesso em 15/10/2021

FOSTER, John B. **A ecologia da economia política marxista**. Tradução: Pedro Paulo Bocca. - Lutas Sociais, São Paulo, n.28, p.87-104, 1º sem. 2012.

GIDDENS, Anthony. **Dualidade da estrutura: agência e estrutura**. Oeiras: Celta, 2000.

GIDDENS, Anthony. **A Política da Mudança Climática**. São Paulo: Zahar. 2012.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza – Ética biocêntrica e políticas ambientais**. / Eduardo Gudynas; Tradução Igor Ojeda. São Paulo: Elefante, 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª edição. Traduzido por Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAJER, Maarten A. **The Politics of Environmental Discourse: Ecological Modernization and the Policy Process**. Oxford, London, 1996.

HARAWAY, DONNA. **Quando as espécies se encontram: uma introdução**. Tabula Rasa [online]. 2019, n.31, pp.23-75. ISSN 1794-2489. <https://doi.org/10.25058/20112742.n31.02>.

HARAWAY, Donna. **Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes**. ClimaCom Cultura Científica, v. 3, n. 5, p. 139-146, 2016.

IPCC, 2022: **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability**. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, M. Tignor, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegría, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem, B. Rama (eds.)]. Cambridge University Press. In Press.

IPCC, 2023: Sections. In: **Climate Change 2023: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, pp. 35-115, doi: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647

KRENAK, Aílton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das Letras. São Paulo, SP. 2019.

LAKATOS, Eva M. **Fundamentos da metodologia científica** / Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. - - 3. Ed. Ver. E ampl. - - São Paulo : Atlas, 1991.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no Antropoceno / Bruno Latour; tradução Marcela Vieira: posfácio e revisão técnica Alyne Costa. -1ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LATOUR, Bruno. **Políticas da Natureza: como associar as ciências à democracia** / Bruno Latour; traduzido por Carlos Aurélio Mota de Souza. – São Paulo: Editora UNESP, 2019.

LEFF, Enrique. **Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes**. Educação & Realidade, [S. l.], v. 34, n. 3, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/9515>. Acesso em: 13 março. 2023.

LITTLE, Paul Elliot; **Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico**. Horizontes Antropológicos [online]. 2006, v. 12, n. 25 [Acessado 4 abril 2022], pp. 85-103. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-71832006000100005>>. Epub 04 Dez 2008. ISSN 1806-9983. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832006000100005>.

LÖWY, Michael. **O que é ecossocialismo**. / Michael Löwy. - 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2014. -(Coleção questões da nossa época; v. 54).

LISOT, Clayre; PIRES, Ana Christina D. P. **SEMEANDO COM CIÊNCIA: Agroecologia e educação ambiental no currículo Escola – Caderno de Metodologias de educação em agroecologia**. UFPR. 2023. ISBN 978-65-00-83792-6

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e Colapso Ambiental**. – 3 ed. revista. – Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2018.

MARQUES, Luiz. **O Decênio Decisivo: Propostas para uma política de sobrevivência** / Luiz Marques. – São Paulo: Elefante,2023.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital** / Karl Marx; tradução Rubens Enderle. - 2. ed. - São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte**. / Karl Marx; Preparação e prefácio Sabrina Fernandes; tradução Leandro Konder e Renato Guimarães. – 1. Ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2023.

MOLYNEUX, John. **Ecossocialismo e estratégia política**. Global Ecosocialist Network, 2021.

MOORE, Jason W. **Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo**. São Paulo: Elefante,2022.

MORENO, Camila. **A Métrica do Carbono: abstrações globais e epistemicídio ecológico**. Camila Moreno, Daniel Speich, Lili Fuhr. – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Nunca Mais Outra Vez** – 4 anos de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro. Textos de: Leila Salim Leal; Claudio Angelo; Suely Araújo. Observatório do Clima. 19 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/nunca-mais-outra-vez-4-anos-de-desmonte-ambiental-sob-jair-bolsonaro/> Acesso em 05 de dez de 2023.

PODER360. **ONG austríaca vai a Haia contra Bolsonaro por política ambiental**. Poder 360. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/internacional/ong-austriaca-vai-a-haia-contra-bolsonaro-por-politica-ambiental/>> Acesso em: 16 out. 2021.

SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx**: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política; Kohei Saito; tradução Pedro Davoglio; Prefácio por Sabrina Fernandes. 1ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.

SAITO, Kohei. **Os cadernos ecológicos de Marx – parte 2**. Monthly Review, 2016.
SALZANO, Francisco M. **Biologia, Cultura e Evolução**. - Porto Alegre, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, 1993.

SAMPAIO, Rafael Cardoso. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação / Rafael Cardoso Sampaio, Diógenes Lycarião. -- Brasília: Enap, 2021.

SILVA, Michel G. **Marxismo e natureza: ecologia, história e política**. - Michel Goulart da Silva (Org.). Pará de Minas, MG: Editora VirtualBooks, 2010.

SILVA, Rafael B., PESSOA, Kauê., AMARAL, Felipe B. (org.) **Agricultura e Meio Ambiente**: Teoria social contemporânea e debates na América Latina./ Kauê Barreiros Corrêa Pessoa Guimarães, Felipe Bueno Amaral, Rafael Braz da Silva (organizadores) – Curitiba: CRV, 2022.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências / Maristella Svampa; tradução de Lígia Azevedo. - São Paulo: Elefante, 2019.

TALANOA, 2022 - Reconstrução: 401 atos do Poder Executivo Federal (2019 - 2022) a serem revogados ou revisados para a reconstituição da agenda climática e ambiental brasileira. Instituto Talanoa, 2022. 169 pag.

TSING, Anna Lowenhaupt. **O cogumelo no fim do mundo**: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. N-1 Edições, 1ª edição, 22 de maio de 2022.

SURUÍ, Txai. **Negacionismo é instrumento para desmonte de políticas ambientais**. Folha de São Paulo. 10 de novembro de 2023. <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/txai-surui/2023/11/negacionismo-e-instrumento-para-desmonte-de-politicas-ambientais.shtml> Acesso em 11 de novembro de 2023.